

SAÚDE E EDUCAÇÃO

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
AMBIENTE ESCOLAR

Cibele Faustino de Sousa

Vera Lúcia Mendes de Paula Pessoa



SAÚDE E EDUCAÇÃO

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO
AMBIENTE ESCOLAR

Cibele Faustino de Sousa

Vera Lúcia Mendes de Paula Pessoa





2022 - Editora Ampla

Copyright da Edição © Editora Ampla

Copyright do Texto © As autoras

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Editora Ampla

Diagramação: Felipe José Barros Meneses

Revisão: As autoras

Saúde e educação: análise da acessibilidade da criança e do adolescente com deficiência visual no ambiente escolar está licenciado sob CC BY 4.0.



Esta licença exige que as reutilizações deem crédito aos criadores. Ele permite que os reutilizadores distribuam, remixem, adaptem e construam o material em qualquer meio ou formato, mesmo para fins comerciais.

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Editora Ampla. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Todos os direitos para esta edição foram cedidos à Editora Ampla.

ISBN: 978-65-5381-047-1

DOI: 10.51859/ampla.sea471.1122-0

Editora Ampla

Campina Grande – PB – Brasil

contato@amplaeditora.com.br

www.amplaeditora.com.br



2022

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará
Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará
Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará
Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia
Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe
Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista
Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande
Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires
Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas
Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará
Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí
Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande
Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba
Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais
Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande
Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano
Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará
Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador
Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará
Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará
Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura
Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande
Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso
Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas
Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará
Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas
João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina
João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas
João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo
Joilson Silva de Sousa – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife
Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará
Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis
Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia
Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos
Láíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador
Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará
Luana Maria Rosário Martins – Universidade Federal da Bahia
Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará
Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará
Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário
Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão
Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central
Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande
Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa
Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará
Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz
Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia
Marina Magalhães de Moraes – Universidade Federal do Amazonas
Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia
Michele Antunes – Universidade Feevale
Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais
Natan Galves Santana – Universidade Paranaense
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso
Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia
Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão
Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos
Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará
Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras
Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns
Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará
Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande
Rubia Katia Azevedo Montenegro – Universidade Estadual Vale do Acaraú
Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais
Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará
Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia
Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria
Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca
Tatiana Pascholette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus
Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba
Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras
Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology
Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande
Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima
Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande
Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz
Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



2022 - Editora Ampla

Copyright da Edição © Editora Ampla

Copyright do Texto © As autoras

Editor Chefe: Leonardo Pereira Tavares

Design da Capa: Editora Ampla

Diagramação: Felipe José Barros Meneses

Revisão: As autoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sousa, Cibele Faustino de

Saúde e educação [livro eletrônico]: análise da acessibilidade da criança e do adolescente com deficiência visual no ambiente escolar / Cibele Faustino de Sousa, Vera Lúcia Mendes de Paula Pessoa. -- Campina Grande : Editora Ampla, 2022.

132 p.

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5381-047-1

1. Ensino. 2. Alunos - Deficiência visual.
I. Pessoa, Vera Lúcia Mendes de Paula. II. Título.

CDD-371.9

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação especial : Crianças : Adolescentes 371.9

Editora Ampla
Campina Grande - PB - Brasil
contato@amplaeditora.com.br
www.amplaeditora.com.br



2022

SOBRE AS AUTORAS



CIBELE FAUSTINO DE SOUSA

Advogada, professora de nível superior, graduada em Direito pelo Centro Universitário Christus (2007-2012), especializada em Direito Tributário pela faculdade Darcy Ribeiro (2012-2013), especialização interrompida em Direito Processual Civil pela Anhanguera - LFG, especialista em Docência do Ensino Superior e Direito Civil na Faculdade Uniasselvi. Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente na Universidade Estadual do Ceará - UECE. Professora da Pós Graduação em Pedagogia na disciplina Inclusão Social

da Pessoa com Deficiência, docente da Faculdade Dom Adélio Tomasin - FADAT na disciplina de Hermenêutica Jurídica e Processo Civil. Atualmente Presidente da comissão de Direito de Família da OAB Sertão Central do CE, e membro da comissão de educação de ensino jurídico. Área de interesse em pesquisas: Os impactos da pandemia da vida das mulheres vítimas de agressões, Direito das pessoas com deficiência Direito Sanitário.



VERA LÚCIA MENDES DE PAULA PESSOA

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (1982), mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (1998), doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (2001) e pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Ceará (2017). Professora adjunto M da Universidade Estadual do Ceará no curso de graduação em enfermagem; Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em

Enfermagem e Saúde- UECE, Mestrado Profissional da Saúde da Criança e do Adolescente (UECE) e Mestrado Profissional em Transplante de Órgãos (UECE). É pesquisadora do Grupo de pesquisa Epidemiologia, Cuidado em Cronicidades e Enfermagem (GRUPECCE). Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Saúde do Adulto, Ensino de Enfermagem, Epistemologia, atuando na graduação e pós-graduação principalmente nos seguintes temas: enfermagem, cuidados de enfermagem, cronicidades, cardiologia, transplante cardíaco e família. É bacharel em Direito pela Faculdade Farias Brito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por guiar meus passos a cada desafio que a vida me apresenta.

À Nossa Senhora, por interceder a cada necessidade que o meu coração lhe mostra.

Meu marido Roberto por sua amizade, companheirismo e força me motivando a seguir. A Deus, por me fazer resiliente e corajosa, meu filho, Caio, fonte de alegria em minha vida,

À Profa. Dra. Vera Mendes, minha orientadora, amiga e parceira, com sua sutileza e carinho me norteou para meu crescimento como pesquisadora.

À Profa. Thereza Magalhães, primeira professora do mestrado, ao qual eu nunca vou esquecer por ser atenciosa, acolhedora, incentivadora e amiga.

Muito obrigada!

APRESENTAÇÃO

Falar sobre os direitos das pessoas com vulnerabilidades é lutar pelos direitos deste grupo. Neste livro destaco os Direitos das pessoas com deficiência e a acessibilidade das pessoas com deficiência em ambiente escolar, com um linguajar mais acessível e direcionado a todo o público (leigo, formação na educação, na saúde e de formação jurídica).

Este livro obtém predominância de citações indiretas e exemplificativas, sem perder de vista o caráter acadêmico, inovador e aprofundado da obra que não se restringe aos operadores de Direito.

Aproveitou-se a experiência das autoras como advogadas e professoras de nível superior, procuram fomentar a discursão sobre educação e saúde no intuito é garantir as discussões pertinentes sobre a temática.

Seguiu-se na apresentação do rol legislativo brasileiro e a exposição dos tratados e convenções internacional sobre a temática.

Ademais, as autoras – também militam na área de Direito e educação das pessoas com deficiência, tendo como norte a defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

Houve a atualização e a novos acréscimos à vasta pesquisa documental e bibliográfica, cujos dados eletrônicos fidedignos foram extraídos de sites oficiais de órgãos públicos, universidades e organismos internacionais de referência."

Nossa Constituição Federal (1988) encontramos muitos retrocessos sobre a aplicabilidade dessas garantias, pontos importantes onde procuramos utilizar uma abordagem de fácil compreensão pelos leitores com o tema, contendo doutrina, jurisprudência e casos que versam sobre a vivência de professores no ambiente escolar.

Espera-se contribuir para o sucesso dos leitores.

“Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, por que o mundo pertence a quem se atreve. E a vida é muito para ser insignificante.”

Charlie Chaplin

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
DV	Deficiente Visual
CF	Constituição Federal
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PD	Pessoas com Deficiência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO II - OBJETIVOS	16
2.1. GERAL	16
2.2. ESPECÍFICOS	16
CAPÍTULO III - REVISÃO DE LITERATURA	17
3.1. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	17
CAPÍTULO IV - METODOLOGIA	31
4.1. TIPO DE ESTUDO	31
4.2. LOCAL E CENÁRIO	31
4.3. PARTICIPANTES DO ESTUDO	32
4.4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	33
4.5. TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS	34
4.6. ASPECTOS ÉTICOS DO ESTUDO	35
CAPÍTULO V - RELATOS DAS ENTREVISTAS DOS PROFESSORES E GESTORES SOBRE A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL	37
5.1. ORGANIZAÇÃO DOS DISCURSOS DOS PROFESSORES	39
5.2. RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	51
CAPÍTULO VI - CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICES E ANEXOS:	
QUESTIONÁRIO E QUESTÕES NORTEADORAS – PROFESSORES E GESTORES	61
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	62
TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS PROFESSORES	63
TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA GESTORES	87
CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DE ESTUDO. QUIXADÁ-CE, BRASIL, 2021	98
EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS	112
EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS	115
CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PARTICIPANTES DE ESTUDO. QUIXADÁ-CE, BRASIL, 2021	116
EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS	121
EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS	124
EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS	127
REDUÇÃO 1	128
TERMO DE ANUÊNCIA	129
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	130

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A deficiência visual é uma condição clínica que pode acometer crianças nas fases do desenvolvimento. Para qualquer forma de impedimento que resulte em enfermidades visuais falamos em deficiência visual (PINTANEL; GOMES; XAVIER, 2013). No caso da baixa visão e cegueira as pessoas com deficiência visual (DV) têm suas atividades do dia a dia limitadas, trazendo diversos problemas na execução de tarefas simples, principalmente em âmbito escolar (BARBIERI *et al.*, 2019). Tais repercussões tornam-se ainda mais exigentes de atenção e cuidados quando se referem ao público infantil e adolescente com deficiência visual. Nos termos da legislação brasileira vigente considera-se criança até 12 anos de idade incompletos; a partir dos 13 até 18 anos é considerado adolescente (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

Como forma de ultrapassar tais dificuldades, diferentes dispositivos legais no Brasil e no Mundo asseguram a esse público acesso indiscriminado a um ambiente favorecedor de aprendizagem e socialização. A Declaração Universal dos Direitos da Criança (BRASIL, 1959) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) proporcionam a educação gratuita e compulsória sem discriminação.

No Brasil existem, pelo menos, 1,6 milhão de pessoas com algum tipo de deficiência visual, sendo a maioria delas com baixa visão; em relação ao público infantil, de cada 3 mil crianças, uma é cega (BRASIL, MEC, 2018). O Ministério da Educação e Cultura – MEC – em 1973 criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que gerencia a educação de crianças especiais no Brasil, mas somente em 1988, com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, houve a consolidação do direito à educação.

Tal determinação legal está expressa no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF,1988). “A criança cega não é uma criança que se desenvolveu de forma diferente das outras,

mas ela tem necessidades específicas que precisam ser atendidas” (VYGOTSKY, 1997, p. 76).

Ao Estado cabe garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (CF, 1988: art. 208). Por uma luta de igualdade e condições de acesso à escola, o Brasil assinou acordos relevantes, como em 1990 a Declaração Mundial de Educação para todos e em 1994 a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994).

No Brasil, a acessibilidade das pessoas com DV são estabelecidas pela Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004. Tais dispositivos são referendados pelas regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que determinam que indicadores de acessibilidade sejam claros e detalhados. Entretanto, ainda é enfrentado em território nacional o desafio de atender às medidas preconizadas em favor de um ambiente seguro para as pessoas com deficiência (BRASIL, 2004).

Nos primórdios da civilização, crianças e adolescentes com diferentes deficiências eram habitualmente vítimas de discriminação e preconceito. Na Grécia Antiga, crianças deficientes não tinham o direito de viver e eram sacrificadas de modo impiedoso. Com a evolução da história, a humanidade avançou no reconhecimento e aceitação de limitações físicas e intelectuais em adultos e crianças com a criação de órgãos e institutos que auxiliavam na superação de limitações.

No Brasil, ainda quando Império, houve a criação do Instituto dos Meninos Cegos e, em 1854, Benjamin Constant criou o Instituto dos Surdos e Mudos; já no século XX houve a fundação do Instituto Pestalozzi (1926) para pessoas com deficiência. Já a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais surgiu em 1954, com destaque e maior empenho e respeito no tratamento das crianças e adolescentes com deficiência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008).

Os diferentes institutos voltados para educação de crianças e de adolescentes com deficiência, cujo objetivo precípua é oferecer-lhes chances igualitárias, que oportunizam a inclusão social. Esta pode ser definida como o conjunto de equiparação de oportunidades com a interligação das pessoas com deficiências e sem deficiências (MARCIEL, 2000).

A política de inclusão de alunos com necessidades especiais teve início em 2008, mantendo-se até os dias atuais. Nesse ínterim, o Brasil adotou medidas para implementar escolas inclusivas para as pessoas com deficiência, assumindo as ações em políticas públicas com a inclusão escolar como diretriz educacional (BAPTISTA, 2019).

O acesso ao ambiente escolar é assegurado em lei, contudo, ainda se mostra desafiadora a efetiva integração da criança e do adolescente com DV na escola. São muitas as dificuldades que envolvem esse público, dentre elas, a necessidade de comunicação e integração social pois, “[...] à locomoção, exploração de locais e objetos que os levam a serem considerados incapazes de participar de atividades em grupo e contribuir ou desenvolver sua empregabilidade” (PINTANEL; GOMES; XAVIER, 2013, p. 87).

Os desafios são inúmeros e envolvem diferentes atores sociais: família, professores e gestores. Importante acrescentar que o espaço escolar não deve ser visto apenas como um local de aprendizagem, mas, também, como oportunidade de socialização. Para tanto, existe a necessidade de se oferecer à criança e ao adolescente com DV um ambiente seguro, tanto no aspecto psicológico quanto no âmbito da afetividade. Assim sendo, serão ofertadas a esse público experiências exitosas de convivência social e de aquisição de conhecimentos.

Diante do exposto, e por acreditarmos ser a acessibilidade ao ambiente escolar um direito legalmente reconhecido às crianças e aos adolescentes com DV, propomos a seguinte questão de pesquisa: *Como se apresenta o cenário escolar para o acesso da criança e do adolescente com DV?*

Justifica-se o presente objeto de estudo pela importância social em assegurar de modo igualitário oportunidades para crianças e adolescentes que se veem privadas de qualidade no sentido da visão. O diagnóstico situacional das condições de acessibilidade ao ambiente escolar de rede pública em um município do Estado do Ceará poderá oferecer informações relevantes a respeito do ensino da criança e do adolescente com deficiência visual.

O interesse da pesquisadora pelo referido objeto de estudo advém de sua formação como advogada, sensível às questões de cunho social, principalmente, naquelas situações de não atendimento ao direito das pessoas em condição de vulnerabilidade, com repercussões significativas na qualidade de vida e de saúde.

A relevância em discutir a saúde e a educação como garantidores de oportunidades para crianças e adolescentes com DV, precisa de apoio e força para sua implementação. O envolvimento da coletividade se faz não somente necessária, mas também importante para que ocorram mudanças expressivas e concretas, além de assegurar acesso seguro e eficaz desse público ao ambiente escolar.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

2.1. GERAL

- Analisar o acesso da criança e do adolescente com deficiência visual no cenário escolar, segundo a percepção de professores e gestores escolares de Quixadá-CE.

2.2. ESPECÍFICOS

- Averiguar ações no cenário com repercussão que repercutam na acessibilidade da criança e do adolescente com deficiência visual.
- Diagnosticar a situação do acesso da criança e do adolescente com deficiência visual no cenário escolar com vistas à proposição de estratégias de aumento/incremento da acessibilidade.
- Identificar as dificuldades na ensinagem de crianças e adolescentes com deficiência visual.
- Propor estratégias de incremento de acessibilidade ao ambiente escolar.

CAPÍTULO III

REVISÃO DE LITERATURA

3.1. DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Após 33 anos da promulgação da nossa Constituição Federal (1988) são inúmeras as conquistas como, também, alguns retrocessos no que tange às pessoas com deficiência (PD). Esta carta política trouxe pontos importantes para a proteção para esse determinado grupo, como: os Direitos Sociais; proteção do mercado de trabalho, reservas em vagas de concursos públicos, assistência social, educação, cidadania e dignidade humana.

São diversos os dispositivos que tratam sobre o assunto. O marco histórico, que é a implementação da Constituição Federal de 1988, é apontado como avanço no Direito, por se tratar de um texto que em diversos artigos demonstra uma abordagem igualitária e garantista ao grupo de PD.

Várias leis, decretos e normas regulamentadoras demonstram a preocupação do legislador em assegurar direitos e garantias fundamentais ao cidadão que porte alguma deficiência. No que tange às crianças e aos adolescentes, tais medidas protetivas revestem-se de especial importância pelo caráter de vulnerabilidade e inúmeros obstáculos enfrentados por estes no acesso à saúde e à educação.

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o direito das pessoas com deficiência no ordenamento jurídico brasileiro, além do que, avança para análise do posicionamento internacional em torno da matéria. Para tanto, utiliza-se do método de pesquisa documental, sob a função de esclarecer discursões relativas à pessoa com deficiência seja a nível federal, estadual e municipal, adentrando em convenções e declarações estabelecidas em tratados internacionais.

O art. 5º traz um rol de Direitos e Garantias Fundamentais em seu *caput* onde anuncia que:

Todos são iguais perante a lei e seu inciso III onde “ninguém será submetido à tortura e nem a tratamento desumano ou degradante”, no inciso X, menciona a inviolabilidade da honra, o inciso XLI; será punido

quem agir com discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Este artigo é *conditio sine qua non* para proteção das pessoas com deficiência, pois funciona como uma couraça sobre o Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, dignidade da pessoa humana, dentre outros. No § 3º, do art. 5º, da CF/1988, o Brasil assinou e ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, garantindo a efetividade aos direitos das pessoas com deficiência (ARAÚJO; COSTA FILHO, 2015).

A Constituição, por ser norma absoluta e indispensável, nos garante defender a aplicabilidade desses direitos, principalmente, no que tange aos direitos sociais, aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana. De forma que, ao longo da carta constitucional, encontramos diversos artigos que tratam dos direitos das pessoas com deficiência, seja de modo direto ou indireto. A saber: art. 64 onde proíbe a discriminação em relação ao salário; arts. 23, 24 e 37 que tratam da competência da União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, onde devem assegurar os cuidados de saúde e assistência pública como, também, proteção e integração social obedecendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No que tange aos Direitos Sociais estão postos no art. 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. O referido artigo rege direitos fundamentais no que se refere à sociedade brasileira, que anseia pelo seu cumprimento, principalmente, as pessoas com deficiência, pois ninguém melhor que essas pessoas para reivindicar seus direitos, indicar a discriminação, a exclusão e sua opressão, no meio de uma sociedade que muitas vezes age indiferente (ABREU; VILARDO; FERREIRA, 2019).

De acordo com o art. 7º, inc. XXXI, não pode haver discriminação, em razão da deficiência, em relação à contratação e manutenção do emprego. Percebe-se que esses artigos tratam de direitos referentes ao trabalho, com a inserção das pessoas com deficiência na sociedade de forma ativa e produtiva. Dessa forma, os Direitos Sociais, chamados de Direitos de terceira geração, são direitos do

povo; por ser a Constituição soberana deve por força de sua própria magnitude garantir seus ordenamentos e direitos da sociedade em sua máxima efetividade.

Encontraremos no art. 203, IV, direito à habilitação e à reabilitação, inciso V a garantia de um salário-mínimo à pessoa com deficiência que não tiver condições de se manter e nem de ser mantido por sua família. O dispositivo 208, II, firma o direito à inclusão social das pessoas com deficiência, art. 215 menciona que o Estado garantirá acesso aos direitos culturais como também no art. 217 estabelece fomentar as práticas desportivas formais e não formais. O art. 227 em seu § 2, garante a acessibilidade desse grupo de pessoas, o art. 244, afirma essa acessibilidade para os imóveis e veículos de transporte coletivo existentes (ARAÚJO; COSTA FILHO, 2015).

Esses dispositivos novamente salvaguardam os direitos inerentes às pessoas com deficiência como a assistência social, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, a garantia de um salário-mínimo. As pessoas com deficiência devem ser tratadas com igualdade, inclusive, em relação à Previdência Social, direitos estes garantidos constitucionalmente.

Uma das maiores conquistas para as pessoas com DV é o Direito à educação com atendimento educacional especializado (art. 208, III). De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, no Brasil há, aproximadamente, 45 milhões de pessoas com alguma deficiência. Segundo pesquisa do IBGE, se o Brasil tiver 100 pessoas, 19 teriam dificuldade de enxergar; existem mais de 12,5 milhões de cidadãos com deficiência, onde corresponde 6,7% da população (IBGE, 2020). Todos somos responsáveis pela implementação desses direitos, assim como menciona em seu *caput* o art. 227, da Carta Política vigente:

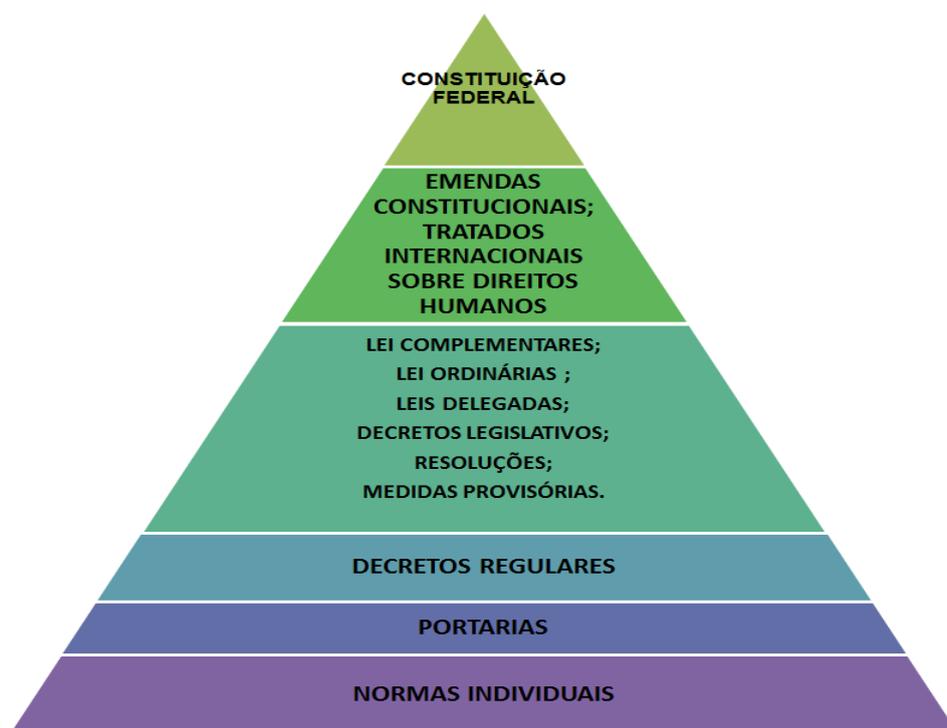
É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Infelizmente nos deparamos com um retrocesso quando verificamos tantas crianças e adolescentes sem o mínimo para sobreviver. Sobretudo, faz-se necessária a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência seja qual for essa deficiência; física, sensorial ou mental.

Pela inércia dos entes federados, União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios, verificamos uma grave ofensa à Constituição, à sociedade, e, principalmente, às pessoas com deficiência, cujo direito está constitucionalmente assegurado. Os direitos das pessoas com deficiência são direitos indispensáveis e indisponíveis, dessa forma direitos que precisam de políticas públicas e sociais. Todavia, estas são estabelecidas de forma verticalizada, assim pouco é considerada a participação e ajuda da sociedade, estes problemas são tratados como “problemas de gestão”, dessa forma são postergados e mitigados.

Apesar da Nossa Constituição ser a lei maior, estando como lei soberana, como bem ponderado por Hans Kelsen, com sua estrutura escalonada na ordem jurídica, nos últimos anos foram criadas diversas leis no que se refere aos Direitos das Pessoas com deficiência, com objetivo de garantir os direitos fundamentais (KELSEN, 1881-1973).

Figura 1 - Pirâmide de Kelsen



Disponível em: <https://direitoaojus.blogspot.com/2017/07/piramide-de-kelsen.html>.

É incluso em nosso ordenamento jurídico, as Leis Infraconstitucionais, leis que amparam e efetivam avanços em favor de tratamento igualitário para pessoas com deficiência no sistema brasileiro:

Quadro 1 - Legislação das pessoas com deficiência

LEI FEDERAL nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.	É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
LEI FEDERAL nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.	Assegura à pessoa com deficiência, o direito de se inscrever em concurso público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência.
LEI FEDERAL nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
LEI FEDERAL NO 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. LEI DE ACESSIBILIDADE (LEI FEDERAL).	Estipula projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra com destinação pública ou coletiva.
LEI FEDERAL nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991. PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.	Regulamenta cotas para deficientes e pessoas com deficiência, dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência e dá outras providências à contratação dessas. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
NORMAS TÉCNICAS – ABNT, NA NBR 9050. SETEMBRO DE 1994.	Há normas que norteiam a implementação das mudanças ambientais, de forma a eliminar as barreiras arquitetônicas.
LEI FEDERAL nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995 LEI DE ISENÇÃO DE IPI, IOF, ICMS E IPVA.	As pessoas com deficiência ou autistas, ainda que menores de dezoito anos, poderão adquirir, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, com isenção do IPI, automóvel de passageiros ou veículo de uso misto, de fabricação nacional, classificado na posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi).
LEI FEDERAL nº 11.126, DE 27 DE JUNHO DE 2005. LEI DO CÃO-GUIA.	Regulamenta o direito de a pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia ingressar e permanecer com o animal em todos os locais.
LEI FEDERAL nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LEI FEDERAL)	Apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público...garantir os direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros.
LEI FEDERAL nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.	Dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede regular de ensino.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 198 DE 13/06/2001.	Todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, como mais uma forma de promover a isonomia social à pessoa com deficiência. A língua brasileira de sinais, Libras, direcionada à comunicação das comunidades de pessoas surdas, é considerada, junto com a língua portuguesa, língua oficial do Brasil, e está prevista na Lei n. 10.436/02.40
LEI FEDERAL nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.	É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, no que tange à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social...
DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL POR MEIO DA ADI nº 5357.	Estabelece a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e prover as medidas de adaptação necessárias sem que ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas.
NORMA COMPLEMENTAR nº 01/2006 (ANATEL)	Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
DECRETO LEGISLATIVO nº 186, DE 9 DE JULHO DE 2008 (SENADO).	Implementando a política de inclusão escolar, preconizando a garantia do direito ao acesso à Educação Inclusiva em todos os níveis.
DECRETO FEDERAL nº 5.296, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004 (SENADO).	Estabelece que os semáforos localizados em vias públicas deverão estar equiparados com mecanismo que sirva de guia e orientação para o traslado de pessoas com deficiência visual ou com mobilidade reduzida, em todos os locais onde o fluxo de trânsito for intenso.
DECRETO LEGISLATIVO nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 (SENADO)	Promulga a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, em seu art. 13, acesso à justiça, art. 29, participação política e pública, art. 30, promove a participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte das pessoas com deficiência.
LEI FEDERAL nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.	Trata dos direitos e deveres dos portadores de deficiências, garantindo que em todo o território brasileiro ações sejam desenvolvidas para melhorias em sua vida, saúde, educação, trabalho e lazer.
LEI FEDERAL nº. 9394/96 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	Garantiu escolaridade gratuita a todos em seu Capítulo V, nos artigos 58, 59 e 60.
LEI FEDERAL nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001. A EDUCAÇÃO ESPECIAL, COMO MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESCOLAR.	A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante. Estabelecer cooperação com as áreas de saúde, previdência e assistência social para, no prazo de dez anos, tornar disponíveis órteses e próteses para todos os educandos com deficiências, assim como atendimento especializado de saúde, quando for o caso.
RESOLUÇÃO CNE nº 02, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001	Abordam as Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica, garantindo acessibilidade todos os níveis de escolaridade.
PORTARIA nº 3.284, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003.	Traçou diretrizes de acessibilidade ao Ensino Superior para portadores de deficiências, como vagas em estacionamentos, rampas, adaptações em estabelecimentos, mudanças estruturais permitindo melhorias de acessos aos deficientes.
LEI FEDERAL nº 13.835, DE 4 DE JUNHO DE 2019.	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile.
DECRETO nº 10.502 DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.	Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

RESOLUÇÃO DO CNJ nº 230, DE 22 DE JUNHO DE 2016.	Conduz a adequação de atividades dos órgãos do Poder Judiciário e auxiliares as definições da Convenção Internacional das pessoas com deficiência.
---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

No rol das leis mencionadas, encontramos diversos direitos sendo amparados; direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Como definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que completou 32 anos, tem como prioridade proteger as crianças e adolescentes, inclusive aquelas com deficiências. Determinações essas ratificadas em outros diferentes dispositivos, tais como o Estatuto das Pessoas com Deficiência, a Lei de Inclusão, a Lei Federal nº 13.146 de 2015, Lei 7.853 de 1989 e o Decreto nº 3.298 de 1999, todas essas leis garantindo todos os Direitos mencionados acima (BRASIL, 1989).

Cabe mencionar que no art. 8º redação da Lei Federal nº 13146/2015 designa como crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa; recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em instituições de ensino de qualquer curso público ou privado, em razão de sua deficiência; impossibilitar inscrição ou acesso de alguém em concurso público; negar emprego, trabalho ou promoção; recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial; deixar de cumprir, retardar ou bloquear execução de ordem judicial expedida na ação civil; recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública (LOPES, 2020).

Amparado na Lei Federal nº 13.146 de 2015 e na Lei 10.048/2000, as pessoas com deficiência têm prioridade em alguns atendimentos, como: proteção e socorro em qualquer circunstância, atendimentos em todas instituições e serviços de atendimento ao público, em recursos, inclusive tecnológicos, disponibilização de pontos em paradas, estações e terminais, acesso a informações, recebimento em imposto de renda e tramitação processual.

O direito à educação das pessoas com deficiência destaque-se a Lei nº 9.394 de 1996, que garante o atendimento especializado para as crianças com deficiência, o Decreto legislativo nº186 com a Educação Inclusiva, Lei nº 9394/96 – LEI DE

DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, resolução CNE nº 02, de 2001 e a Portaria nº 3.284 de 2003 (BRASIL, 2003). Percebe-se a singularidades nos dispositivos que abrangem o tema educação. Ocorre, que a Constituição de 1988, antes das leis e do julgamento do STF, já assegura o direito da pessoa com deficiência à educação. O Decreto Federal nº 189, de 2001, oficializa a linguagem de Libras para pessoas surdas.

Recentemente o Presidente sancionou Decreto onde seus termos, contradiz com todo avanço no que tange ao direito à educação das pessoas com deficiência. O Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020 arbitra aos pais das crianças com deficiência a decisão de escolher o que seja melhor para filho, sem a obrigatoriedade em incluir as crianças em escolas normais, assim a escola também pode recusar em receber alunos especiais. Este decreto não só é inconstitucional como um retrocesso de todas as lutas por Educação Inclusiva do povo brasileiro. O referido decreto vai contra o Decreto 6.949/09, a Lei 13.005, o Plano Nacional de Educação de 2014, que vale até 2024. Viola inclusive as Convenções; Salamanca e Convenção Internacional de Direitos das Pessoas com deficiência. Contudo, o Decreto traz uma quebra de paradigmas em igualdade e humanidade.

Nesse diapasão, verificamos que a Constituição e as leis vigentes precisam ser positivadas, pois cabe aos entes federados a efetivação em favor desse grupo de pessoas que tanto clama pela Aplicação dos seus Direitos.

A Lei de acessibilidade 10.098 de dezembro de 2000, assim como as Normas ABNT NBR9050 de 1994 e 01/2003, garante a acessibilidade por meios dos espaços, equipamentos urbanos com adequada audiodescrição. O parágrafo único da Lei de acessibilidade informa que no mínimo 5% (cinco por cento) de cada brinquedo de lazer devem ser adaptados e identificados para o público portador de algum tipo de deficiência, além do que, locais de espetáculos, aulas e similares deverão assegurar espaços para acomodação de cadeira de rodas. Já a norma complementar 01/2006 estabelece recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004; BRASIL, 2020).

Pontua-se que a Lei 8.989 de 1995 garante acessibilidade na isenção dos impostos: IPI, IOF, ICMS e IPVA (BRASIL, 1996). Pessoas deficientes poderão adquirir, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, com isenção do

IPI, automóvel de passageiros ou veículo de uso misto. No decorrer dos últimos anos, é percebido a criação de leis que amparam as pessoas com deficiência, sendo necessário a efetivação dessas leis para consolidação da acessibilidade. No âmbito de locais acessíveis, trata-se de construir e adequar espaços públicos, materiais escolares compatíveis para ser possível a inclusão sociais dessas pessoas com necessidades especiais. Assim, garantimos a possibilidade e o alcance de todos e igualdade na sociedade.

A Lei nº 11.126 de 2005, regulamenta o direito de a pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia ingressar e permanecer com o animal em todos os locais; referida lei proporciona aos deficientes visuais a possibilidade de ir e vir livremente como garante nossa Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, XV, um direito elementar de acordo com a lei, portanto, qualquer pessoa pode entrar, permanecer ou sair com seus bens, sem impedimentos (BRASIL, 2005).

Pessoas que são cadeirantes têm no Decreto nº 3.298, de 1999, garantia legal de acesso aos transportes e estabelecimentos públicos. A portaria nº 3.284, de 2003, reitera tal garantia por meio das diretrizes de acesso ao ensino superior para portadores de deficiências, assegurando disponibilidade de vagas em estacionamento, rampas, adaptações em estabelecimentos, mudanças estruturais permitindo que possibilitem liberdade e segurança para deslocamento deste público (BRASIL, 1999).

No que tange à acessibilidade, devem ser considerados todos os critérios para que uma pessoa com deficiência possa ter uma vida normal, ou pelo menos, mais tranquila e sem impedimentos. A Lei nº 13.835, de 2019, assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil, braile (BRASIL, 2019).

Diferentes decretos e leis, tais como o 198 e 186, afirmam que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas. Cabe a todos entes federados e sociedade o conhecimento e comprometimento da efetivação desses direitos para que todos os cidadãos vivam com dignidade e tenham seus direitos assegurados.

Merecem destaque aqueles dispositivos legais que asseguram o direito à saúde e previdência dos cidadãos. Seja por meio de ordem Constitucional ou por lei

complementar, tal como a Lei Previdenciária nº 8.213, de 24 de julho de 1991, os dependentes e contribuintes que tenham deficiência mental ou intelectual ou deficiência grave têm direito a benefícios de Previdência e Assistência Social, na forma da lei. Existe também a previsão de aposentadoria por invalidez para aquelas pessoas que se tornem incapaz, total ou permanente para o trabalho, caso a deficiência que comprometa sua atividade laboral.

Nos últimos anos, as pessoas com deficiência enfrentam mudanças de paradigmas e de estereótipos no que refere as limitações e incapacidades. Apesar da Lei nº 8.213/1991 determinar que a pessoa com deficiência seja detentora de direito à aposentadoria por invalidez, na atualidade, não se faz incomum que pessoas com deficiências dos mais variados tipos, tenham carreiras profissionais de sucesso e subsistam com seus proventos. O direito a vagas em concursos públicos foi um avanço para modificar essa realidade; na atual Carta Política tal garantia está estabelecida no artigo 337, VIII “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadores de deficiência e definirá os critérios de sua admissão” (BRASIL, 1991). Ademais a lei 8.112/90 ratifica esse direito ao estabelecer critérios e percentuais de admissão, onde o art. 5, §2º da referida lei determina as vagas reservadas para tal público em até 20% (BRASIL, 1990).

O ordenamento jurídico brasileiro está estruturado de forma hierarquizada, com intuito de obter um melhor convívio social pautado em regras e normas, como bem mencionado por Noberto Bobbio, e demonstrado no art. 59 da Constituição Federal de 1988 (BOBBIO; CICCIO, 1999):

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - Emendas à Constituição;
- II - Leis complementares;
- III - Leis ordinárias;
- IV - Leis delegadas;
- V - Medidas provisórias;
- VI - Decretos legislativos;
- VII - Resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

O ordenamento e controle do Estado compartilhado pelo Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário, tal como sugerido por Montesquieu, funciona por meio do “check and balances” teoria dos pesos e contrapesos, onde cada poder tem seu papel na organização e controle da sociedade (MONTESQUIEU, 1996). Assim, é esperado pelo povo uma sociedade mais justa e digna, onde acredita-se na efetivação de Direitos tão essenciais a vida das pessoas com deficiência, como fortemente defendido pelas leis do nosso ordenamento brasileiro.

Não diferentemente, em âmbito internacional, é possível perceber a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. O Brasil reitera a importância desse tema por meio de convenções, declarações, leis e decretos, como demonstrado no quadro síntese apresentado e amplamente discutido. Ao contemplar dispositivos legais que assegurem direitos, tais como: educação; saúde; lazer; trabalho; isenção de impostos e taxas, acessibilidade e auxílios, o Brasil se torna um signatário referente aos Direitos das Pessoas com deficiência.

No infográfico a seguir é apresentado o rol de convenções e declarações que norteiam os países no mundo sobre direitos e garantias às pessoas com deficiência.

Figura 2 – Declarações e convenções internacionais



Fonte: Elaborada pela autora.

Verificamos a competência na implementação desses direitos no Brasil, com a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com deficiência que, em seu art. 24, reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação, e para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Sob o mesmo ponto de vista a Convenção de Salamanca e Sapporo tratam a educação como assunto primordial para as pessoas com deficiência. Essas Convenções foram assinadas e ratificadas a primeira em 1994 na Espanha e a segunda em 18 de outubro em 2002 em Sapporo no Japão, pelo Brasil com status de Emenda Constitucional.

A Emenda Constitucional nº 45, acrescenta ao art. 5º da Constituição Federal, em seu §3º, que diz que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. Destarte os inúmeros dispositivos legais asseguradores dos direitos das pessoas com deficiência, muitas vezes para efetivação destes se faz necessário acionar o poder Judiciário. A título de exemplo serão apresentados a seguir algumas decisões do Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, cujo expressivo número de decisões em torno da matéria justifica seu destaque no ordenamento jurídico brasileiro:

- a) Processo nº 009/1.17.0003908-5 – Avianca condenada a ressarcir passageiro com deficiência impedido de embarcar em voo.
- b) Processo nº 9068443-55.2018.8.21.0001 – Suspensos concursos para PM e Bombeiro por falta de vagas para pessoas com deficiência.
- c) Processo nº 70081679300 – Valida lei que determina faturas em braile.
- d) Relatora do recurso na 4ª Turma Recursal Cível, juíza Gisele Anne Vieira de Azambuja, explicou no acórdão que o artigo 1º da Lei Estadual 11.664/2001 e o artigo 2º do Decreto-Lei 42.410/2003 permitem passe livre ao portador de deficiência e também ao seu acompanhante, no caso de ser este imprescindível – Deficiente visual impedida de viajar sozinha será indenizada.

- e) O 2º Grupo Cível do TJRS reconheceu, por unanimidade, que visão monocular (cegueira completa em um olho) se constitui em causa suficiente para reconhecer a condição de deficiente físico de candidato em concurso público.

Todavia, em nossa maior corte que é o Supremo Tribunal Federal, órgão do Poder Judiciário, onde compete resguardar a Constituição, teve julgados em defesa dos Direitos das pessoas com deficiência. O ministro Ricardo Lewandowski, no exercício da Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar no Mandado de Segurança (MS) 32751, a fim de garantir a possibilidade de uma advogada cega apresentar petições, em papel, até que os sites do Poder Judiciário se tornem completamente acessíveis em relação ao Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Resp. 1.377.941, negou a contestação de um banco no pedido da Associação Fluminense de Amparo aos Cegos (AFAC) para confecção de contratos de adesão e demais documentos fundamentais à relação de consumo em braile, distribuição de uma cartilha para empregados do banco com normas de atendimento aos deficientes visuais e pagamento de indenização de danos morais coletivos.

A revisão aqui proposta elencou direitos e garantias das pessoas com deficiência, expondo o representativo número de dispositivos legais tanto a nível nacional, como internacional. Distintas necessidades estão asseguradas, tais como acessibilidade, educação, saúde, assim como benefícios sociais e de natureza previdenciária.

Torna-se evidente a intenção do legislador em assegurar proteção e amparo às pessoas com deficiência, em seus diferentes ciclos vitais. Por outro lado, em muitas situações faz-se necessária a intervenção do Poder Judiciário para o cumprimento desses direitos. O Estado e a sociedade precisam adotar uma postura de cidadania, inclusão e respeito para que seja erradicado qualquer ato de violação desses direitos.

De acordo com toda legislação mencionada do decorrer do artigo foi percebido que os legisladores brasileiros têm uma preocupação em amparar as pessoas com deficiência, por meio de leis, decretos e convenções. Contudo falta aos entes federados a obrigação de implementar e executar as leis vigentes no país.

Foi demonstrado no presente estudo, que os direitos das pessoas com deficiências são salvaguardados pela Constituição Federal de 1988. Carta Política

que assegura a dignidade da pessoa humana como princípio do Direito. A negatização do Estado em não efetivar esses direitos é uma afronta aos direitos norteados pela nossa própria Constituição.

Por outro lado, quando o Brasil pactua com os outros países declarações e convenções, onde aplica a homologação como emenda constitucional, traz ao nosso sistema brasileiro uma proteção e relevância aos direitos das pessoas com deficiência, principalmente no que tange à educação. Este tema, que muitos anos vem sendo rechaçado e embasado como um Direito Fundamental.

Ocorre que o Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020, que foi sancionado pelo Presidente da República, é um retrocesso para a educação brasileira em relação às pessoas com deficiência, O art. 208 da Constituição Federal de 1988, é dever do estado com a educação mediante a garantia de “[...] III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Este artigo assegura às crianças e aos adolescentes com deficiência o acesso à escola normal. Em contrapartida o Decreto retira a obrigatoriedade dos alunos com deficiência a frequentar uma escola com outros alunos sem deficiência, deixando optativo aos pais incluir seus filhos em escolas normais ou especializadas. Este Decreto 10.502/2020 é inconstitucional como também acaba com a inclusão, deixando no sistema brasileiro uma insegurança jurídica (BRASIL, 2020).

Reflete-se que nos avanços que o Brasil teve em implementar leis e normas em prol das pessoas com deficiência, falamos também em retrocessos que mediante a existência de normativos, falta implementação das Leis. Onde muitos casos vão ser resolvidos no Judiciário para ser garantido a efetividade desses direitos.

Compreende-se que o Brasil e o mundo, têm avançado no Direito referente as pessoas com deficiência, apesar de muitos paradigmas a serem enfrentados. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal devem assegurar as lutas e direitos dos cidadãos com deficiência. Assim, as pessoas com deficiência viverão de maneira justa e igualitária.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

4.1. TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório, que objetivou analisar o cenário escolar para o acesso da criança e do adolescente com deficiência visual na Região Metropolitana do município de Quixadá-CE. Tal tipo de estudo orientou-se por pressupostos de abordagem qualitativa, que buscou entender e interpretar o ser humano, por meio da sua vida e os seus mundos, envolveu e sensibilizou frente às apropriações de novos mecanismo e instrumento que representaram e modularam a humanidade (MINAYO, 2020).

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se por particularidades das ciências sociais, descrever dados e categorizá-los de acordo com a importância apresentadas segundo os locutores, discutir em profundidade e abrangência por meio de classificação por categoria traídas do campo, feito isto, realizar um discursão que tenha como base o empírico (MINAYO; DINIZ; GOMES 2016). Outrossim, o objeto de pesquisa aqui explorado possui um fluxo dinâmico e contextualizado, que impulsiona o pesquisador, a viver uma realidade, estabelecer uma exploração que se respalda em valores, crenças e elementos culturais (BRANDÃO et al., 2018).

Entende-se que a condução de um estudo exploratório possibilitará o alcance da intenção de se realizar uma análise diagnóstica da situação no local da pesquisa, com intuito de alcançar uma perspectiva acerca da realidade sobre acessibilidade ao ambiente escolar das crianças e adolescentes com deficiência visual.

4.2. LOCAL E CENÁRIO

O local de estudo foram as escolas públicas de nível médio e fundamental na Região Metropolitana de Quixadá, este município que têm a distância de 167 km da capital do estado do Ceará (147 km em linha reta), localizadas na macrorregião de planejamento Sertão Central, na mesorregião dos Sertões Cearenses. É a maior cidade do sertão central, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE,2021), sua população é 88.321 habitantes (em dados de 2021). O município de Quixadá possui o 17º maior PIB do Estado e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – 2010) de 0,659, o município de Quixadá possui uma escola da rede Federal (contemplando ensino médio, técnico e superior), 07 Escolas Estaduais, 61 escolas municipais (ALMEIDA et al., 2018).

O cenário da pesquisa foi representado pelo ambiente escolar, em torno de 16 instituições de ensino. Os espaços coletivos, situados em distintas áreas da escola, para elucidação das condições de acessibilidade mobilidade segura de crianças e adolescentes com DV. Por meio dos discursos dos participantes é que foi possível inferir a inadequação do espaço escolar para o aluno com DV.

Por conta da crise que assolou nosso país, não foi possível visitar as escolas, algumas estavam fechadas e devido à comorbidade da pesquisadora (asma) as poucas que estavam abertas não havia professores. Não foi utilizado o roteiro para observação dirigida.

Os espaços de uma escola são fontes de desenvolvimento e aprendizado, onde os anos iniciais da criança desenvolvem suas habilidades e aprendem a viver em sociedade. Por passar uma boa parte do tempo na escola, as crianças e adolescentes estabelecem vínculos com os professores no ambiente escolar.

4.3. PARTICIPANTES DO ESTUDO

Foram convidados a participar deste estudo professores e gestores efetivos e temporários das escolas públicas selecionadas. A atuação docente ou de gestão, independente do vínculo contratual, assim como a disponibilidade em responder ao inquérito telefônico serão considerados como critérios de inclusão. Não houve previsão de aspectos para exclusão de possíveis participantes, haja vista que a presente pesquisa muito se beneficiou com a percepção de professores e gestores a respeito do cenário escolar para o acesso da criança e do adolescente com deficiência visual.

A experiência prévia dos participantes com alunos que tenham deficiência visual não foi considerada; o olhar do pesquisador se projeta para o ambiente circundante que deverá estar adequado à criança e ao adolescente que apresente DV, assim como a experiência de ensinagem e gestão do ambiente para conforto e segurança desse público.

Estimou-se que nas escolas da Região Metropolitana de Quixadá estejam lotados, aproximadamente, 485 professores no Ensino Fundamental e 221 professores do Ensino Médio (IBGE,2018). Considerando que cada escola contemple gestores atuantes na direção geral, assim como no apoio pedagógico, que poderão contribuir para o alcance do objetivo central do estudo.

Por estar essa pesquisa orientada por pressupostos qualitativos, cuja premissa é de oportunizar o discurso dos participantes em relação a determinada realidade, foi prevista a contribuição de um número mínimo de 40 professores e de pelo menos 10 gestores, lotados nas diferentes escolas consideradas como local do estudo.

O número final de participantes foi de 40 professores e 11 gestores, onde foi determinado pela recorrência discursiva, entendida como apresentação reiterada de aspectos e informações em comum identificadas nos discursos. Observa-se que não se trata tão somente da apreensão de conteúdos que se repetem, mas sim da apropriação de expressões significativas manifestas pelos depoentes; caso novas ideais ou pontos de discussão fossem indicados nos discursos, se providenciava a inclusão de outros participantes para elucidação e esclarecimento de tais aspectos (NASCIMENTO et al., 2018).

4.4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para obtenção das informações necessárias ao alcance do objetivo central proposto neste estudo, optamos pelo inquérito telefônico. Recurso que favorece a apreensão de informações em horário de escolha do participante, o que reduz transtornos em sua vida pessoal por adequar o horário de atendimento do pesquisador à disponibilidade daquele.

A utilização do telefone para obtenção e registro de informações assegura a proteção dos participantes, assim como do pesquisador (MOREIRA, 2017). Iniciativa pertinente ao momento de crise sanitária atual, cuja prerrogativa maior recomenda o distanciamento social.

Após a identificação dos possíveis participantes que poderiam contribuir com este estudo, foram enviados para seus endereços eletrônicos carta convite (APÊNDICE A) explicitando detalhes sobre a pesquisa, assim como o parecer favorável do CEPE competente e TCLE eletrônico (APÊNDICE B). Mediante aceite

firmado por assinatura digital no TCLE, o participante indicou seu telefone celular onde foi agendado pela plataforma de videochamadas – Google Meet – sua entrevista, assim como o link de acesso para realização da entrevista.

O roteiro de entrevista intencionou estabelecer uma relação dialógica entre pesquisador e participante; a escuta atenta foi observada com respeito absoluto à posição e concepções manifestas pelos participantes. O rol de perguntas não foi exaustivo, oportunizando a introdução de outras questões que auxiliaram na elucidação e alcance dos objetivos formulados para este estudo.

A princípio foi perguntado aos participantes:

1. Como o senhor(a) expõe sua experiência de conviver com uma criança ou adolescente com DV no ambiente escolar?
2. Como acontecia a acessibilidade desse público aos diferentes espaços da escola?
3. Qual é sua percepção sobre a acessibilidade desse público aos diferentes espaços da escola?

Os discursos obtidos a partir do inquérito telefônico, via plataforma digital para videoconferência, foram gravados com recursos disponíveis na referida tecnologia, com anuência prévias dos participantes e posteriormente transcritas literalmente pela própria pesquisadora.

O período de obtenção das informações apenas teve início com o parecer favorável do Comitê de Ética competente e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes.

4.5. TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados teve início com a transcrição literal das falas dos participantes. Na pesquisa qualitativa são utilizados dados textuais, que estabelecem o entendimento e confirmam ou não a conjectura da pesquisa. De acordo com Minayo (2010), a Análise Temática de Conteúdo, divide-se em etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação.

Teve como início a pré-análise a etapa de organização do material que irá ser levantado nas entrevistas. A análise dos dados tem como diretriz envolver-se no mundo de fala dos entrevistados (MINAYO, 2013).

Assim, após a organização do material teve início a segunda etapa da análise de dados que foi a descrição do conteúdo colhido. Segundo as lições de Minayo (2010), partimos para um processo de reduzir o texto por intermédio de palavras e expressões significativas. Foram analisados os resultados com a interpretação e análise qualitativa das falas, acerca dos depoimentos dos professores e, portanto, foi utilizado a produção científica de autores cujos estudos estivessem voltados para a temática sobre acessibilidade da criança e adolescência com deficiência visual, como também, a inclusão de dispositivos legais que garantem a educação especializada dos alunos cegos.

O conteúdo apreendido a partir dos discursos, conjuntamente ao relatório da observação dirigida produzido pela pesquisadora, subsidiou a produção de relatório diagnóstico e situacional a respeito do acesso da criança e do adolescente com deficiência visual na Região Metropolitana do município de Quixadá-CE.

4.6. ASPECTOS ÉTICOS DO ESTUDO

O projeto contemplou os aspectos éticos e legais, nos moldes da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde que trata da pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Ademais, foi incluído na pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi respeitado os preceitos da bioética, de autonomia, beneficência, justiça, não maleficência, justiça e equidade. O anonimato dos sujeitos vinculados à pesquisa será preservado e a assinatura do termo de consentimento livre esclarecido será solicitada após os esclarecimentos quanto aos objetivos do estudo, sendo garantida a liberdade em participar ou não do estudo. CEP, sob o número 4.763.444.

Foram solicitadas as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com o convite para participação na pesquisa e autorização para gravar a conversa.

Os riscos inerentes à participação dos convidados nesse estudo podem estar relacionados a relativa sobrecarga de afazeres, contudo, a expectativa é que o agendamento do melhor horário para responder ao pesquisador oportunize maior

conforto, com mínima interferência nas atividades cotidianas, de modo a não lhe tomar grande parte do tempo disponível. Sobre os benefícios, tem-se a expectativa que o alcance dos objetivos propostos ofereça à comunidade docente, assim como aos gestores das escolas da Região Metropolitana do município de Quixadá, elementos promotores de melhorias e adequações no ambiente escolar para crianças e adolescentes com deficiência visual.

CAPÍTULO V

RELATOS DAS ENTREVISTAS DOS PROFESSORES E GESTORES SOBRE A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Os anos de 2020 e 2021 foram repletos de desafios para os pesquisadores, que por causa do isolamento social tiveram que reestruturar o percurso metodológico anteriormente proposto. No presente estudo, as entrevistas foram realizadas de forma remota, utilizando a plataforma *Google Meet*. A partir das entrevistas realizadas, foi possível uma maior aproximação com a percepção de professores e gestores de estabelecimentos públicos de ensino para crianças e adolescentes com deficiência visual no município de Quixadá, localizado no Sertão Central do Ceará.

Os discursos apreendidos nos deram um norteamento e compreensão do ensino e dos espaços da escola no que tange às crianças e aos adolescentes com deficiência visual, possibilitando uma pré-compreensão do passado, presente e futuro da Educação Inclusiva em Quixadá, porquanto, nas falas dos professores ouvimos a educação; “como foi”, “como está” e “como deveria ser”.

As entrevistas foram realizadas com 40 (quarenta) professores e 11 (onze) gestores, com duração média de 6 a 15 minutos. Os 51 (cinquenta e um) profissionais entrevistados apresentam intervalo de idade variando de 20 a 65 anos de idade e alguns já estavam aposentados.

Tabela 1 – Caracterização do perfil dos professores e gestores de conteúdo e aparência. Quixadá, 2021

VARIÁVEIS	PROFESSORES E GESTORES (n)	%
Idade		
P.2----- 30 anos	2	18,2 41-
G10-----45 anos	0	0
Sexo		
P. Feminino	37	90,9
P. Masculino	3	9,1
G. Feminino	9	

G. Masculino	2	
Graduação		
Letras	10	45,5
Língua Portuguesa e Inglês	1	
Língua Portuguesa e Espanho	1	
Pedagogia	15	27,3
Ciências	2	9,1
Geografia	1	9,1
Química	1	
Psicologia e Pedagogia	4	9,1
História	3	
Física	1	
Licenciatura em Matemática	1	
Direito	2	
Função/Cargo		
Coordenadora Pedagógica	4	
Professor(a)	3	27,3
Gestores	5	9,1
Titulação		
Especialização	26	27,3
Mestrado	3	45,5
Doutorado	0	27,3
Área de atuação		
Linguagem e Códigos no Ensino Médio	1	9,1
Ciências da Natureza	4	9,1
Educação Infantil	4	27,3
Psicopedagogia	6	9,1
Área de Humanas	1	9,1
Ensino Médio	4	27,3
Educação Especial	6	9,1
Ensino em Matemática	2	
Química e Biologia	1	
Língua Portuguesa	1	
Polivalente	1	
Tempo de trabalho na área		
5 a 15 anos	2	18,2
16 a 25 anos	2	18,2
>25 anos	7	63,6

Fonte: Elaborada pela autora.

Seis dos professores e três dos gestores entrevistados tinham experiência na ensinagem de alunos com deficiência visual e relataram suas experiências de forma engrandecedora.

5.1. ORGANIZAÇÃO DOS DISCURSOS DOS PROFESSORES

O processo de análise teve início com a transcrição das entrevistas, seguida da organização do material, tendo continuidade com a etapa de extração de conteúdos significativos, totalizando 63 recortes discursivos provenientes dos professores participantes e 28 recortes dos gestores (ANEXO). Segundo as lições de Minayo (2010), partimos para um processo de reduzir o texto por intermédio de palavras e expressões significativas.

Em um segundo momento, os discursos de gestores e professores foram reunidos em torno de significados em comum (APENDICE F), possibilitando a construção das categorias temáticas nomeadas: *Professores e gestores frente ao aluno com deficiência visual* e *A exclusão do aluno com deficiência visual no ambiente escolar*. A seguir são apresentadas as inferências advindas do movimento compreensivo em torno das experiências compartilhadas pelos participantes, ancoradas em referências pertinentes ao tema em questão.

5.1.1. PROFESSORES E GESTORES FRENTE AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Por muito tempo a educação as pessoas com deficiência foi negligenciada, pois esses estudantes eram vistos de duas maneiras: como caridade e os rejeitados que estavam em pecado (MAIA, 2020). Somente no decorrer do tempo é que o interesse por educação de pessoas com deficiências veio a ser importante. Nos tempos atuais, a necessidade de falar sobre educação nos leva a conhecer melhor como funciona os acessos desse público na escola. Educação um Direito Fundamental, onde deve-se ser analisado as didáticas educativas, condições estruturais, dentre outros, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205, 206 e 208 ampara os estudantes com deficiência visuais e as demais deficiência direito a educação com qualidade, é dever dos entes federados garantir esse atendimento especializado, assim professores e gestores tem a missão e de garantir que esses alunos possam ser participativos em sala de aula (BRASIL, 1988).

É sabido que as pessoas com deficiência visual têm sua vida privada das imagens do mundo, sendo necessário de estímulos táteis e auditivos para a compreensão e desenvolvimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

Segundo Vygotsky (1997, p. 41):

É por meio de outros, por intermédio do adulto que a criança se envolve em suas atividades. Absolutamente, tudo no comportamento da criança está fundido, enraizado no social. [E prossegue:] assim, as relações da criança com a realidade são, desde o início, relações sociais. Neste sentido, poder-se-ia dizer que o bebê é um ser social no mais elevado grau.

No presente estudo, nos propomos a descrever a percepção de professores e gestores frente ao aluno com deficiência visual. Nos recortes, podemos perceber vários relatos dos professores e gestores com sentimentos de exclusão dos alunos cegos, pois quando o professor não se sente preparado para lecionar alunos com deficiência visual, eles percebem essa exclusão. Não pelo fato de eles estarem em sala de aula, pelo fato de não se sentirem preparados para lecionar esses alunos.

No artigo 59 da Lei 9.394/96 são assegurados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, onde o sistema de ensino deve conter currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para ensinagem desse público (BRASIL,1996). No momento das entrevistas foi mencionado a existência de barreiras que limitavam os alunos a participar mais de forma ativa nas aulas.

Apesar de, em alguns casos, os professores, estarem dispostos a assumir a classe e acompanhar esse público, mostraram-se em evidências, que alguns necessitam de capacitação. Conforme falas dos entrevistados, a busca por medidas que venham colaborar com o ensino a pessoas com deficiência visual está presente em diferentes falas:

[...] Eu ficaria com a mão na cabeça de como eu iria trabalhar com esse aluno [...] P1.1.

[...] temos muito medo, porque não temos formação [...] P11.1.

[...] a maioria dos professores não estão qualificados, até porque o sistema não disponibiliza essa qualificação [...] G3. [4].

[...] A escola pública municipal não está preparada para essa inclusão. Em Quixadá tem o cuidador, mas ele fica no contexto de participação social, eu não sei se esse aluno tem as mesmas chances do aluno sem deficiência [...] G9.4. [18].

Por essas falas percebe-se a insegurança dos docentes em sala de aula, quando imaginam ensinar crianças ou adolescentes com deficiência visual.

Os professores e gestores que participaram do estudo mostraram-se disponíveis em compartilhar sua experiência ou/e suas percepções frente aos alunos com deficiência visual, indo além da ensinagem, trazendo à tona inúmeros sentimentos, como de exclusão e déficit de materiais didáticos para a acessibilidade das crianças ou adolescentes com deficiência visual.

A qualidade da educação desses alunos com deficiência depende da formação dos professores, dessa forma, podemos garantir a Educação Inclusiva. De acordo com o MEC, existe formação para professores: “O Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP”, desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com SEESP”, que tem como objetivo oportunizar os professores e gestores a formação de professores na área da educação especial, no âmbito da pós-graduação. Contudo, esses cursos e oportunidades podem ser a distância, possibilitando aos educadores o acesso a essa capacitação (BRASIL, 2000).

Através das conquistas relacionadas, quer seja dentro da educação especial ou fora dela, pessoas e ou/ estudantes, com deficiência ou não possuem seus direitos garantidos em leis e assim, sabemos que o direito de TODOS à educação com vistas a inclusão, deve ser consolidada com qualidade (RODRIGUES; LIMA, 2017, p. 11).

Observamos nos depoimentos dos entrevistados que alguns professores lecionaram jovens com cegueira total, outros com cegueira parcial, e outras não tiveram nenhuma experiência. Esses momentos foram relatados, no quais se apercebe o sentimento de exclusão na fala do professor:

[...] percebo que a cegueira sempre ficou de lado [...] P10.1.

[...] a gente precisa ter uma formação, um conhecimento, para que a gente possa fazer com que esse aluno tenha a oportunidade de aprender [...] P14.1.

[...] sinto essa necessidade de ver essa mudança, para a gente fazer de fato o nosso papel de ir além [...] P26

[...] A escola ser inclusiva, ser de todos. que infelizmente não percebo isso no meu município [...].

Há momentos que os professores também se incluem nesse fator gerador de inclusão, pois quando ele analisa que precisa de formação, logo pensa que este ser com uma formação adequada logo terá como acolher de forma mais adequada a criança ou/e adolescente com deficiência visual, e acordo com o discurso abaixo transcrito:

P33.5 [...] A escola ser inclusiva, ser de todos. que infelizmente não percebo isso no meu município [...].

Este cenário de insegurança, medo e preocupação leva a educação das pessoas com deficiência visual ser uma educação frágil e no mínimo requer um planejamento e a necessidade de inclusão de atividades didáticas.

Atividades essas que são essenciais, onde encontramos diretrizes e amparo legal para que funcione este cenário de “medos e inseguranças” dos educadores, na LDBEN n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996):

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Esta exigência de formação que vem a ser inserida na ensinagem de alunos com deficiência deve ser realizada em todos os níveis de ensino, o professor deve estar preparado para garantir a inclusão, o desenvolvimento desse aluno. Todavia, em algumas entrevistas foi citado que a escola não tinha aluno com deficiência visual, e por isso não tinha uma metodologia pronta. Ocorre que a maioria das escolas, aguardam a chegada do aluno para providenciar os recursos devidos, nesse

contexto, o aluno cego que venha a se matricular fica na escola, aguardando o material didático, a capacitação do professor, os livros em Braille... e o tempo urge para que esse acesso seja garantido a este público.

No entanto, esse tempo o aluno está em uma socialização com os demais, quando este aluno não frequenta somente a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Nesse diapasão, onde está a inclusão? A falta de recursos didáticos e a demora na solicitação da demanda, gera um negativismo na educação a pessoas com deficiência.

Observamos a importância de um ambiente escolar que proporcione o bem-estar da criança e adolescente com deficiência visual, pois o meio ao qual este público vivencia é permeável pelas imagens que facilitam as interações, as relações, a linguagem e a aprendizagem de modo que a visão não permite. O aluno cego precisa da mediação do professor para poder compreender, ouvir e tocar esse mundo visual para fazer a compreensão dos acontecimentos e explorar os mapas mentais (DIONÍSIO; VECTORE, 2017, p. 550).

Nesse momento, observamos que a educação e a saúde desses alunos se encontram frágeis e requer uma ação de implementação de políticas públicas entre o Estado e o Município para que tenha um resultado positivo. Assim, teríamos professores mais capacitados, seguros e fortes para receber esse aluno cego na escola, sem a presença de sentimentos, como o “medo”, a preocupação e o sentimento de incapacidade.

Na afirmação de Vigotski (1997), a criança com alguma deficiência não apresenta um desenvolvimento inferior ao das demais crianças, apenas se desenvolve de outro modo. Percebemos que para a saúde e o bem-estar dessa criança, ter um profissional que esteja preparado e disposto a ensinar dos alunos com deficiência visual, permitirá que estes tenham a oportunidade de acompanhar as séries coletivas como o aluno sem deficiência.

Vygotsky (1997), também em suas ponderações, relata que o funcionamento psíquico das pessoas com deficiência visual obedece às mesmas leis que regem o das demais pessoas, diferindo apenas em sua organização. Se os educadores conhecerem o mundo dos alunos cegos e entenderem a forma que eles aprendem, poderão permitir a esse público a aprendizagem de forma mais produtiva, garantindo assim o bem-estar.

Observamos, nesses discursos, que não é apenas o professor que sente a necessidade de mudança, o gestor, e acredito que essa visão dele, é fundamental para a mudança no cenário educacional desses alunos. Já que temos um rol de direitos que servem como garantia dessas mudanças.

5.1.2.A EXCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Alguns professores, em sua fala, relatam mudanças, onde a ensinagem para as crianças deficientes visuais necessita de mudanças, remete a sua fala no sentido geral: arquitetônica, capacitação, material, inclusive mudança para a inclusão, desses alunos em sala de aula, como ponderado pelos professores:

[...] percebo que a cegueira sempre ficou de lado [...] P10.1

[...] Eu acho que há mais integração do que o aluno inclusão [...]

[...]a escola não está adequada, fazendo uma comparação com outros ambientes, falta ainda muito investimento, ao ensino, quando chegam crianças com deficiências, nós ainda não estamos preparados para receber, mas pedimos ajuda para que a criança receba ajuda [...] P25

O ir além, é ver esses alunos em sala de aula aprendendo de forma igual, tendo essa oportunidade de ter os livros disponíveis em braile, em todas as escolas, poder circular no ambiente da escola sem precisar da ajuda de outro ser humano.

Percebemos que a acessibilidade não é apenas necessária nas escolas, como também nas ruas, *shoppings*, praças, cinemas e onde o cego queira ir. Olhemos para o espaço escolar e verificamos o ambiente educacional com barreiras onde o aluno cego não tem esse segurança para se locomover, retificando essa dificuldade não é encontrada somente nas escolas, como relatado por um professor em sua entrevista, se inicia na calçada da escola e se expande para o município como todo. Seguem alguns relatos:

[...] talvez eu não saiba conduzir a nível de ensino de aprendizado, porque eu nunca recebi capacitação desse ensino [...] P20.

[...] Falta sinalização, nem na calçada nós temos [...] P21.1.2.

[...] primeira dificuldade que eu vejo do livro em Braille, se hoje tem eu não sei. Até que você consiga o livro em Braille [...] P23.

[...] eu iria lutar junto com o aluno com deficiência por essa política de acessibilidade [...] P24.

Inclusive, quando falamos em acessibilidade, focamos no meio de circulação, principalmente nos aspectos físicos e arquitetônicos de prédios e vias públicas. Ocorre que em relação ao aluno cego há necessidade de voltarmos os olhares para os objetos necessários para sua aprendizagem. Na Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, em seu artigo 3º, a Lei de inclusão (BRASIL, 2015):

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV – barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Nas falas dos entrevistados foi relatado o mínimo de acessibilidade, onde a maioria dos professores não mencionaram alguns dos Direitos acima onde a lei, menciona, mostrando desconhecimento no diálogo sobre a acessibilidade.

No Brasil, existem 6 milhões de pessoas com deficiência visual, com apenas 160 cães-guia, a maioria não consegue se locomover sozinhos, precisando da ajuda de um estranho. Contudo o direito de ir e vir e a igualdade entre os cidadãos não está sendo realizada (ESTADÃO, 2021).

Verifica-se nas falas dos professores a necessidade de uma escola mais inclusiva; uma escola onde todos os alunos com deficiência e sem deficiência possam ter oportunidades iguais:

[...] A escola ser inclusiva, ser de todos. que infelizmente não percebo isso no meu município [...] P33.5

A palavra “infelizmente” faz com que essa fala seja a lamentação desse professor ao ver o cenário atual da escola ao qual ele conhece. É por meio da aprendizagem que a criança pode ir além com suas conquistas. Quando o professor conhece esse contexto de limitação no ensino, ele passa a sentir se também limitado em sua ensinagem.

O professor tem o papel de ensinar, ajudar a cada aluno a aprender e entender a sociedade em volta por meio das falas, atenção, memória, materiais lúdicos, toda forma que puder envolver esse grupo, cercar todos os alunos de forma social e harmônica independente de suas diferenças, condições de saúde e deficiências. Quando o professor senti medo de ensinar, não há preparo para que esses “mínimos existências” como a educação, seja garantido.

A luta contra exclusão inicia quando vimos que existem alunos com deficiência que não tem as mesmas oportunidades que um aluno sem deficiência. Os principais objetivos da educação é aprender a viver juntos, já que supõe participar e cooperar com os demais em todas as atividades humanas. Essa educação requer, sem dúvida, o desenvolvimento da compreensão ante o outro, e a percepção de formas de interdependência, respeitando os valores do pluralismo, a compreensão mútua e a paz (GIL, 2000, p. 14).

O Estado tem a responsabilidade de ofertar alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da

ampla desigualdade e injustiça social (GIL, 2000, p. 56). “Os alunos com necessidades especiais não requerem integração. Requerem educação” (HEYARTY; EYARTY; POCKLINGTON, 1981, p. 23).

Como também deixa explícito em relação as ações de inclusão e exclusão no ambiente escolar:

[...] ainda faltam sinalização, ainda faltam material de didáticos apropriados, como raclete, como função, lupa que é uma das coisas mais simples [...] P40.1.

[...] nem todas as escolas têm, aqueles tapetes, piso tátil, nenhuma das escolas que eu já lecionei, que é o piso de direcionamento e nenhum de alerta para algum obstáculo [...] P40.2.

[...] Digamos que hoje eu venha ter um aluno com essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno [...] G10

[...] Quando fala em recursos específicos, a gente não tem esse recurso, o Ministério envia de acordo com a demanda dos alunos [...] G7

Podemos destacar, em alguns discursos encontrados, que a visão do professor é de garantir os Direitos dos alunos com deficiência visual. Pela forte expressão “tem o direito de aprender”, “tenha o que é dele garantido”, escola deve ser inclusiva”.

[...] os alunos com deficiência visuais, como todas as pessoas têm o direito a aprender [...] P13.1

[...] que esse aluno com deficiência visual, tenha o que é dele garantido [...] P13.2

[...] Eu acho que é um desafio mas que foi uma abertura muito grande né e não resta a menor dúvida que a inclusão é desafio e deve pautar-se por princípios éticos formação profissional de qualidade isto não resta a menor dúvida formação profissional de qualidade para os educandos e gestores, querida, porque aí é onde está o professor que está na sala de aula se não tiver a empatia da gestão com relação ao tratamento dessa clientela não vai para frente né e finalmente a gente tem que ver os avanços que tem acontecendo, a nossa Constituição de 88 no seu artigo 205 é um direito à educação para todos, a LDB de 96 também ratifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e agora recentemente o Decreto 10.502 de 2020 trata da nova política nacional de educação especial. [...] G11.1

Nesse diapasão, bem podemos mencionar convenções a respeito da deficiência visual e sua proteção, como a Convenção dos Direitos da Criança realizada em Nova York em 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem (Tailândia) em 1990; a Conferência Mundial sobre “Necessidades Educativas Especiais”, desenvolvida em Salamanca (Espanha), 1994; e, a mais recente no ano de 2000, acontecida em Dakar (Senegal), com o título de “Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos”. Talvez, entre todas essas conferências caiba destacar aqui a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, de 1994 em Salamanca.

Sem mencionar as normas jurídicas brasileiras, tais como: Projetos Legislativos, Emendas Constitucionais, Leis e nossa carta política vigente, é sabido que a luta por direitos é um dever da sociedade, que por meio de processos judiciais, pela voz e pelo apelo, lutam para que esses direitos sejam cumpridos.

Os docentes por meio de suas falas, demonstram a sensação de injustiça, suas inquietações, além de sentimentos de angústia e ansiedade, por não conseguir garantir o acesso devido a esse aluno com deficiência visual na escola.

A partir daí, as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito a todas as crianças, inclusive àquelas que têm deficiências graves. Além disso, planeja-se que as escolas devem ser comunidades que atendam a todos, já que as diferenças humanas são naturais, diga-se existem, havendo, porém, a necessidade de adaptar a aprendizagem de cada aluno a sua necessidade.

Nas frases quando foi perguntado sobre a capacitação dos professores, alguns responderam que sentiam a necessidade de ter curso para a ensinagem de alunos cegos:

[...] talvez eu não saiba conduzir a nível de ensino de aprendizado, porque eu nunca recebi capacitação desse ensino [...] P20

[...] como professora acho que preciso de capacitação eu teria que estudar mais para ensinar esse aluno com deficiência visual [...] G8.1

[...] Então as escolas que eu vejo relação, as escolas precisam ser preparadas para receber esses alunos, capacitando seus docentes e tendo condições de investir com mais fortaleza [...] G8.5

Como também obtivemos queixas em relação a graduação, onde alguns não tiveram esse ensino em sala, como outros relatos informam que foram insuficientes:

[...] Na minha faculdade de literatura não me preparei para isso. [...] P2.2

[...] que a graduação não prepara e não procurei fazer um curso de capacitação [...]. P4.2

Percebemos que está envolvido na falta de estrutura física aos recursos financeiros, vejamos em algumas expressões:

[...] Estamos em pleno século XXI e não tem esse acompanhamento, temos mídias e não há recurso [...] P10.5.

[...] infelizmente muito a desejar, a questão da estrutura física [...] P25.1.

[...] A escola precisa que seus espaços sejam adaptados, até que façam reformas nesse sentido, mas não investem como deveriam. [...] G5

Esses recortes evidenciam que neste momento, o professor manifesta suas observações sobre o modo ao qual a educação das pessoas com deficiência ainda é carente de atenção, de acessibilidade nos espaços das escolas, incluindo mudanças que precisam ser realizadas para uma escola ser mais inclusiva, bem sinalizada.

A necessidade de capacitação foi diversas vezes referida neste trabalho, pois, com a obtenção deste diagnóstico situacional realizada por alguns professores e gestores de Quixadá. Podemos perceber a insegurança na ensinagem de alunos com deficiência visual.

Algumas das indicações dos professores sobre necessidades prioritárias são: materiais didáticos, curso de capacitação, sinalização, dentre outras. Observamos nas falas que o conhecimento obtido por alguns professores nos cursos de graduação foi insuficiente para que eles pudessem desenvolver uma didática exclusiva para os alunos com deficiência visual.

Para garantir a garantia da acessibilidade, é destaque o piso tátil, sinalização e alfabetização em braile, Ensino de orientação e de mobilidade e recursos de tecnologia assistiva para atendimento dos estudantes com deficiência visual no contexto escolar (GARCIA, 2020).

A vivência em sala para aqueles que tiveram a experiência de ensinar alunos com deficiência foi com sentimentos de medo, anseios e inseguranças, como por exemplos, uma professora de Matemática, que tentou explicar o teorema de Pitágoras:

[...] Fiquei apreensiva, evitei ele dois anos, tive que encarar. Comecei a falar de distância de dois pontos, eu gosto de geometria analítica, então eu fui fazer o desenho na lousa, aconteceu o que eu tinha medo, ele queria entender o desenho. Peguei os braços dele e os meus, ele entendeu o triângulo e retângulo, expliquei a teoria de Pitágoras. A única forma naquele momento foi materializar a forma [...].

De acordo com material disponibilizado pelo Ministério da Educação em relação ao aluno cego, “tem as mesmas condições de um vidente para aprender Matemática, acompanhando idênticos conteúdos. No entanto, se faz necessário adaptar as representações gráficas e os recursos didáticos (GIL, 2000, p. 46).

Outro exemplo foi uma professora de Química, preocupada como iria ensinar as soluções para seu aluno deficiente visual:

[...] minhas preocupações foi quando eu fui fazer uma aula prática no laboratório de Química... e agora? Como vou ensinar um aluno que não enxerga [...].

O desafio é grande, mas por meio de estudos e apontamentos como este que podemos tentar sanar essa carência na educação de pessoas com deficiência visual, seja na disciplina de Matemática, química ou qualquer outra, deve se buscar caminhos para garantir o acesso aos alunos com deficiência visual.

As atividades essenciais dos seres humanos é a escola e o trabalho, o acesso a esse grupo à escola é o caminho para que eles possam viver em sociedade de forma igualitária e isonômica.

Neste contexto, os maiores clamores dos docentes é a necessidade de formação para implementação das atividades curriculares em sala de aula. Foi possível constatar que os professores e gestores, não possuem capacitação e nem conhecimento com a leitura e escrita no Sistema Braille. Contudo, não há como ensinar o aluno a escrita, leitura do Braille se o professor não tem esse conhecimento. Assim, este público, em algumas escolas não terá como exercer sua

cidadania em um estado democrático de direito, se na escola onde a educação deve ser especializada, existem professores que não tem acesso ao básico para esta educação. “A criança cega não é uma criança que se desenvolveu de forma diferente das outras, mas ela tem necessidades específicas que precisam ser atendidas” (VYGOTSKY, 1997, p. 76).

5.2. RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL

Este presente trabalho tem como realizar o levantamento de como vem sendo o ensino de algumas escolas públicas do município de Quixadá-CE. Onde, irá auxiliar na tomada de decisões futuras voltadas a estrutura:

Resultados Alcançados:

Obtenção dos diagnósticos de algumas escolas públicas permitindo uma visão geral da ensinagem das crianças e adolescentes com deficiência visual.

- Precisa melhorar a estrutura física: rampas, sinalização, alargar as portas.
- Falta curso de capacitação.
- Falta acessibilidade na sala.
- Faltam mídias voltadas ao ensino aos deficientes visuais.
- Não tem atividade pedagógica voltada para os deficientes visuais.
- Biblioteca para cegos.
- Necessidade de maquete para ensinar Matemática.

Premissas:

- Ação para a administração providenciar um curso de capacitação para professores e gestores.
- Oferta planejamento pedagógico para discursão de materiais didáticos.

De acordo com as falas e expressões dos professores e gestores, podemos perceber que alguns falam da falta de planejamento para a inclusão desse público, outros falam na falta de material didático. “A educação vive a era da desinstitucionalização das crianças com necessidades educativas especiais,

integrando-as à escola regular. No entanto, a integração não deve ser entendida apenas como desinstitucionalização (JORGE,2010).

Destaca-se que na Educação Inclusiva, os alunos precisam aprender o braile, é necessário que seja ofertado esse ensino, para que todos tenham acesso, inclusive os conteúdos curriculares oferecidos os demais alunos, não resta dúvidas que a prática pedagógica que envolvem alunos cegos seja, insuficientes (ROSANA, 2021).

Outros grupos de professores e gestores falam sobre a acessibilidade que deixa a desejar em algumas escolas; rampa sinalização nos corredores, livros em braile.

Todavia, quando falamos em integração e inclusão, se aproximam do conceito de “meio menos restritivo possível”, então percebemos que os professores, também têm o dever de procurar a melhor forma de atender à necessidade de cada aluno individualmente, seja a criança com deficiência e sem deficiência (JORGE,2010).

Por essa questão, que trago à tona a frase bem destacada na entrevista pelos professores, a necessidade de um curso de capacitação para a ensinagem de alunos com cegueira total.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Na realização do estudo, segundo as entrevistas realizadas, foi percebido que o ensino de algumas escolas da rede pública do município de Quixadá para as crianças e adolescentes com deficiência visual, tenha assegurado esse direito, no que denominamos de escolas inclusivas e no atendimento educacional especializado – AEE. Certo que ainda carecem de ajuda e ajustes na metodologia aplicada.

Outro ponto é que poucas escolas oferecem espaços onde o aluno com deficiência visual possa andar pela escola com segurança, com piso tátil, sinalizadores nos corredores, banheiros, rampas, obtendo a garantia dessa acessibilidade, inclusive nos demais espaços públicos. É perceptível que as verbas públicas federais ou municipais não são suficientes para atender às necessidades no que tange à Educação Inclusiva. Necessidades essas, como demonstrado neste trabalho, contidas na nossa legislação.

A maioria não são escolas inclusivas, pois não se trata de apenas receber o aluno e encaminhar para a sala de AEE, mas a garantia de que o aluno deficiente visual, está tendo as mesmas oportunidades do aluno sem deficiência, é quando o professor conhece a realidade da crianças e adolescentes cegos e respeita sua limitação, e busca os instrumentos certos para a ensinagem; na leitura, lúdico, sons, livros em Braille e todo material ao qual os professores podem ajudar os alunos deficientes visuais a aprender.

Neste contexto, os maiores clamores dos docentes é a necessidade de formação para implementação das atividades curriculares em sala de aula. Foi possível constatar que os professores e os gestores, não possuem capacitação e nem conhecimento com a leitura e escrita no Sistema Braille. Contudo, não há como ensinar o aluno a escrita, leitura do Braille se o professor não tem esse conhecimento. Assim, esse público, em algumas escolas não terá como exercer sua cidadania em um estado democrático de direito, se na escola onde a educação deve ser especializada, existem professores que não tem acesso ao básico para essa educação.

Por meio deste diagnóstico situacional, espera-se que este resultado possa nortear a Educação Inclusiva no município de Quixadá, onde gestores e professores possam conhecer a realidade não somente no seu local de trabalho como em torno dele. A necessidade de um curso de capacitação, uma escola com a devida sinalização e um ambiente que proporcione bem-estar ao aluno cego, é fundamental para o desenvolvimento desse aluno.

Um aluno com deficiência visual sem uma escola preparada para sua chegada, é limitado por sua deficiência, por sua capacidade e seu futuro. Não podendo exercer seus direitos, sua liberdade e sua dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, T. P. C.; VILARDO, M. A. T.; FERREIRA, A. P. Acesso das pessoas com deficiência mental aos direitos e garantias previstos na Lei Brasileira de Inclusão por meio do Sistema Único de Assistência Social. **Saúde debate**, [S.l.], v. 43, supl. 4, p. 190-206, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-1042019000800190&lng=en. Acesso em: 19 jun. 2020.
- ALMEIDA, A. J. B. *et al.* Análise das metas do plano municipal de educação de Quixadá-CE à Luz do PNE, da Legislação e do Documento Norteador. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 8, abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/76983>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- ARAÚJO, L. A. D.; COSTA FILHO, W. M. The person with disabilities statute – EPCD (Law 13,146, July 6th, 2015): some news. **Revista dos Tribunais**, [S.l.], v. 962, p. 65, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: 2004: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas técnicas, ABNT, na NBR 9050 de 1994**. Rio de Janeiro: ABNT, 1994. 58 p.
- BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e217423, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517702201900100407&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BARBIERI, M. C. *et al.* School experience of the child and adolescent with visual impairment: family experience. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, supl. 3, p. 132-138, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347167201900900132&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2020.
- BOBBIO, N.; CICCIO, C. **Teoria do ordenamento jurídico**. UnB, 1999.
- BRANDÃO, C. *et al.* **A prática na Investigação qualitativa**: exemplos de estudos. Aveiros, PT: Ludomedia, 2018. v. 2.

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20construir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. **Decreto 3.298 de 1999**. Regulamenta a Lei no 7. 853 de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020. Institui a política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 de out. 2020. Seção: 1, p. 6.
- BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BRASIL. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000, Seção 1.
- BRASIL. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 4 jun. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005**. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Brasília: Casa Civil, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.835 de 4 de junho de 2019**. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito

de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braille. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13835.htm. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.989 de 1995**. Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas com deficiência.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 24 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE nº 02 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. **Resolução do CNJ nº 230 de 22 de junho de 2016**. Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Res_230_2016_CNJ.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

DIONÍSIO, A. M. P.; VECTORE, C. Intervenção mediacional na aprendizagem do braille: um estudo com crianças deficientes visuais. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, , p. 549-560, set/dez. 2017. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=Interven%C3%A7%C3%A3o+Mediacional+na+aprendizagem+do+Braille%3A++um+estudo+com+crian%C3%A7as+deficientes+visuais&qsn&form=QBRE&sp=1&pq=interven%C3%A7%C3%A3o+mediacional+na+aprendizagem+do+braille%3A+um+estudo+com+crian%C3%A7as+deficientes+visuais&sc=0-94&sk=&cvid=02394A6BC1CE4D50BCE9E730794B4665>. Acesso em: 24 dez. 2021.

FIGUEIREDO, Fernando Jorge Costa. Duas crianças cegas congênitas no primeiro ciclo da escola regular. *Cadernos de Pesquisa [on-line]*. 2010, v. 40, n. 139. Acesso em: 27 jan. 2022, p. 95-119. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100006>. Epub 23 Jul 2010. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000100006>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, M. **Deficiência visual**. Brasília: MEC, 2000. 80 p. (Cadernos da TV Escola. 1).

LIMA, L. S. *et al.* Tem um aluno cego na licenciatura em química: vivências e experiências no IFBaiano – CATU. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCAR, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/---tem-um-aluno-cego-na-licenciatura-em-quimica-----vivencias-e-experiencias-no-if-baiano-----catu>. Acesso em: 24 dez. 2021.

LOPES, G. **Direitos da pessoa com deficiência**. Bahia: Juspodivm, 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

- MINAYO, M. C. S., DINIZ, D., GOMES, R. O artigo qualitativo em foco. **Ciência & saúde coletiva**, [S.l.], v. 21, n. 8, p. 2326-2326, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802326&lng=en. Acesso em: 16 set. 2020.
- MONTESQUIEU, C. S. **Baron de 1689-1755**. Do Espírito das Leis. São Paulo: Martin Claret, 1996.
- NASCIMENTO, L. C., NUNES, N. L. C. SOUZA, T. V.; OLIVEIRA, I. C. S.; MORAES, J. R. M.O M., AGUIAR, R. C. B., SILVA, L. F. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 228-233, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000100228&lng=en. Acesso em: 18 jun. 2020. Acesso em: 22 ago. 2020.
- NUNES, N. L. C. *et al.* Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 228-233, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000100228&lng=en. Acesso em: 30 ago. 2020.
- PINTANEL, A. C.; GOMES, G. C.; XAVIER, D. M. Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cuidado. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 86-92, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1983-14472013000200011>. Acesso em: 19 set. 2020.
- PIRÂMIDE DE KELSEN. Disponível em: <https://direitoaojus.blogspot.com/2017/07/piramide-de-kelsen.html>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- RODRIGUES, A. P. N., LIMA, C. A.. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista de Educação**, Caruaru, v. 33, n. 5, 2017. Disponível em: A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão | Rodrigues | INTERRITÓRIOS (ufpe.br). Acesso em: 22 dez. 2021.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Notícias pessoas com deficiência visual**. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=259216&caixaBusca=N>. Acesso em: Acesso em: 8 set. 2020.
- TRIBUNAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Jurisprudência pessoas com deficiência visual**. Disponível em: www.tjrs.jus.br/novo/noticia_feeder/?page_id=48325. Acesso em: 8 set. 2020.

- VENTURA, R. *et al.* Experiência em projeto: Enxergando através das mãos. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, [S.l.], v. 70, n. 5, p. 823-826, 2007. ISSN0004-2749. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0004-27492007000500017>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- VOLPATO, G. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- VOLPATO, G. **Método lógico para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2011.
- VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da defectologia**. Obras escogidas. 2. ed. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997. v. 5.
- VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006.
- BATISTA, Rosana, AU- AMARAL, Mateus, AU-MONTEIRO, Maria. **Quem ensina braille para alunos cegos? A formação de professores em questão**. VL – 36. TY- JOUR. AU -DO- 10.24933/horizontes.v36i2.676. JO-Horizontes, PY-2018/12/07. SP 36.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO E QUESTÕES NORTEADORAS – PROFESSORES E GESTORES

PESQUISA: ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Idade: _____

Escolaridade: _____

Situação conjugal: _____

Ocupação: _____

Tempo de trabalho: _____

QUESTÕES NORTEADORAS:

1. Como o senhor(a) expõe sua experiência de conviver com uma criança ou adolescente com DV no ambiente escolar?

2. Como acontecia a acessibilidade desse público aos diferentes espaços da escola?

3. Qual é a sua percepção sobre a presença desse público na escola?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(o) a participar da pesquisa intitulada: “Acessibilidade da criança e do adolescente com deficiência visual no ambiente escolar”, a ser desenvolvida pela aluna Cibele Faustino de Sousa, sob orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Mendes de Paula Pessoa, vinculada ao Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente da Universidade Estadual do Ceará. O objetivo da pesquisa é conhecer como está sendo a realidade das crianças e adolescentes com deficiência visual na escola. Sua participação será realizada por meio de um inquérito telefônico com questões norteadoras sobre o tema. Sua cooperação é fundamental e possibilitará aos professores, gestores e familiares, como também toda sociedade envolvida. Os riscos serão mínimos como: desconforto, constrangimentos que serão amenizados pela entrevistadora, com perguntas claras e objetivas, com uma linguagem simples, caso haja algum desconforto com a entrevista, esta será suspensa, deixando livre-arbítrio para o entrevistado decidir se quer continuar. Asseguro-lhe total sigilo do seu nome, dos dados coletados e o direito de se retirar desse estudo, em qualquer momento se assim desejar, sem que isso lhe traga prejuízo. Você não fará pagamento e nem receberá dinheiro, para participar dessa pesquisa. Este termo de consentimento será elaborado em duas vias, uma para você e outra para os arquivos do projeto. Caso tenha dúvidas entre em contato com a pesquisadora Cibele Faustino de Sousa. E-mail: cibefaustino@gmail.com; telefone: (85) 99713.1726. O Conselho de Ética da Instituição também está disponível pelo telefone: (85) 3101.9890, E-mail: cep@uece.br e no endereço Av. Silas Munguba,1700.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que após convenientemente esclarecido(a) pela pesquisadora compreendi a finalidade do estudo e qual o procedimento a que serei submetida. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro para participar do estudo.

Quixadá, ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE C

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS PROFESSORES

1) 26 de junho às 13h16min – Profa. Adrícia

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Adrícia Emanuela Soares de Sousa, 35 anos e pós-graduada.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Eu nunca tive um aluno com deficiência visual, já tive autismo, deficiência física.

Pergunta 3: Qual sua percepção desse aluno na escola?

Profa.: No mínimo deveria ter materiais para acolher eles, precisa da estrutura física.

Pergunta: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.: Infelizmente a escola não está preparada, a estrutura física não, piso, material, livro braile.

Pergunta 4: E você professora se sente preparada?

Profa.: Eu ficaria com a mão na cabeça de como eu iria trabalhar com esse aluno, não saberia ensinar braile.

Cibele: Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

2) 02 de julho às 9h – Profa. Poliana

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Qual sua escolaridade?

Profa.: Tenho especialização, sou formada em Letras e língua espanhola.

Pergunta 2: Qual sua área de atuação?

Profa.: Linguagem e Códigos no Ensino Médio, dou aulas de espanhol.

Pergunta 3: Há quanto tempo?

Profa.: Dou aulas desde os meus 18 anos.

Pergunta 4: A senhora deu aula em Quixadá?

Profa.: Já dei aulas em Quixadá até 2013, trabalhei na Escola Brincando e Apreendendo, na Escola Padre Vicente, na profissional de Quixadá, no estadual e na Escola Campo Novo.

Pergunta 5: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Com baixa visão sim, total não. A gente colocava para sentar na frente, tentava escrever uma letra bem grande no quadro e algumas atividades eu lia mesmo. Na época não tinha energia elétrica, então eu me sentava perto da porta para conseguir ler.

Pergunta 6: E se na época tivesse chegado na escola uma criança cega, você estaria preparada para lecionar? E a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.: Sinceramente eu não estava e creio que não estou. Na minha faculdade de Literatura não prepara para isso. Muitos professores não estão preparados para ensinar alunos com deficiência, a faculdade não nos prepara para isso, é muita teoria e pouca prática.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

3) 02 de julho às 10h40min – Profa. Márcia Maria Nogueira (pedagoga)

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Márcia Nogueira, tenho 42 anos, tenho nível superior, sou professora na Serra do Estevão, em Quixadá.

Pergunta 2: Quanto tempo a senhora trabalha como professora?

Profa.: Escola Pública, tem 22 anos que trabalho como professora.

Pergunta 3: A senhora teve algum aluno cego?

Profa.: Faz muito tempo, mas eu tive um aluno com baixa visão.

Pergunta 4: E você professora se sente preparada?

Profa.: Eu particularmente não estaria preparada, mas tem uma equipe que é o FORMAI, então tem uma pessoa formada na área. Então não é em tempo integral, a quantidade de criança é superior a esses profissionais.

Pergunta: O que você acha que falta para te trazer mais preparo?

Profa.: Seria uma capacitação, precisa conhecer o histórico, as condições, um profissional que ajudasse nessa fase.

Pergunta: E a escola?

Profa.: A escola fica na dependência do FORMAI, ela fica à mercê deles.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

4) 02 de julho às 15h30min – Prof. Cícero

Cibele: Professor, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Prof.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Prof.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Prof.: Idade 44 anos e nível superior e mestre em Letras, minha área é Ciência da Natureza e trabalho há 15 anos. NÃO FALOU O NOME COMPLETO

Pergunta 2: O senhor já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Prof.: Nunca tive.

Pergunta 3: O senhor acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Prof.: Não está preparada, falta acessibilidade na sala, não tem material em braile e nem áudio, não tem acesso, banheiro e nada.

Pergunta 4: E você professor se sente preparado?

Prof.: Não estaria preparado, não recebo informação que a graduação não prepara e não procurei informação.

Cibele: Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

5) 02 de julho às 17h15min – Profa. Cristiane

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Cristiane Eusébio Barreira, 42 anos e tenho mestrado em Educação, sou pedagoga, estou na Escola José Bonifácio, com turma de 3º ano. Estou concursada há 8 anos, mas tenho mais tempo que isso.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, com deficiência visual, sim.

Pergunta 3: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.: Nós temos o AEE, que tem professor capacitado, mas eu não tenho como atender essas crianças, eu teria que está me preparando.

Cibele: Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

6) 02 de julho às 17h15min – Profa. Luziane Oliveira dos Santos

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Luziane Oliveira dos Santos, área de formação é Geografia e leciono História, sou concursada, ensino no Fundamental I.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não vivi essa experiência de perto.

Pergunta 3: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.: Não.

Pergunta 4: E você professora se sente preparada?

Profa.: Sinceramente não, o preparo é o ensino normal, a academia prepara normal.

Cibele: Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

7) 02 de julho às 18h30min – Profa. Ana Cláudia Viriato

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Ana Cláudia Viriato Ribeiro, 55 anos e sou graduada, sou pedagoga e especialista.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Trabalhei diretamente com jovens e adultos, crianças não. Na área de orientação e mobilidade, tive uma oportunidade de fazer um curso no MEC, e ensinei uns alunos na APAPEC, o uso da bengala de forma correta, não foi apenas no espaço escolar, foi nas ruas, na igreja. Eu tinha duas alunas que estavam perdendo a visão, e a intenção era trabalhar a movimentação. Eram meninas novas e bonitas, ninguém dizia que ela era cega. Quando elas colocavam a bengala na mão elas não gostavam, elas não gostavam, elas ficavam chateadas porque as pessoas perguntavam. Quem se permitiu apreender, deita e rola em Quixadá, mas quem não quis precisar do ombro amigo. Elas usavam bengala muito bem na escola, mas quando chegava na rua elas não queriam.

Eu trabalhava muito o lado do lazer, não era só aula, quando eu terminei o trabalho e disse que queria conhecer o mar, antes de perder a visão total, e nós as levamos para realizar o desejo, de também de 19 cegos a conhecer o mar. Foi um dia maravilhoso, a TV jangadeiro estava esperando.

Pergunta 3: Esse grupo tinha quantos anos?

Profa.: Em torno de 15 anos a 50 anos.

Teve uma que estava fazendo faculdade de Química, mas eu soube que ela quebrou um instrumento e abandonou o curso.

Pergunta 4: Como acontecia essa experiência nos diferentes espaços das escolas?

Profa.: Minha experiência foi na APAPEC porque eles tinham que ter aula lá na APAPEC, onde só tenha experiência com pessoas com deficiências. O meu atendimento era na associação, as meninas estavam na APAPEC pelo braile, porque na escola não tinha.

Pergunta 5: Hoje a senhora está trabalhando em alguma escola?

Profa.: Hoje eu trabalho no FORMAI – Centro de Formação de Apoio e de Acompanhamento a pessoas de Quixadá.

Pergunta 6: Como a senhora me relataria, a sua percepção das escolas de Quixadá no caso em receber alunos com deficiência?

Profa.: Era para você ouvir o Darlan, que é cego, ele diria as dificuldades, desde o livro didático, infelizmente não têm. Tínhamos o CAP, Centro de Apoio aos Cegos, na época o Darlan, estudava no NEMESIO, escola do município, e a APAPEC, com essa parceria com município, todo o material do Darlan era preparado no CAP, onde a professora mandava o material para o CAP, hoje está desativado, o CAP devolvia para a escola o material em Braile.

No município, as escolas não estão preparadas para receber alunos com deficiência visual, porque não tem um lugar para adaptar esse material dessa criança. É uma grande falha.

Os professores não são capacitados (braile e mobilidade) para desenvolver esse material.

É possível, se ele chegar na escola, não ter esse trabalho, mas a escola vai buscar, mas sabemos que deixará a desejar. Precisamos de uma estrada para percorrer fazer de fato a inclusão acontecer de forma ideal.

Cibele: Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

8) 03 de julho às 14h – Profa. Antônia Neuzimar

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Antônia Neuzimar Rodrigues de Lima, tenho 42 anos, e sou graduada em Licenciatura Plena e Pedagogia, especializada em Gestão Escolar Básica.

Pergunta 2: Qual sua área de atuação e quanto tempo nessa área?

Profa.: Trabalho com a Educação Infantil, agora com criança de 2 anos, e experiência em sala, com 2 anos e meio.

Pergunta 3: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não.

Pergunta 3: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.: Já me fiz essa pergunta e não me sinto preparada, nem a escola. Até a questão do acesso. Eu acredito que o município não esteja preparado. Na profissão também não vejo esse enfoque. No primeiro momento, não saberia lidar com essa situação. Eu teria que procurar um curso rápido.

Cibele: Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

9) 04 de julho às 9h – Profa. Luzia Barbosa

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Luzia Maria da Conceição Barbosa, tenho 42 anos, tenho duas especializações, Psicopedagogia e Gestão Pública.

Pergunta 2: Qual sua área de atuação e quanto tempo nessa área?

Profa.: Sou pedagoga, 11 anos na Educação.

Pergunta 3: Qual escola?

Profa.: Campo Novo, Escola José Bonifácio e a Escola Modelo.

Pergunta 4: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Já tive, porém não total, nós que levávamos eles para os oftalmologistas, as tarefas eram as letras maiores, mas eles não eram totalmente cegos.

Pergunta 5: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.: Não sei se você sabe, porém meu marido tem baixa visão, mas aqui em casa a gente já trabalha, mas eu mesmo como professora, não teria esse problema, mas já a escola não atenderia.

Pergunta: O que você acha que melhoraria no seu trabalho na escola?

Profa.: a primeira coisa que a gente deve fazer é organizar o espaço, para ele não se bater, e depois as crianças para evitar o bullying, para receber e tratar essa criança bem. Como, hoje a gente recebe mais crianças com deficiência, não seria tão difícil. Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

10) 05 de julho às 8h20min – Prof. Luís Carlos

Cibele: Professor, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Prof.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Prof.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Prof.: Luís Carlos Leite de Lima, tenho 53 anos, sou formado em História, atuo na área de Humanas que é Geografia, há 23 anos, estou na Escola Coronel Jucá.

Pergunta 2: O senhor já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Prof.: Não tive.

Pergunta 3: Como você acha que deveria ser essa educação com alunos com cegueira total?

Prof.: Eu percebo que a cegueira sempre ficou de lado, não vejo eles na sala de aula, deveriam estar, até porque eu acho que deveria ser mais fácil, porque eles escutam, porque trabalha a oralidade na sala de aula. Tenho mais dificuldade com surdez.

Pergunta 4: Em relação aos professores, o que o senhor imagina como seria?

Prof.: Primeiramente não há uma política de preparação, pouquíssimos professores estão preparados, somente os da sala de AEE, muitas vezes matriculam na sala regular, mas não frequentam. Estamos em pleno século XXI e não tem esse acompanhamento, temos mídias e não há recurso.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

11) 05 de julho às 8h30min – Profa. Leucivana

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Maria Leucivana Freitas Queiroz, hoje tenho 37 anos, sou professora concursada, minha experiência é com ensino médio e também sou advogada.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: No Fundamental, eu preparava alunos para o ENEM, tinha o Darlan, ele é um aluno que não enxergava nada, e eu estava morta de medo de ensinar o Darlan, porque uma coisa é trabalhar com aluno que é bom que enxerga, que você percebe que não entende e tudo. O Darlan é bom, e eu não queria dar aula a ele. Eu pegava uma turma a tarde, e a noite eu ia para a faculdade. Nesse ano eu fiz o seguinte para não dar aula para o Darlan, eu ficava muito angustiada em dar aula, porque ele era muito bom, e eu me preocupava. Então teve uma greve e a escola inventou uma aula a noite para preparar para o ENEM, então quem eu vi na sala de aula? O Darlan. Fiquei apreensiva, evitei ele dois anos, tive que encarar.

Comecei a falar de distância de dois pontos, eu gosto de Geometria Analítica, então eu fui fazer o desenho na lousa, aconteceu o que eu tinha medo, ele queria entender o desenho. Peguei os braços dele e os meus, ele entendeu o triângulo e retângulo, expliquei a teoria de Pitágoras.

A única forma naquele momento foi materializar a forma.

Eu me arrependi de ter fugido dele. Eu poderia ter outras possibilidades, eu não tinha nenhuma formação, na faculdade nunca nem foi abordada ensinar cegos.

Assim, a gente professor tem muito medo, porque não temos formação, eu me arrependi porque era um aluno muito bom e eu poderia ter contribuído.

Naquele dia a estratégia foi aquela.

Eu trabalhava muito para preparação do ENEM, eu era temporária, então se eu não fosse boa, me colocavam para fora, então eu evitava o Darlan, ele gostava muito de Matemática, eu poderia ter ajudado mais ele, mas eu tinha medo. A minha covardia me privou. Ele foi fazer História, será se eu não tivesse ajudado mais ele, não teria de ir fazer Matemática? Porque ele gostava tanto Matemática.

Eu acho que as escolas deveriam ter um laboratório de Matemática, com maquetes para alunos com deficiência visual.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

12) 05 de julho às 8h40min Profa. Maria Luana

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Maria de Sousa Almeida, 30 anos e estou cursando mestrado, sou professora de física a 10 anos. Passei no concurso, em Quixadá, no Cedro.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Bem, o ensino para pessoa com deficiência deveria preparar metodologias que enfrentam as dificuldades de aprendizagem, mas eles não acompanham o conteúdo de forma homogênea, a sala de aula é composta por diferenças, esse é o princípio da inclusão.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

13) 05 de julho às 9h15min – Maria do Carmo

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Profa.: Maria do Carmo Queiroz Cavalcante, superior completo, muitos anos de trabalho.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Visual nunca, só Síndrome de Down e surdo.

Pergunta 3: Na sua percepção, como a senhora acha que deve ser esse ensino às crianças e aos adolescente cegos, tanto na ensinagem e nas escolas?

Profa.: É para ser uma educação mais acolhedora, que eles se sintam bem, sintam normais, porque eles não são normais.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

14) 05 de julho às 10h – Profa. Maria do Carmo

Cibele: Professor, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Prof: Maria do Carmo Queiroz Cavalcante, superior completo, mais de anos de trabalho

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Prof: visual nunca, só síndrome de daw e surdo.

Pergunta 3:Na sua percepção, como a senhora acha que deve ser esse ensino as crianças e adolescente cegos, tanto na ensinagem e escolas?

Prof:É para ser uma educação mais acolhedora, que eles se sintam bem, sintam normais, porque eles não são normais.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

15) 05 de julho às 15:15 – Maria Elenilda

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Meu nome é Maria Elenilda do Nascimento, tenho 53 anos, e nível superior mestrado em Educação.

Pergunta 2: Qual sua área de atuação, e quanto tempo?

Sou pedagoga, me formei em Psicologia e sou psicóloga, hoje estou trabalhando com alunos de 1º e 2º ano na área de Matemática e Ciências.

Pergunta 3: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não vivi essa experiência.

Pergunta 4: No seu ponto de vista como deve ser essa ensinagem, tanto na escola na acessibilidade, e também como professor?

Profa.: Olha quando a gente fala da experiência da gente é mais palpável, se eu te respondesse do lugar. Quando eu falo que esse aluno ele existe. Então como deve ser, mas para cada aluno deve ser especial o olhar especializado, imagino a pessoa sem a visão, então a escola deve estar mais atenta a essas pessoas, porque elas como todas as pessoas têm o direito a aprender. Então nós temos uma grande responsabilidade, que é ter todas essas condições, quer seja a educação da acessibilidade e o olhar subjetivos para esses alunos, são muitas mãos envolvidas desde governo, família e escola, para que esse aluno tenha o que é dele garantido, que a gente sabe que na prática, temos uma grande falha e uma dívida desse grupo.

Pergunta 5: Então vou só insistir nesse ponto da ensinagem do professor, na sala de aula?

Profa.: Sinceramente eu acredito que ainda não estou preparada, mas estou disposta, eu sei que faz parte, que todo ser humano têm o direito, é do meu ponto de vista e é do direito dele também, então na escola no lugar de professor, jamais posso deixar de acreditar no ser humano, senão eu estaria no lugar errado, na profissão errada. Eu vou buscar essas condições, com quem tem de buscar, com estudo, porque a gente precisa muito disso, com gestores e com parceria com a família. E a própria relação direta com esse sujeito. Esse é o percuso, o caminho de humildade e disposição, de compromisso com a pessoa com deficiência visual como professora dele, mas preparada eu não estou.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

16) 05 de julho às 15h15min – Profa. Ana Amélia

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Ana Amélia Alves da Silva, 43 anos, pós-graduada.

Pergunta

Pergunta 2 – Qual a área da sua atuação? E sua atuação?

Profa.: Tenho 23 anos de docência, e formação em Pedagogia e há 2 anos atuando em educação especial, na Escola Raimundo Alves de Almeida no São João.

Pergunta 3: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, meu serviço atende às deficiências, mas não tive essa oportunidade.

Pergunta 4: Como você acha como deve ser esse ensino tanto em relação ao professor e à escola?

Profa.: Na verdade a gente precisa ter uma formação, um conhecimento, para que a gente possa fazer com que esse aluno, tenha a oportunidade de aprender por meio do Braille. O ensino precisa atender, para que ele tenha esse acesso para estar incluído na escola.

Pergunta 5: E a escola?

Profa.: Existe a expectativa e a realidade, atividades e currículo amparado na Lei, mas nem sempre isso acontece, o professor não está preparado. Até porque o estudo é diferenciado, aprende mais pelo auditivo, tem que ter toda uma atividade voltada para ele.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

17) 05 de julho às 16h11min – Profa. Sandra Pinheiro

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Sandra Pinheiro de Sousa, tenho 42 anos e sou formada em licenciatura em Matemática, professora de Matemática há 26 anos e estou 9 anos na Escola Coronel Jucá.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não tive nenhum aluno 100%, mas tive aluna com visão baixa, as letras sendo maiores para ela, dava certo.

Pergunta 3: Qual sua percepção em relação à escola, em acessibilidade e em relação ao professor, qual sua percepção de como deveria ser, ou como seja a ensinagem a alunos cegos?

Profa.: Eu acho que há mais integração do que inclusão. Há eu tive sim, um aluno cego, tive uma ano ensinando esse aluno. Agora eu lembrando que eu tive esse momento, a turma me ajudava muito e ele era muito independente, nos eventos da escola ele tocava violão, teclado e cantava também. Não lembro muito o nome dele.

Pergunta 4: Vamos focar na escola, em relação à acessibilidade e ao professor, como era na sala de aula?

Profa.: Tinha ajuda, uma pessoa do AEE, a gente dizia como eram as atividades e elas passavam em Braille. Nunca mais eu tive aluno com essa dificuldade.

Em relação à acessibilidade da escola eu lembro, ela não tinha escada, era só rampas. Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

18) 05 de julho às 16h50min – Profa. Rosiane Marcelino

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Rosiane Marcelino Silva, tenho 47 anos e sou especialista em coordenação, avaliação, planejamento e gestão escolar, na realidade eu sou coordenadora, hoje, na Escola Terra dos Monólitos.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não tive nenhuma experiência, já tive com aluno baixa visão, mas cego não.
Pergunta 3: Qual seu ponto de vista em relação à escola e ao professor, na ensinagem de alunos com cegueira total?

Profa.: Sempre é trabalhado na escola a questão da inclusão, os professores da sala, junto com a sala do AEE. Visto que se o professor não tiver nenhum conhecimento relacionado a isso, não vai ser trabalhado a inclusão, sempre vai ficar a desejar, porque o professor tem que saber a didática. A escola também precisa de materiais escolares que possam trabalhar com essa criança, uma coisa é falar com a criança normal e outra com criança com cegueira total, eu acho que a escola deve se adequar, a escola não está preparada, mas a escola deve se adequar. Digamos que hoje eu venha ter um aluno com essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno.

Muito obrigada por ceder esse momento das suas férias, vou interromper a gravação

19) 06 de julho às 9h – Profa. Thamirys

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Meu nome é Thamires, tenho 27 anos, sou formada em licenciatura em pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará, eu atuo na área de Educação Infantil desde 2019.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, até agora não.

Pergunta 3: O que vem a mente quando você pensa na escola e no professor recebendo aluno cego?

Profa.: Em estrutura física deve ter rampas, o ambiente deve ser acolhedor. Em relação ao professor temos um longo caminho a percorrer, em relação a capacitação profissional aos professores que trabalhem diretamente com deficientes visuais.

Nós chegamos ao final da entrevista.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

20) 06 de julho às 9h40min – Prof. Francisco José

Cibele: Professor, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Prof.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Prof.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Prof.: Sou Francisco José Almeida, tenho 56 anos, sou formado em licenciatura em Ciência com especialidade em Química e Biologia.

Pergunta 2: Sua área de atuação e quanto tempo? Qual escola?

Minha área é ciência da natureza, voltado para Matemática, estou há 15 anos, a escola de Ensino Fundamental Raimundo marques de almeida

Pergunta 3: O senhor já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Prof: Sim, na verdade a experiência, mas não chega a ser 100%, ele tinha, mas ele via através do outro sentido, ele interagia com outras pessoas, e tinha uma cuidadora, ele ia muito pelos extintos deles, desenvolve outras especialidades que superam a deficiência. A gente senti isso do deficiente, ele busca superar a dificuldade dele. Eu ficava sem entender, de onde ele tirava essa força, algum órgão ativa outro sentido, ele era capaz de sentir e ver as pessoas que ele não consegue ver. Ele dizia, professor e eu não estava na linha de frente dele e ele via.

Pergunta 4: Eu queria que o senhor me falasse sobre a escola e o professor na ensinagem desses alunos cegos?

Prof: Em relação as escolas, Cibele, ainda são muito insuficientes, apesar de ter o AEE, em relação aos professores, quase não tem programas para atender aos alunos com deficiência visuais. Não tenho medo de te dizer que não tenham um programa de entender.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

21) 06 de julho às 10:10 – Profa. Maria Betânia

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Maria Betânia Oliveira Sousa Alencar, tenho 50 anos e tenho habilitação em Língua Portuguesa e especialização na área.

Pergunta 2: Qual a área de atuação e quanto tempo?

Profa.: Nessa escola, atualmente, 3 anos, na escola de Ensino Fundamental José Jucá.

Pergunta 3: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Ainda não, já tive alunos com baixa visão.

Pergunta 4: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego? E em relação ao professor.

Profa.: Cibele, como você deve conhecer as escolas de Quixadá, nós temos essa dificuldade, de acessibilidade. Embora, nós percebemos que quando a escola passa por uma reforma, ela se preocupa, em fazer uma rampa, alargar uma porta, mas a sinalização para os cegos, nós sabemos que não tem, pelo menos as que eu passei.

A nossa escola ultimamente passou por uma reforma, e a sinalização para os cegos, nem na calçada nós temos, quem dirá dentro da escola. Então acredito que chegando aluno hoje com cegueira total, ele vai ter essa dificuldade. Se chegar um aluno cego ele terá essa dificuldade. Quanto ao professor, eu não me sinto preparada em receber um aluno cego, porque eu não entendo o Braile, eu tenho curso na área de educação especial. Então vamos recorrer o AEE, onde toda escola tem, se vier eu sei que será uma dificuldade para todos os professores, há qualquer momento vai chegar, nós sabemos disso, eu não me sinto preparada para dar aula aluno cego, não

posso mentir, eu não estou preparada, quando eu tive um aluno surdo, eu levava uma apostila para entender a linguagem e deu certo, mas cego eu não sei. Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

22) 06 de julho às 10:40 – Profa. Marlizete

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Marlizete Alves Completo, sou especialista.

Pergunta 2: Qual sua área de atuação de atuação? E quanto tempo?

Estou nos anos iniciais, e o período de 2 anos

Pergunta 3: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Nunca tive nenhum aluno.

Pergunta 4: No seu ponto de vista, o que você imagina a acessibilidade das escolas de Quixadá?

Profa.: Mais voltado aos deficiência visual. Por onde eu passei, em termos de escolas física, na Escola José Bonifácio nós temos acessibilidades de rampa, na que eu estou hoje, nós temos acessibilidade por rampa. Há pouco tempo a escola foi contemplada pelo recurso FNDE para a compra de equipamentos para deficientes visuais, estamos na etapa de execução na compra desses equipamentos.

Pergunta 4: E em relação à ensinagem do professores?

Profa.: Se eu me deparasse com alunos com deficiência visual, talvez eu não saiba conduzir a nível de ensino de aprendizado, porque eu nunca recebi capacitação desse ensino. A gente corre atrás e vamos dar um jeito de aprender para ensinar.

Nesses dois anos nunca houve nenhuma capacitação.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

23) 06 de julho às 10:40 – Profa. Natália

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Natália Braga, 35 anos e 10 anos de experiência

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, nunca tive experiência com alunos completamente cegos.

Pergunta 3: Por gentileza fale sua percepção sobre a ensinagem com os alunos com deficiência visual?

Profa.: Bem antes eu trabalhava no ong e eu via um trabalho muito positivo, com o serviço do AEE, mas nas escolas eu não tive experiência de alunos cegos.

Pergunta 4: Gostaria do seu ponto de vista das escolas de Quixadá, gostaria de saber sobre a ensinagem dos professores.

Profa.: Eu não tenho muito a falar sobre o que eu não vi na escola.

Pergunta 5: Como você imagina que seja essa ensinagem?

Profa.: A primeira dificuldade que eu vejo do livro em Braile, se hoje tem eu não sei. Até que você consiga o livro em Brile, o ano já passou, tem que se feito um pedido com antecedência, essa é a primeira barreira, e será se o aluno sabe o Braile? Será se os professores sabem Braile. Na cadeira na faculdade teve um dia de Braile, não deu para aprender.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

24) 06 de julho às 13:30 – Profa. Aurevanda

Cibele: Professora Aurivanda você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Pergunta 1: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Aurevanda Moura Nobre, tenho 54 anos, especialização, graduada em Letras e também em Pedagogia e especialização na área da educação.

Pergunta 2: Fale da sua área de atuação.

Professora: Eu trabalho atualmente como técnica na CRED 12.

Pergunta 3: A senhora já teve experiência de ensinagem para crianças ou adolescentes com deficiências visuais?

Professora: não, nas escolas onde trabalhei, em nenhuma eu tive experiência com alunos com deficiências visuais.

Pergunta 4: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência?

Professora: Primeira coisa que atualmente as coisas tem melhorado um pouco, mas em termo de acessibilidade com relação à questão física ao prédio escolar, se aquele aluno já vem com aquele conhecimento escolar, já vem sabendo usar sua bengala, se já vem educado nesse processo de autonomia, vai ter menos problemas pra eles, mas as escolas ainda tem muitos obstáculos, muitos degraus, muitas colunas, os banheiros nem sempre tem acessibilidade muito boa, já melhorou, inclusive existem projetos de escolas acessíveis onde vem uma verba, e as escolas já tem toda essa preocupação de construir rampas, alargar portas de banheiros, e isso já facilita, mas no todo ainda é bem complicado de modo geral. Principalmente se esse aluno não tiver tido nas series iniciais, com apoio de outra entidade, pra que ele tenha esse conhecimento, do usar e se locomover, e também da acessibilidade pedagógica, de fazer a leitura em braile, embora já tenhamos órgãos aqui em Quixadá para pessoas especiais, que já fazem esses trabalhos. As dificuldades ainda são imensas, embora tenha melhorado bastante comparado aos anos atrás.

Pergunta 5: Entendi professora, só me esclareça, quando você falou que recebeu uma verba que alargou as portas do banheiro, isso já foi na escola ao qual a senhora trabalha em Quixadá?

Professora: não, nas escolas que eu acompanho, aliás as escolas recebem, isso é um programa de governo, é um programa público, já faz parte de todo um programa da rede publica e o nome do projeto é escola acessível, você pode até olhar depois no site do mec, que as escolhas recebem essas verbas com uma certa regularidade. Eu não sei lhe dizer essas regularidades como é, porque quando chega a tabela vem por escola, a gente só repassa e não fica acompanhando, mas a gente sempre comunica a escola que chegou o programa acessível. Uma verba específica para gerar acessibilidade a escola.

Cibele: Chegamos ao final da nossa entrevista, gostaria de agradecer por ter disponibilizado um tempinho das suas férias.

25) 06 de julho às 14:30 – Profa. Claudice

Cibele: Professora Claudice você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Maria Claudice de Araújo, sou professora da rede municipal de Quixadá, trabalho em uma escola distrito campo novo, cursada em pedagogia, especialização em psicopedagogia.

Cibele: qual sua área de atuação?

Professora: este ano eu estou atuando na sala de recursos multifuncionais

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: não, nunca tive essa oportunidade de trabalhar com aluno de deficiência visual, tivemos um aluno que ele tinha baixa visão.

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência?

Professora: Ainda deixa, infelizmente muito a desejar, a questão da estrutura física mesmo, temos rampa para receber alunos com deficiências, entradas largas. Porém, outras escolas precisam muito melhorar, a questão do espaço físico. Precisaria mudar a estrutura, melhorar mesmo a sala de aula, adaptando, para manipular na questão do espaço, objetos, comandos dentro da sala de aula, e a outra forma seria profissional bem capacitado na questão dos livros braile. Na escola que eu trabalho, nos temos esse material em braile, temos alguns livros, mas ainda deixa muito a desejar, pois precisamos de profissionais capacitados para nos auxiliar.

Cibele: Obrigada professora por dividir sua experiência.

26) 07 de julho às 09:40 – Profa. Raimunda Alcione

Cibele: Professora Alcione, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Raimunda Alcione Santiago de Lima, tenho 42 anos, professora com nível superior trabalho na profissional aqui de Quixadá e to na educação há mais de 20 anos.

Cibele: Você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: Não, eu embora seja professora esse tempo todo, o ensino mesmo voltado eu nunca trabalhei, na profissional onde eu trabalho, a escola nunca recebeu, pois não temos como atender, por ser uma escola de tempo integral, e isso me incomoda por não atendermos essas necessidades

Cibele: Qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência?

Professora: é importante quando você se coloca no lugar de acolher o aluno, eu iria lutar junto com ele por essa política de acessibilidade, muitas vezes o professor não tem uma formação ele não sabe o braile, ele tem dificuldade, uma época eu aprendi o alfabeto, por conta própria, a gente que é professor precisa procurar, mas quando chega o cego, o braile não tem nas escolas, e tudo acontece por oralidade, a questão que eu percebo nas escolas, as bibliotecas quase não tem acervo para as pessoas

cegas, não tem acessibilidade, essa relação de professor aluno, vai depender muito de outros ambientes preparados. O meu ensino seria buscar conhecimento para atender diante das suas necessidades.

Cibele: chegamos ao final da nossa entrevista.

27) 08 de julho 04:13 – Profa. Alexandra

Cibele: Professora Alexandra, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade..

Professora: Eu sou Alexandra Alves de Sousa pinheiro, tenho 41 anos, sou especialista em gestão coordenação e avaliação escolar

Cibele: professora qual sua formação e área de atuação?

Professora: sou formada em pedagogia, atuo como professor na escola terra dos monolitos, nas turmas de segundo ano

Cibele: Faz quanto tempo professora que a senhora atua nessa área

Professora: na educação eu atuo desde 2020 e como professora de segundo ano desde 2012.

Cibele: Professora, a senhora já teve alguma experiência de ensinar alunos com deficientes visuais?

Professora: não, mas eu já escutei colegas meus falarem de crianças que tinham deficiências, eu já lidei com algumas deficiências, mas os visuais não

Cibele: professora, qual a sua percepção em relação as escolas de Quixadá, nesse recebimento aos alunos com deficiência visual

Professora: na escola que eu trabalho, eu observo que esta adequada, eu acredito que sim, pelo que eu entendo, mas quem entende mais do que eu possa ser que perceba que falta alguma coisa, você fala de espaço físico

Cibele: falo com relação acessibilidade e os ensinamentos dos professores

Professora: a escola não está adequada, fazendo uma comparação com outros ambientes, falta ainda muito investimento, ao ensino, quando chegam crianças com deficiências, nós ainda não estamos preparados para receber, mas pedimos ajuda para que a criança receba ajuda

Cibele: obrigada professora por esses minutinhos cedidos para essa entrevista.

28) 08 de julho às 8:35 – Profa. Maria da Conceição Onofre

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Me chamo Maria da conceição Menezes Onofre, tenho 54 anos, sou formada em língua portuguesa, com pós em Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Cibele: Professora quanto tempo você trabalha nessa área?

Professora: Há 30 anos como prestadora de serviço, em 1998 concurso, tenho também uma pequena experiência em escolas do estado

Cibele: A senhora já teve experiência de ensinar criança e adolescente visual?

Professora: Como professora, eu ainda não tive essa oportunidade, eu executando de fato essa ação.

Cibele: Professora, qual a sua percepção em relação as escolas de Quixadá, nesse recebimento aos alunos com deficiência visual

Professora: A escola no qual eu trabalho hoje, ela foi feita uma ampliação, adaptação, alargamento de porta para facilitar e tivemos também o recebimento de uma aluna de baixa visão também

Cibele: Entendi professora, para finalizar a nossa entrevista, fale da percepção do ensino de professores para os alunos com deficiência visual.

Professora: Tinha uma aluna com baixa visão, e eu percebia que na escola ela era tratada como normal só que ela precisava ser tratada diferente, mas no sentido dela ser atendida e ser reconhecida com aquela necessidade que ela tinha, tínhamos uma aluna necessitada de um auxílio para que ela pudesse interagir melhor e ter o respeito que ela precisaria ter, achei que eles não tinham essa visão de atender as necessidades dela, às vezes falta um pouco de nós essa sensibilidade de fazer mais e fazer melhor, nos sabemos que esses alunos tem dificuldade, e precisa ser atendida as necessidades. A meu ver o pensamento ainda anda muito distante da realidade tendo em vista as necessidades, principalmente a inclusão. Eu sinto essa necessidade de ver essa mudança, pra gente fazer de fato o nosso papel de ir além. A escola precisa estar preparada também para colher os cadeirantes, nós professores também precisamos estar preparados para receber essas crianças.

Cibele: Exatamente professora, lhe agradeço pela participação dessa pesquisa.

29) 08 de julho às 9:40 – Profa. Silvana

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Me chamo Silvana Maria da Silva Santos, tenho 47 anos, pós graduação especialista

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo de atuação?

Professora: Ciência da Natureza, com habilitação para ensinar biologia e química e eu sou concursada para biologia, mais de 20 anos de atuação.

Cibele: A senhora já teve experiência de ensinar criança e adolescente visual?

Professora: Tive sim, criança, adolescente e adulto também, sou professora também do fundamental e eu já tive mais de um aluno com deficiência visual.

Cibele: Poderia compartilhar sua experiência em sala, gostaria de saber como era a acessibilidade, modo de ensino

Professora: Logo quando soubemos que íamos receber aluno com deficiência visual, a escola começou se preparar pra questão da acessibilidade de rampa...e a escola começou a se readaptar, não somente para receber alunos com deficiência visual, mas também outras deficiências, para que eles tivessem autonomia, eles se adaptam muito rápido, o reconhecimento até mesmo pelo cheiro do nosso perfume, eles desenvolvem uma percepção bem melhor, eles conseguem reconhecer a gente. Eles marcam detalhes, são observadores, a audição de um deficiente visual é bem desenvolvida. Com relação a didática em si, eu observada que eles compreendiam bem, com o material didático eles recebiam em braile, enviado pela seduc, via dedicação. Eu costumava baixar vídeos e atividades e colocava em um pendrive, uma das minhas preocupações foi quando eu fui fazer uma aula pratica no laboratório de química... e agora? Era pra mostrar algumas substâncias, eu iria mostrar o funcionamento de algumas substâncias, e minha preocupação era pra saber como ele ira ver essas reações. Quando eu fui fazer a prática, ele sabia de todos os conceitos e ele não errou nenhuma.

Cibele: Professora, qual a escola e esse computador que tinha essa tradução era dele, ou foi ofertado pela escola ou pelo governo?

Professora: o computador era dele, só não sei te informar como ele adquiriu. Quando ele veio do Ensino Fundamental, ele já veio com esse computador.

Cibele: Cibele: professora, chegamos ao final da nossa entrevista, eu gostaria de agradecer essa troca de experiência riquíssima.

Professora: só dizer que estou disponível, e que esse aluno hoje entrou no ensino superior

Cibele: Todos os professores falam que ele é um aluno aplicado, Darlan teve um ensino de educação muito bom.

Professora: Disponha, estou à disposição.

30) 08 de julho às 10:05 – Profa. Socorro

Cibele: Professora Socorro, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade..

Professora: meu nome é Socorro, tenho 55 anos, sou graduada em língua portuguesa e inglês, com pós-graduação em educação especial e atendimento educacional especializado pela UFC, trabalho no formai, que é um centro de formação, monitoramento e inclusão em Quixadá, sou funcionária pública do município de Quixadá e já tenho 23 anos no exercício do magistério. Nesses últimos anos tenho trabalhado exclusivamente com a educação especial dando acompanhamento aos professores da sala de recursos. Que é os que fazem atendimento educacional especializado com os alunos incluídos na escola regular.

Cibele: você já teve aluno com deficiência visual na escola?

Professora: Sim, eu trabalhava. Mas, no ensino regular não. Eu tive, na época era terceira serie que hoje seria o quarto ano. Eu tive uma aluna com baixa visão, que na época, ela nem tinha sido diagnosticada ainda, ela vivia na luta pra diagnosticar realmente o que era o problema dela, inclusive ela enfrentou muitas dificuldades e hoje ela é advogada, um exemplo de superação, uma menina muito inteligente, dá palestras em vários lugares, passou na OAB e o nome dela é ate Maria Tania. Aqui em Quixadá existe uma escola Raimundo marques, ali no bairro são João, tem rampa de acessibilidade, tem banheiros com portas alargadas, mas ainda sim deixa a desejar não tem maquinas para imprimir as atividades diante da necessidade do aluno com a deficiência, o professor muitas vezes, quando não esta preparado porque na verdade a gente só se prepara quando encontra o problema e ai poucas vezes eles demonstram interesses, eles acham que a pessoa não aprende nada. O deficiente visual ele não tem nenhum problema cognitivo o problema dele é só a visão, então ele tem toda a capacidade de aprender. Nos temos um aluno, inclusive eu fui uma das professoras que incentivei a colocarem esse aluno em uma escola de ensino regular por que ele precisava. Na época ele estudava na APAPEC e ai a gente percebia que o menino era muito inteligente e hoje ele é aluno da UECE.

Cibele: Então professora, qual a sua escola de atuação ?

Professora: eu não estou na escola regular, eu estou no Formai que é o centro de formação, monitoramento e inclusão

Cibele: é um local único ? eu não o conheço...

Professora: ate ano passado, estávamos juntos com APAPEQ. Mas, já agora no segundo semestre estamos vendo um local para nosso cantinho.

Cibele: professora, chegamos ao final da nossa entrevista, eu gostaria de agradecer essa troca de experiência riquíssima, eu fico muito feliz de ter aqui a mãe de uma amiga minha, colaborando com essa minha reta final do mestrado.

31) 12 de julho às 14:45 – Profa. Aline Araújo

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.:Aline Araújo da Silva, tenho 30 anos e tenho o ensino superior completo na área de pedagogia e especialização em psicopedagogia.

Faz 5 anos, trabalho na escola Riacho Verde

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.:Não tive nenhum aluno na deficiência visual, mas tive com outras deficiências e transtornos.

Pergunta 3:Qual sua percepção sobre as escolas em relação a acessibilidade em receber alunos cegos?

Profa.: Na minha experiência na área da educação, que eu pude navegar,o que eu pude observar em relação a inclusão e educação especial, percebo que em relação a Lei, as escolas de Quixadá estão amparadas, porém quando nos vamos para a prática, a coisa é diferente. Como por exemplo, infelizmente, nós deparamos com as dificuldades arquitetônicas, as estruturas físicas das escolas elas precisam adaptar, e esse é um processo que deveria estar ocorrendo há muito tempo, e também os déficits nas salas de AEE, Os profissionais ainda sentem dificuldades em atender a demanda.

Pergunta 4:Em relação a ensinagem dos professores como é sua percepção?

Profa.: Cada professor se debruçava naquela deficiência, hoje o professor deve atender a todos, todas as deficiências, devem dominar todas, então com essas mudanças o professor fica perdido, o professor não é uma máquina, então não há essa parceria do professor do aee com o professor em sala. É preciso o professor ter formação, infelizmente o déficit nesse aspecto na educação. A escola ser inclusiva, ser de todos. que infelizmente não percebo isso no meu município. Essa troca de professor do AEE e professor do regular, O professor do AEE com o professor de sala, não há essa parceria.em relação da inclusão. Não dá mais para uma caminhar separada da outra, o gestores precisam entender, compreender, os gestores tem que entender que a demanda que é da sala do AEE e a demanda que não é, a demanda que é para o psicopedagogo, como por exemplo uma dislexia, uma discalculia, existe uma confusão, o professor do AEE fica sobrecarregado. Assim ainda precisamos melhorar, percebo que precisamos melhorar para que a escola seja de todos, entender as vezes a te a nomenclatura de educação especial de educação exclusiva,b que fica aquela coisa achando que está sabendo e na prática não estamos. Temos que melhorar muito, algo que já era para ter acontecido, as leis estão ótimas, quanto a legislação está ok, mas em relação a educação ainda faltam melhorar muito.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

32) 12 de julho às 15:00 – Profa. Cristina Mamede

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autorizama a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.:Ana Cristina de Assis Mamede, tenho 53 anos e tenho pós-graduação.

Pergunta 2:Qual sua área de atuação e quanto tempo a senhora está nessa área?

Profa.: Eu trabalho com as turmas do 4º ano, e sou professora da prefeitura.

Pergunta 3: Qual escola, professora?

Profa.:ABC Baviera.

Pergunta 4: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.:Não, nunca tive.

Pergunta 5:A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego?

Profa.:Eu acho que poucas escolas que eu conheço não tem acessibilidade para alunos cegos, a escola não está acessível para receber esses alunos.

Pergunta 6:Em relação ao professor, qual sua percepção na ensinagem com alunos deficientes?

Profa.:A professoras que eu conheço, são bastante instruídas, são preparadas e sabem o brile. Mas eu acho que deveríamos ter curso para todas as deficiências.

Pergunta 7: Esses cursos é custeados pelo professor?

Profa. A prefeitura deu, mas acho que as professoras fazem particular

Pergunta 8:É recentes esse curso?

Profa.: Não, acho que faz mais de 4 anos.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

33) 08-07-2021 às 07:04 – Professora Cristina

Cibele: Professora Cristina, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Ana Cristina Alves precedes, tenho 42 anos, e sou pós graduada

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo?

Professora: sou graduada em história, especialização em psicopedagogia clínica e institucional, e no momento atuo como psicopedagoga, sou professora do município efetiva. Já tenho mais de 10 anos que estou na educação especial, iniciei como professora e depois de alguns anos que fiz especialização atuei como psicopedagoga.

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: eu nunca fui professora de aluno com deficiência visual, eu já tive contato porque quando eu inicie na educação especial, era em uma escola especial, e la ainda funcionava como uma escola especializada, cada turma tinha sua professora, eu tive apenas contato rápido com eles. Mas, contato como professora, eu nunca tive

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência?

Professora: atualmente onde eu estou não é exatamente uma escola, é um centro de inclusão a gente monitora a inclusão no município, e tem um atendimento personalizado aos surdos e deficientes visuais. Eles não estão na escola regular, alguns só frequentaram até ano passado, não sei ainda como este esse ano. Temos educação de jovens e adultos a noite, mas é uma demanda que realmente demanda muitos recursos, para os professores trabalharem com essa deficiência, como eles não enxergam eles precisam aprender o braile, pois é o meio que eles utilizam para ler e escrever, inicialmente eles precisam ter acesso, mas a gente sabe que esses recursos nem existem nas escolas, aqui mesmo em Quixadá eu não conheço. Não sei nem se tem aquela máquina de escrever, vem poucos recursos e quando o professor se depara com o aluno totalmente cegos. Eles precisam de materiais ampliados, mas os cegos ai se tornam mais difícil. O professor tem que se virar mesmo, tem que estudar, tem que procurar a sua coordenação e a secretária ajudar o professor nesse momento.

Cibele: obrigada professora

34) 08-07-2021 às 07:04 – Professora Jucilene

Cibele: Professora, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Jucilene, tenho 38 anos, e sou graduada em Letras e pedagogia e sou especialização em psicopedagogia

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo?

Professora: trabalho desde 2008, e venho buscando novos desafios, desde 2017 estou nos anos iniciais. Nesses quase dois anos de pandemia e me descobrir. Quando veio essa barreira, eu me preocupei com as famílias.

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: eu nunca fui professora de aluno com deficiência visual, eu já tive com autista, síndrome de daw e surdo.

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência, no ponto de vista da escola e do professor?

Professora: Eu acho que a gente precisa avançar, enquanto escola precisamos de uma adaptação e quanto professor precisamos de formação, nos professores temos a base inicial, mas cada professor busca a continuidade, por exemplo em uma sala temos dois ou três crianças com necessidades especiais e aí enquanto professor, é sua responsabilidade, buscar atividade diversificada, elaborar material, confeccionar material, para que aquela crianças não fique simplesmente inserida em uma sala de aula, não têm importância alguma ter criança em uma sala de aula só para dizer que estão incluída, que na verdade muitas vezes está excluída, porque quando você não traz uma atividade que contemple a necessidade dela, e que ela interaja, ela vai ser só mais uma criança ali, que não vai interagir, que não vai desenvolver, e não faz nenhum sentido, só que para o professor não faz sentido, porque temos a turma toda e mais aquele aluno especial. Eu tive uma aluna em um caso grave, que tinha uma medicação ela gritava, e batia nas outras crianças, e a gente iria aprendendo, eu percebia que quando ela chupava bombom, ela ficava mais agressivas. Outra coisa os nossos cuidadores não sabem como lhe dar com essas crianças.

Cibele: obrigada professora

35) 08-07-2021 às 07:04 – Professora Maria Lúcia

Cibele: Professora, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Maria Lúcia, tenho 60 anos Jucilene, tenho 38 anos, e sou graduada em pedagogia e tenho especialização

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo?

Professora: Quase 25 anos e sou polivalente.

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: Na minha sala de aula, mas quando eu trabalhei no MEI, na sala de informática tinha um rapaz que vinha me pedir ajudar para o computador dele. Ele se saia muito bem, eu nunca o vi dizia que não podia fazer por conta da deficiência dele.

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência, no ponto de vista da escola e do professor?

Professora: Assim, logo no começo havia as escolas para inclusão, a gente tinha uma enorme dificuldade, foi uma surpresa, jogava os alunos na sala de aula, e nós falávamos que não estávamos preparadas. Começaram as formações para aos alunos com deficiências, e a gente foi pegando, mas até hoje ainda temos dificuldades, a gente caia no livro para poder ver o que a gente podia fazer para aquela criança. Ainda é muito solto.

Essa formação professora, foi a escola que deu ou vocês procuraram a parte?

Profa. Foi a escola, o MEC ajudava e mandava os cursos, a prefeitura procurava fornecer esses cursos.

Hoje existe esses cursos?

Não, não tem mais esses cursos, temos que pagar.

Cibele: obrigada professora

36) 08-07-2021 às 07:04 – Professora Francisca

Cibele: Professora, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Maria Francisca da Silva Cabral, 66 anos e nível superior, pos graduação em língua portuguesa

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo?

Professora: Quase 30 anos, quero é me aposentar, sou professora de língua portuguesa.

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: tive rapidamente, tem uns que dar para ir levando, mas outras eu tive muita dificuldade. Quem fazia era uma outra professora.

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência, no ponto de vista da escola e do professor?

Professora: Sim, essa aluna eu tive dificuldade, ela era uma pessoa diferenciada, foi só um ano que eu convivi com ela.

Vou só insistir com a experiência em sala de aula, como era essa ensinagem?

Profa. Ela não copiava da lousa, dificilmente ela respondia alguma coisa, a gente ajudava, as amigas ajudava, os trabalhos eram entregue bem depois, ela não acompanhava normalmente, ela circulava bem na escola com as amigas, mas as leituras eu via que tinha dificuldade.

Qual sua percepção das escolas em relação as escolas?/hgf

Nós não temos acessibilidades nas escolas, deveria ter um profissional que acompanhasse realmente esses alunos, nos temos as salas de AEE, mas eles precisam de acompanhavam, tenho fotos de muitos alunos com deficiência, eu tenho bom relacionamento com ele, é muito gratificante, mas não dou para trabalhar com eles em sala, deveria ter um profissional habilitado para essas deficiências.

Deve existir para todos os deficientes, os cadeirantes precisam demais um bom acompanhamento, a família precisa está presente, 70% não estão presentes.

Hoje existe esses cursos?

Não, não tem mais esses cursos, temos que pagar.

Cibele: obrigada professora

37) 06-09-2021 às 10:04 – Maryland Nobre Silveira

Cibele: Professora, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: **Maryland Nobre Silveira**, sou concursada do Município, já trabalhei muitos anos.

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo?

Professora: Sou professora de muito tempo de História.

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: Tive, mas foi pouco tempo, porque a gente ficou sem saber o que fazer, foi bem assustador.

Acho que a Escola e o corpo docente tem muito o que se preparar, porque eu e os meus colegas. Houve um desconforto, não por não querer receber, mas por não saber trabalhar com essa criança com deficiência, nós saboreamos a fragilidade da escola, a fragilidade do conhecimento, de estarmos despreparados para inclusão, que tem muito a desejar.

Então professora a aluna não continuou?

Ela ficou um mês, foi tão rápido que ela passou, eu tinha aula com ela muito pouco, e então, as aulas estão distribuídas, e eu tive pouco tempo.

Enfim, como tinha um outro local, a mãe levou ela embora para um ambiente que tivesse professores mais capacitados.

Eu lembro que na época teve que chamar uma outra pessoa

Nós precisamos nos preparar cada vez mais, deve ter envolvimento governamental, sinto falta de um apoio geral

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência, no ponto de vista da escola e do professor?

Professora: Sim, essa aluna eu tive dificuldade, ela era uma pessoa diferenciada, foi só um ano que eu convivi com ela.

Vou só insistir com a experiência em sala de aula, como era essa ensinagem?
Profa. Ela não copiava da lousa, dificilmente ela respondia alguma coisa, a gente ajudava, as amigas ajudava, os trabalhos eram entregue bem depois, ela não acompanhava normalmente, ela circulava bem na escola com as amigas, mas as leituras eu via que tinha dificuldade.

Qual sua percepção das escolas em relação as escolas?

Nós não temos acessibilidades nas escolas, deveria ter um profissional que acompanhasse realmente esses alunos, nos temos as salas de AEE, mas eles precisam de acompanhavam, tenho fotos de muitos alunos com deficiência, eu tenho bom relacionamento com ele, é muito gratificante, mas não dou para trabalhar com eles em sala, deveria ter um profissional habilitado para essas deficiências.

Deve existir para todos os deficientes, os cadeirantes precisam demais um bom acompanhamento, a família precisa está presente, 70% não estão presentes.

Hoje existe esses cursos?

Não, não tem mais esses cursos, temos que pagar.

Cibele: obrigada professora

38) Auzenir Medeiros- coordenadora

Cibele: Professora, você me autoriza a gravar essa entrevista?

Professora: Sim!

Cibele: Por gentileza, fale seu nome, sua idade e sua escolaridade.

Professora: Auzenir Gomes de Medeiros , tenho 45 anos, e terminei letras com habilitação em língua portuguesa

Cibele: qual sua área de atuação e quanto tempo?

Professora: Estou a 25 anos, quase 26 na área da educação, nesses 26 anos eu já lecionei desde da Educação Infantil até o ensino médio e atualmente estou na gestão como coordenadora pedagógica da Escola Coronel Jucá.

Cibele: você já teve alguma experiência com aluno que tinha deficiência visual?

Professora: Não, já tive experiência com alunos com deficiência auditiva.

Cibele: qual sua percepção em relação acessibilidade e qual o papel do professor no método de ensino para alunos com essa deficiência?

Professora: Pela experiência que já tive em algumas escolas, ainda faltam algumas coisas, nós temos rampas de acessibilidade, mas ainda faltam sinalização, ainda faltam material de didáticos apropriados, como relete, como função, Lupa que é uma das coisas mais simples e nem todas escolas tem, aqueles tapetes, piso tátil, nenhuma das escolas que eu já lecionei, que é o piso de direcionamento e nenhum de alerta para algum obstáculo.

E em relação ao professore e aluno em sala de aula, como você pensa nessa ensinagem?

Eu acredito que o professor não estão preparadaos, não tenha essa formação, acredito que os professores de AEE, eles tenham mas os professores de sala de aula não. Eu acredito hoje se recebemos um aluno com deficiência visual, os professores não estariam preparados, eles iam fazer todo esforço mas eles não teriam esse preparo.

Cibele: obrigada professora, vou encerrar a gravação.

TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA GESTORES

1) 05 de julho às 9h – Profa. Aglaizia

Cibele: Professora, Aglaizia, bom dia!

Profa.: Bom dia.

Cibele: Você está me vendo e ouvindo bem?

Profa.: Sim, com certeza, tanto vendo quanto ouvindo.

Cibele: Eu posso gravar a entrevista?

Profa.: Sim, concordo.

Cibele: Professora, estamos nós fazendo essa entrevista, é uma análise sobre a acessibilidade da criança e adolescente com deficiência visual no ambiente escolar e foram selecionados alguns professores para fazer essa entrevista.

Pergunta 1: Gostaria que você falasse seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Aglaizia de Sousa Marinho Pinto, tenho 41 anos e tenho Mestrado em Ciências da Educação.

Pergunta 2: Qual a sua área de atuação e a quanto tempo nessa área?

Profa.: Trabalho na área de educação e atuo desde os 20 anos de idade. E trabalho como gestora da rede privada há 21 anos como secretária escolar. E na rede pública sou funcionária pública há 11 anos, nos quais 7 anos atuei como diretora geral de secretaria escolar do Distrito Educacional Centro. E também atuo no ensino superior desde 2009 e atualmente sou professora titular da faculdade de Quixeramobim – UNIQ, no curso de Pedagogia.

Pergunta 3: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual no ambiente escolar?

Profa.: No ambiente escolar, tanto no setor privado quanto no público, nós só trabalhamos durante 6 meses com deficiente visual na modalidade de educação de jovens e adultos, na escola de Ensino Fundamental Deputado Flavio Portela Marcilio há exatamente 4 anos atrás, quando o ônibus do Formai - Centro de Formação das pessoas que tem necessidades especiais, ia deixá-los na escola e ficava alguém dando suporte e ao fim ia deixá-los em casa. Foi um projeto que eu trabalhei de perto por aproximadamente 6 meses e depois esses alunos foram realocados na escola Padre Vicente. Depois esses alunos ficaram somente no Formai não ficaram mais no ensino regular, no contra turno por que as famílias diziam que eram a noite e era difícil por conta da medicação, e por vários outros fatores, como o transporte não pode mais ficar indo. Então teve vários fatores que acabou que depois de 6 meses eles ficaram só no Formai, que é mais confortável para eles porque eles passam praticamente o dia todo lá e tem as alimentações do dia inteiro, o acompanhamento de vários especialistas e acabou que não ficou mais na escola que eu era diretora. E na rede privada não, nunca tivemos na rede privada alunos com deficiência visual, e no máximo o que eu vivi foram alunos autistas. É porque por lei a escola pública é obrigada a fornecer todo o aparato necessário para o educando, já na rede privada tem a abertura para que a rede privada cobre da família o cuidador porque ela não oferece esse serviço, é um serviço a mais, então as famílias preferem colocar na rede pública.

Pergunta 4: Professora, como era essa acessibilidade nesses 6 meses em relação à escola e aos professores? Como eram esses ensinamentos?

Profa.: Eu sei que acontecia de eles estarem lá. O dia tem três turnos, manhã, tarde e noite, a minha lotação era manhã e tarde e eu tinha 5 escolas na qual eu estava à frente e eu fazia o revezamento de estar uma vez por semana no turno da noite para não ir manhã ou tarde de uma das escolas durante o dia. Então se eu disser para você que eu vi que eu presenciei cotidianamente, não. Eu sei do projeto porque como eu sou da secretaria da escola e eu sou responsável pelas informações do senso escolar, de quem é que tem necessidades especiais, para poder comprovar que o aluno é aluno com necessidades especiais no sistema do governo federal, então eu tinha que saber desses dados. Agora onde eu sei e que me foi repassado, que esses alunos iam no ônibus amarelo para a escola, que tinha sempre uma pessoa dentro do ônibus porque tinha que acompanhá-los e a acessibilidade era como, a escola Flávio Portela Marcílio não está toda acessível, mas ela tem rampa, banheiros com acesso para pessoas com necessidades especiais, tem algumas salas que tem escada, mas assim, além da alternativa da escada, tem a rampa, e quanto aos professores, se eu disser pra você que eu sei se todos tinham curso de braile, não sei, eu desconheço, se eles tem eles não informaram, mas eles sempre eram acompanhados, porque eu não sei se ainda se chama de cuidador, mas eram sempre acompanhado por cuidadores, por profissionais habilitados para cuidar deles, para dar assistência no processo de aprendizagem, dando suporte tanto para eles quanto para o professor. Mas uma coisa que fique bem clara, é que eu acho que como eu já falei que a modalidade era educação de jovens e adultos, a maioria era de pessoas já mais velhas e de deficiente visual, se eu não estiver enganada, era só um caso e esse já era uma pessoa mais experiente, já mais vivido, tinha mais de 30 anos, já era um senhor de idade, entendeu? Então é assim, eu não posso te falar com propriedade, eu sei que existia, eu sei que essa demanda aconteceu e que eu sei que ele aconteceu por conta de todos os dados que eu precisava junto a secretaria das escolas pra informar o MEC.

Pergunta 5: Tinha algum aluno com menos de 18 anos?

Profa.: Visual não.

Pergunta 6: Nessa turma de 6 meses?

Profa.: Na verdade essa turma é o ano inteiro, que é a educação de jovens e adultos, mas eles só permaneceram na escola Deputado Flávio Portela Marcílio nos primeiros 6 meses, depois eles foram alocados para outra escola do município porque o Flávio Portela Marcílio nós tínhamos apenas as séries finais do EJA, porque a gente não formava turma dos primeiros anos iniciais, do primeiro ao quinto ano, a gente não formava o número mínimo de alunos, e os outros alunos com necessidades especiais precisavam do processo de alfabetização do início, ai lá na Padre Vicente formava turmas de início, ai acabou que se tornou mais cômodo levar todos para lá porque lá tinha tanto o processo de alfabetização do início como os que já estavam mais avançados.

Professora, chagamos ao final da nossa entrevista. Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

2) 05 de julho às 19:40h - Profa. Dvandy (coordenadora)

Cibele: Professora, Boa noite! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa. Pode gravar.

Pergunta 1: Professora, diga seu nome completo, idade e escolaridade?

Profa.: Sou Antônia Dvandy Pedrosa Lima, tenho 48 anos, sou mestranda do PROFLETRAS.

Pergunta 2: Qual a sua formação e área de atuação?

Profa.: Eu sou formada em Pedagogia, sou formada em Letras, sou especialista em psicopedagogia, em coordenação pedagógica, em gestão pública, em literatura e formação do leitor, e atuo hoje como coordenadora de uma escola de ensino médio pelo Estado e no município sou professora da EJA – educação de jovens e adultos. A minha área de atuação é a educação.

Pergunta 3: Professora, a quanto tempo atua nessa área?

Profa.: há 31 anos, estou desde 1990.

Pergunta 4: A senhora já teve alguma experiência com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Já. Nesse tempo todo que estou na educação, a gente tinha um caso de baixa visão, mas a aluna ela não gostava, mesmo que a gente percebesse, a gente sabia porque conhecia os familiares, ela se sentia inferior em relação a turma por conta disso, e aí ela se esforçava bastante, a gente pedia para imprimir as provas com letras maiores e tal, mas ela não gostava. Depois quando ela viu que não dava mais para segurar, para seguir, entendeu, mesmo porque ela nunca tinha sido tratada assim, sabe, de acordo com o que ela deveria ter tratado. E aí depois quando ela viu que isso faria bem a ela, ela aceitou e até ela já pedia, inclusive, ela pediu a prova dela no enem já pra ser de acordo com a dificuldade, de acordo com a limitação que ela tinha. Então assim, foi uma luta ela se aceitar, mesmo porque ela é uma moça muito bonita, mas ela conseguiu fazer isso. E assim, de cego total, eu assim, eu nunca tive, que eu me recordo agora, eu nunca tive essa experiência, já tive com outras dificuldades, outras limitações intelectuais, mas de cegueira não.

Pergunta 5: A senhora acha que a escola está preparada para receber esse aluno cego? E os professores?

Profa.: Vou começar pela formação de professores, na verdade, assim, os professores eles não têm uma formação que os capacite, que os forme. Diante de toda a minha experiência, com a educação, assim, os professores que a gente tem com formação nessa área é porque eles mesmos vão buscar, eles mesmos gostam da área da educação especial e vão buscar essa formação. Mas não que a escola ou qualquer um outro órgão superior que esteja à frente da escola, como secretarias de educação, tenham oferecido algo nesse sentido, então assim, daí já vem uma certa limitação, porque o professor na verdade tem que sentir segurança para poder tratar da melhor forma possível, atentando para as dificuldades e para as dificuldades mesmo que cada aluno tem, na verdade. E aí, assim, eu parto daí, a outra coisa é as escolas estarem aptas a receberem esses alunos porque os alunos com cegueira eles precisam de uma atenção especial, precisam de alguém que possa, na verdade em outras turmas que a gente trabalhou, em que tinha, precisava de tradutor de libras e a gente conseguiu junto com a secretaria de educação do Estado do Ceará ter tradutores de libras para os meninos que eram surdos e aí assim, os meninos tinham um rendimento muito boa diante disso porque a gente estava dando a atenção necessária que eles necessitavam e aí assim, eu sonho com escolas que possam realmente atender esses meninos porque muitas vezes ao invés da escola incluir com a perspectiva de receber o aluno, ela acaba excluindo, porque na verdade não tem todo um aparato para que você possa atender de forma adequada, começando pela formação de professores, um ambiente adequado, material adequado. No

município até nós temos o FORMAI que ele trabalha com cegos. Agora me veio à mente no ano passado o seu Ronaldo, ele é cego, ele já concluiu o ensino médio e tudo, mas ele deseja estar na escola, então a escola também tem essa abertura, ele era atendido como ouvinte até antes da pandemia e tinha todo um professores de apoio, não seriam professores, mas seriam tipo cuidadores e aí tinha toda uma atividade direcionada para ele e agora eu tô me recordando desse aluno e ele gostava do ambiente e tinha um carro que ia buscá-lo em casa, não só ele mas todos os outros alunos, que eram 7, iam buscá-los em casa e iam deixar no final da aula e eles gostavam bastante do ambiente. E eu estou recordando agora dessa experiência que foi antes da pandemia e assim, é isso que a gente sonha, pra que a gente possa dar o atendimento adequado e eles possam realmente se encontrar e construir conhecimento porque na verdade muitas vezes, eu não hoje assim, mas muitas vezes eles são deixados muito de lado porque eles não conseguem acompanhar, não conseguem, não tem uma atividade direcionada para eles que é o que eles necessitam, uma atividade em braile, para que eles possam ir descobrindo e tendo todo um atendimento especializado que a deficiência dele necessita e pede. Professora, muito obrigada por ter compartilhado sua experiência, vou agora interromper a gravação

3) 06 de julho às 16h – Profa. Daniella Alves

Cibele: Professora, Boa tarde! Muito obrigada por aceitar esse convite. A senhora me autoriza a gravação?

Profa.: Autorizo. Com certeza.

Pergunta 1: Professora, por favor, me fale seu nome completo sua idade e escolaridade.

Profa.: Daniela da Silva Borges, eu tenho 46 e sou nível superior com pós-graduação em educação especial, em língua portuguesa e tenho também, o que seria interessante para você, sou leitor de pessoas com baixa visão, cegos. Também trabalhei um bom tempo na educação especial.

Pergunta 2: Professora, qual sua área de atuação e quanto tempo você atua nessa área?

Profa.: Hoje eu estou no fundamental, mas ano passado eu estava como gestora, diretora pedagógica geral num distrito com sete escolas, no São João.

Pergunta 3: Professora, a senhora já teve alguma experiência com a criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Já, já tive sim. Já tive assim, como gestor a gente recebeu crianças com baixa visão né na Escola Modelo do nosso distrito e como professora também eu já tive a oportunidade de trabalhar com pessoas cegas, né, que foi até no chamado Kriska, quero um Centro de Educação Especial e como professora e como também leitora, todos os anos eu trabalho junto do ENEM com pessoas de baixa visão e cegos, né, para ler a prova para eles.

Pergunta 4: A senhora poderia me falar como foi essa experiência, como era essa ensinagem.

Profa.: Não, é, questão do aluno deficiente visual sempre tem que ser adaptado porque escola pública ela não tem tanta... tanto olhar né em relação ao aluno cego por conta de algumas coisas, algumas lacunas terem que ser preenchidas Talvez uma capacitação como a mesma coisa que acontece com o surdo né porque muitos não são capacitados para lidar com eles, então os cegos também eles têm a mesma

questão de que muitas muitos professores não estão qualificados, não porque eles não queiram estar qualificados, mas porque o próprio sistema às vezes não disponibiliza essa qualificação para que eles possam lidar com essas situações então o gestor ele tem que colaborar, ele tem que andar em parceria com professor disponibilizando recursos né, se for no caso baixa visão tem que ter as letras serem maiores nas provas nas atividades, né. Sempre tem aquela preocupação de se ele realmente está enxergando, se está dando para visualizar. E se for cego realmente tem que saber se ele conhece o Braille. Se não conhecer, temos que procurar professor qualificado para que trabalhe com ele, do AEE, porque geralmente as escolas públicas elas buscam os professores das salas de recursos para trabalhar com essas crianças, mas eu acredito que seria interessante que o professor de sala também tivesse essa qualificação.

Pergunta 4: Perfeito, professora. Para encerrar nossa entrevista, eu só gostaria do seu ponto de vista em relação às escolas e a questão da acessibilidade dessas escolas, 6 não é isso?, que você foi diretora, eu gostaria que você falasse mais como é que elas são em relação à acessibilidade.

Profa.: Não. Assim, teve... Nós temos uma escola que é chamada Escola Francisco Pereira das Virgens que fica lá no distrito São João, essa escola recebeu um recurso que veio justamente em relação à acessibilidade. Então recurso era para adaptar a entrada para essas crianças que tivesse algum tipo de deficiência que... de mobilidade, de visual, qualquer tipo de deficiência que dificultasse a entrada delas na escola. Então foi feita essa reforma e realmente foi adaptada a entrada da escola e tudo para essas crianças tivessem acessibilidade. As portas foram alagadas para questão de cadeirantes e também foi comprado algumas coisas que disponibilizados para que fosse trabalhado com essas crianças na sala de AEE com os professores que já estavam... são treinados né para trabalhar com essas crianças. Então nessa escola eu vi que realmente houve um trabalho de questão de acessibilidade. As outras escolas, elas foram reformadas, a escola... teve uma creche que foi feita no distrito também que é adaptada é acessível. A Escola Modelo também acessível tão assim a única escola aqui poderia melhorar seriam os CEIs, que são as creches, as outras escolas todas foram adaptadas.

Professora, muito obrigado pela sua compartilhar suas ideias, sua experiência. Nós chegamos ao final da entrevista eu vou interromper a gravação certo.

4) 08 de julho às 9:30h – Profa. Regina Maria Holanda

Profa.: ...e a experiência que eu tenho com relação à educação especial, eu sempre fui assim muito identificada né, eu fui muito identificada com educação especial principalmente porque eu fiz parte do Conselho de educação e na década de 90 nós estudamos nos envolvemos fizemos um trabalho em Fortaleza inclusive teve uma resolução que a gente teve a oportunidade de participar justamente com relação aos direitos da criança e do adolescente com necessidades especiais e foi um tema que eu me envolvi muito né, inclusive contribui também aqui em Quixadá porque que aqui tem um trabalho bem sólido que a Apapeq, a Associação uma escola né, que já tem um trabalho bem consolidado com relação a educação especial e principalmente a Educação Inclusiva. E é isso eu gosto de estudar né E esse assunto já me levou algumas reflexões com relação a declaração dos direitos humanos, a declaração mundial sobre educação para todos que aconteceu em 1990 na Tailândia, a Declaração de Salamanca de 1994 que eu acho que foi um Marco importantíssimo

na caminhada da Educação Inclusiva, processo educacional do qual todos os alunos incluído os com deficiência devem ser educados juntos. Eu acho que é um desafio mas que foi uma abertura muito grande né e não resta a menor dúvida que é inclusão desafio e deve pautar-se por princípios éticos formação profissional de qualidade isto não resta a menor dúvida formação profissional de qualidade para os educandos e gestores, querida, porque aí é onde está o professor que está na sala de aula se não tiver a empatia da gestão com relação ao tratamento dessa clientela não vai para frente né e finalmente a gente tem que ver os avanços que tem acontecendo, a nossa Constituição de 88 no seu artigo 205 é um direito à educação para todos, a LDB de 96 também ratifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e agora recentemente o Decreto 10.502 de 2020 trata da nova política nacional de educação especial. Então eu acho que o Brasil avançou muito nesses últimos tempos né que a gente sabe que é uma caminhada longa, é uma caminhada longa, nós já temos mais de 70 anos falando sobre a educação e talvez há 10, 20 anos é que se tornou mais efetivo né, esse direito, o direito à educação especial e principalmente a visual né, se tratando da visual que a gente tem que classificar a educação, a deficiência, a necessidade especial na de baixa e grave acuidade né.

Pergunta 1: Professora, na verdade eu já ia pedir autorização para gravar, mas não quis perder nada do que você estava falando eu já gravei logo. Professora, é por gentileza me fale sua escolaridade e sua área de atuação.

Profa.: É, eu, minha formação é em pedagogia né, habilitação em administração e gestão escolar. Fiz especialização em planejamento educacional e supervisão escolar. Atuei mais na área da gestão do que da própria docência, a docência ela permeou minha profissão, mas a minha gestão, a minha profissão ela foi mais pautada em cima da gestão e eu gerenciei aqui na região, na nossa região, quando eu comecei era a 17ª DERE hoje é 12ª CRED né, a Delegacia Regional de Educação hoje Coordenadoria Regional de educação e foi isso e também trabalhei, trabalhei como membro do Conselho de Educação do Estado do Ceará.

Pergunta 2: Professora quanto tempo já que a senhora tem nessa área da Educação?

Profa.: Há quanto tempo? Permeia toda a minha vida, permeia toda a minha vida, sabe, eu comecei, eu entrei na universidade 1976 e daí para cá não deixei mais de estudar entendeu, eu já estou afastada das atividades profissionais pelo mérito né, do tempo, que a vida profissional nos concede eu já me considero hoje uma pessoa afastada das atividades, mas gosto muito de estudar e esse é um tema que me fascina.

Pergunta 3: Ah, que maravilha! É meu estudo ele está sendo com 50 professores mais 10 gestores. Eu sei da importância né dos gestores e a gente tá, eu estou ouvindo também. Professora a senhora já teve alguma experiência com aluno deficiente visual na escola?

Profa.: Na prática não, é como eu lhe disse, eu fui mais gestora do que docente e a prática docente não tive assim. Na pesquisa, na época que agora não estou lembrado o número da resolução, mas foi a primeira resolução do Estado do Ceará sobre a educação especial nós tivemos essa oportunidade de conhecer todos os trabalhos realizados em Fortaleza nas escolas, no Instituto dos Cegos, na própria inclusão nas escolas regulares aonde havia inclusão do aluno de educação especial, mas a experiência tá certo, mas a docência direta não, a docência direta.

Pergunta 3: Isso, é exatamente isso que eu queria saber em relação à gestão e eu gostaria para finalizar nossa entrevista, que você desse sua percepção sobre as

escolas de Quixadá em relação à acessibilidade desses alunos com deficiência e o papel do professor né, nessa ensinagem.

Profa.: É, o que eu posso dizer é o seguinte com relação a literatura e a minha visão, também fui formadora de professores, esqueci de fazer esse aparte, fui formadores de professores municipais da qualificação né, então a gente trabalhou também na formação dos professores e incluindo a educação especial como necessidade curricular. Eu vejo o seguinte, que a escola precisa dar seus espaços o mais rápido possível porque a gente vê o seguinte, que as escolas, elas fazem algumas reformas mas elas não investem nos digamos, no ambiente com rampas de acesso que permite os alunos adentrar aos ambientes sem dificuldades, digamos os pisos por cores, sinalizações, então o deficiente visual ele precisa ter esse acesso também ao material didático adequado com versões com letras ampliadas e de alto contraste para os alunos com baixa visão e versão em áudio ou Braile para os cegos e isso vejo que as escolas têm muita dificuldade do material. Apesar de muito investimento que vem acontecendo, mas a necessidade maior neste olhar é computadores com programas de conversão de textos e de interface para o uso dos cegos. Eu vejo assim, que o cego ele precisa que os profissionais entendam de forma clara qual é a sua deficiência do aluno, o profissional ele precisa de uma formação mais alicerçada né, a importância da inclusão dos deficientes visual pela falta de oportunidade que muitas vezes a falta de experiência é deixa de democratizar o desenvolvimento da autoconfiança dessa clientela. Então as escolas que eu vejo relação, as escolas precisam ser preparadas para receber esse alunos, capacitando seus docentes e tendo condições de investir com mais fortaleza. Eu vejo que o método braile é bastante hoje já democratizado que contribui de forma positiva, os softwares de acessibilidade em um ambiente para os deficientes visuais estão penetrando, que isso é importante e que a importância do ambiente digital do que tange ao deficiente visual é inquestionável por que a pessoa com deficiência visual ele pode, através de uma educação adaptada, a realidade e o uso de tecnologias que diminui as barreiras que diminua as barreiras então eu vejo que há boa intenção, as políticas estão voltadas para isso, a inclusão se caracteriza como uma política de justiça social é para esses alunos. Eu vejo isso formação de professores e ambientes adequados escolares.

Perfeitamente, professora, muito obrigado por dividir suas experiências, suas informações né, eu vou, nós chegamos ao final da nossa entrevista eu vou interromper aqui.

5) 13 de julho às 15h10min – Profa. Liduína Nogueira

Cibele: Professora Liduína, boa tarde! Você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Estou.

Cibele: Você me autoriza a gravar essa entrevista?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Liduína Nogueira de Oliveira, tenho 66 anos e tenho especialização em avaliação educacional, gestão escolar, metodologia do ensino, foi a primeira especialização na UECE no FECLEC.

Pergunta 2: Qual sua área de atuação e quanto tempo está nessa área?

Profa.: Sou licenciada em História, e toda minha experiência eu ensinei História, em alguns casos de carência de professor eu ensinei Geografia, uma vez por conta de lotação, eu efetiva, onde eu deveria ser lotada, eu ensinei Matemática, porque na

escola para completar a carga horária, pagava um professor para tirar dúvidas e para dar aula, mas toda minha experiência é como professora de história. Trabalhei no CDVA, Coração Sagrado Coração de Jesus.

Pergunta 3: Escolas públicas também, professoras?

Profa.: No CDVA, era escola conveniada, a escola recebia um número x de alunos, a escola era particular, mas recebia alunos de escola pública, trabalhei também com escolas totalmente pública. Hoje eu trabalho como articuladora de gestão.

Pergunta 4: Você já teve experiência em ensinagem com criança e adolescentes com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, nunca peguei alunos cegos, desde 2007, quando eu saí de sala de aula, quando fui trabalhar como coordenadora pedagógica, fui coordenadora e diretora Adolfo Siqueira, e depois fui para escola José Jucá.

Pergunta 5: Qual sua percepção em relação à escola de Quixadá que você ensinou em relação a acessibilidade?

Profa.: Olhe, desde quando eu entrei na CRED, o MEC tem mandado recursos para escolas para trabalhar a acessibilidade, temos só em Quixadá 6 escolas e um CEJA, só no centro da CRED, todas as escolas tem banheiro adaptado e tem rampa, porque nós temos pessoas deficientes. Ao todo são 23 escolas, incluindo o CEJA. Todas as escolas padrão MEC, são adaptadas, os banheiros para acessibilidade. Essa política sempre foi trabalhada com muito zelo, com muito cuidado, teve uma época que eu trabalhava até o recurso que vinha.

Pergunta 6: E sua visão sobre a ensinagem desses alunos com deficiência?

Profa. Olhe, minha experiência é muita pouca, mas alunos cegos, foi muito pouco, temos de baixa visão, alguma escola; Alfredo Machado. A gente pegava todo material de livro didático, mandávamos para Fortaleza para o CREACE e eles adaptavam em Braille. No acompanhamento do professor, eles achavam confortáveis, agora não podemos negar que os professores quando trata em deficiência, eles têm dificuldade. Hoje não temos nenhum aluno cego. Têm surdos.

Pergunta: Na sua ideia o que você que poderia agregar ou se não precisa, em relação a ensinagem dos professores do Município de Quixadá aos alunos com deficiência?

Profa.: Pelo menos uma formação, porque a gente fala muito de inclusão mas fica muito na teoria, a realidade é diferente. Os professores têm dificuldades com todas as deficiências. Então seria muito bom, na minha opinião no caso de alunos cego, uma formação em braille. Nós não temos alunos cegos, mas um dia pode chegar. Precisa de ampliação, como trabalhar, com o lidar, será se eles vão ter a mesma rapidez igual aos outros, se fosse no meu caso eu queria como tratar, como trabalhar e como acolher um aluno cego.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

6) Dia 13 de julho às 16:20 - Davy

Cibele: Professor, boa tarde! Você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim,

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa. Pode

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Prof: Davi Lima de Albuquerque Oliveira, tenho 35 anos e sou pedagogo

Pergunta 2: Qual sua área de atuação e quanto tempo está nessa área?

Prof: Sou pedagogo, formada em pedagogia, desde 2011, quase 10 anos de atuação na área de educação. Então como sou pedagogo e tenho autorização para ensinar até o 5º ano do Ensino Fundamental 1, atualmente estou como gestor, em 2021 estou como Diretor Administrativo.

Pergunta 3: Você já teve experiência em ensinagem com alunos com deficiência visual na escola?

Prof: Não, nunca tive experiência direta de ensinar, apenas um contato, que tive no início na escola que eu trabalhava com um aluno com deficiência visual, ele era um menino muito inteligente que inclusive ganhou prêmios.

Pergunta 4: Qual sua percepção em relação à escola de Quixadá que você teve experiência, em relação a acessibilidade?

Prof: Quando fala em recursos específicos, a gente não tem esse recurso, o Ministério envia de acordo com a demanda dos alunos. Eu não sei se o núcleo, que eu estou, que é o do Centro, ele teve alunos com deficiência visual, porque geralmente, esses recursos são de acordo com a demanda.

Pergunta 5: Professor, em relação ao professor e aluno, qual sua percepção sobre essa ensinagem?

Prof.: Em relação ao professor, existe as capacitações para capacitação da secretaria de educação, dentro da escola existe uma professora que é da sala de recurso, ela é a pessoa que se chegar um aluno com deficiência visual, ela vai acompanhar este aluno e também orientar o professor conduzir a aula para que o aluno seja feliz naquele ambiente.

Obrigada por estes minutos para realizar esta pesquisa. Vou interromper a gravação

7) Dia 13 de julho às 18:30 – Profa. Manuela

Cibele: Professora, Boa noite! Você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim,

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa. Pode

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Manuela Pinheiro de Lima, tenho 40 anos e sou especialista

Pergunta 2: Qual sua área de atuação e quanto tempo está nessa área?

Profa.: Sou professora, formada em pedagogia, há 16 anos. Na área da Educação Infantil e anos iniciais. Atualmente na secretária de educação, como coordenadora infantil.

Pergunta 3: Você já teve experiência em ensinagem com alunos com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, a deficiência visual em si, não. Outras deficiências sim.

Pergunta 4: Qual sua percepção em relação à escola de Quixadá que você ensinou em relação a acessibilidade?

Profa.: Com deficiência visual o Município ainda precisa aprimorar muito, a acessibilidade ainda não chegou nas escolas. Com relação ao professor, nós realmente precisamos, eu como professora acho que preciso de capacitação eu teria que estudar mais para ensinar esse aluno com deficiência visual. Teria que aprender essa linguagem deles.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação

8) 02 de julho às 9h30min – Prof.: Ramon Lobo

Cibele: Professor, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Prof.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Prof.: Autorização concedida.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Prof.: Ramon Alves Lobo, tenho 29 anos, sou formado em Direito e tenho pós-graduação em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar e, em gestão escolar, em formação pedagógica. Já dei aula há 15 anos, minha dominância é jovem, como Projeto EJA.

Pergunta 2: Como o senhor expõe sua experiência conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Prof.: Não trabalhei com a deficiência visual. Já supervisionei, mas dar aula não.

Pergunta 3: Você acha que o professor e a escola estão preparados para receber esse aluno cego?

Prof.: Se formos ver neste contexto, no município de Quixadá, hoje ela é possível, mas ela deve ser escalonada, pois quando temos aluno cego, ele participa muitas vezes, do ambiente social, mas muitas vezes o prejuízo, ele fica muito atrasado no seu índice desenvolvimento. Pois os professores relatam, que tem 40 alunos em sala, então os professores têm 40 contexto social, 40 com seus contextos familiares. É muito global, quando vimos a inclusão, a gente visualiza uma barreira maior. A escola pública municipal não está preparada para essa inclusão. Em Quixadá tem o cuidador, mas ele fica no contexto de participação social, eu não sei se esse aluno tem as mesmas chances do aluno sem deficiência.

Muito obrigada por sua participação, vou interromper a gravação.

9) 05 de julho às 16h50min – Profa. Rosiane Marcelino

Cibele: Professora, bom dia! Obrigada por ter aceitado o convite, você está me ouvindo e vendo bem?

Profa.: Sim, Cibele.

Cibele: Você me autoriza a gravar?

Profa.: Sim.

Pergunta 1: Por gentileza, me fale seu nome completo, idade e escolaridade.

Profa.: Rosiane Marcelino Silva, tenho 47 anos e sou especialista em coordenação, avaliação, planejamento e gestão escolar, na realidade eu sou coordenadora. Hoje na Escola Terra dos Monólitos.

Pergunta 2: A senhora já teve alguma experiência de conviver com criança ou adolescente com deficiência visual na escola?

Profa.: Não, tive nenhuma experiência, já tive com aluno baixa visão, mas cego não.

Pergunta 3: Qual seu ponto de vista em relação à escola e ao professor, na ensinagem de alunos com cegueira total?

Profa.: Sempre é trabalhado na escola a questão da inclusão, os professores da sala, junto com a sala do AEE. Visto que se o professor não tiver nenhum conhecimento relacionado a isso, não vai ser trabalhado a inclusão, sempre vai ficar a desejar, porque o professor tem que saber a didática. A escola também precisa de materiais escolares que possam trabalhar com essa criança, uma coisa é falar com a criança normal e outra com criança com cegueira total, eu acho que a escola deve se adequar, a escola não está preparada, mas a escola deve se adequar. Digamos que hoje eu

venha ter um aluno com essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno.
Muito obrigada por ceder esse momento das suas férias, vou interromper a gravação.

APÊNDICE D

CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DE ESTUDO. QUIXADÁ-CE, BRASIL, 2021

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P1	35 anos	Ensinando	Ensino médio completo, pós-graduada.	Nunca teve experiência com aluno DV	No mínimo deveria ter materiais para acolher eles. Precisa da estrutura física.	Infelizmente a escola não está preparada, a estrutura física não, piso, material, livro braile.	Eu ficaria com a mão na cabeça de como eu iria trabalhar com esse aluno, não saberia ensinar braile.
P2		Dar aulas desde os 18 anos	Especialização, formada em letras e língua espanhola.	Com baixa visão sim, total não.	A faculdade não nos prepara para isso, é muita teoria e pouca prática.	Muitos professores não estão preparados para ensinar alunos com deficiência.	Sinceramente eu não estava e creio que não estou. Na minha faculdade de literatura não me preparo para isso.
P3	42 anos	22 anos ensinando	Ensino superior	Tive um aluno com baixa visão.	Tem uma equipe que é o formai, então tem uma pessoa formada na área.	A escola fica na dependência do formai, ela fica à mercê deles.	Eu particularmente não estaria preparada
P4	44 anos	15 anos ensinando	Ensino superior, mestre em letras	Nunca tive	Não está Preparada	Não está preparado, falta acessibilidade na sala, não tem material em braile e nem áudio, não tem acesso, banheiro e nada.	Não estaria preparado, não recebi informação que a graduação não prepara e não procurei.
P5	42 anos	8 anos	Mestrado em educação e pedagoga	Já tive um aluno.	Mas eu não tenho como atender essas crianças	Nós temos o aee, que tem professor capacitado	Eu teria que está me preparando
P6	Não informou	Ensinando	Formada em geografia, leciona história, concursada	Não tive essa experiência.	Não informou	Não está preparada	Sinceramente não, o preparo é o ensino normal, a academia prepara normal.

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P7	55 anos	Ensinando	Graduada, pedagoga, especialista.	Eu tinha duas alunas que estavam perdendo a visão	È uma grande falha Os professores não são capacitados (braille e mobilidade) para desenvolver esse material	No município as escolas não estão preparadas para receber alunos com deficiência visual, porque não tem um lugar para adaptar esse material dessa criança.	Eu já tive experiência.
P8	42 anos	2 anos e meio	Sou graduada em licenciatura plena em pedagogia, especializada em gestão escolar básica.	Não teve experiência	Não informa	Acredito que a escola não esteja preparada, principalmente em questão de acesso.	No primeiro momento não saberia lhe dá, com essa situação. Eu teria que procurar um curso rápido.
P9	42 anos	11 anos ensinando	Duas especializações, psicopedagogia e gestão pública.	Já tive, porém não total	A primeira coisa que a gente deve fazer é organizar o espaço, para ele não se bater, e depois as crianças para evitar o bullying, para receber e tratar essa criança bem.	Como, hoje a gente recebe mais crianças com deficiência, não seria tão difícil.	Eu mesmo como professora, não teria esse problema, mas já a escola não atenderia
P10	53 anos	23 anos ensinando	Formado em história	Não teve experiência	Eu percebo que a cegueira sempre ficou de lado, não vejo eles na sala de aula, deveriam estar, até porque eu acho que deveria ser mais fácil, porque eles escutam, porque trabalha a oralidade na sala de aula	Primeiramente não há uma política de preparação, pouquíssimos professores estão preparados, somente os da sala de aee, muitas vezes se matriculam na sala regular, mas não frequentam. Estamos em pleno século xxi e não tem esse acompanhamento, temos mídias e não há recurso.	Não informa

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P11	37 anos	Ensinando	Concursada	No fundamental, eu preparava alunos para o enem, tinha o darlan, ele é um aluno que não enxergava nada, e eu estava morta de medo de ensinar o darlan, porque uma coisa é trabalhar com aluno que é bom que enxerga, que você percebe que não entende e tudo.	Assim, a gente professor tem muito medo, porque não temos formação,	Eu acho que as escolas deveriam ter um laboratório de matemática, com maquetes para alunos com deficiência visual.	Eu me arrependi de ter fugido dele. Eu poderia ter outras possibilidades, eu não tinha nenhuma formação, na faculdade nunca nem foi abordada ensinar cegos.
P12	Não informa	Anos de trabalho	Superior completo	Nunca, só síndrome de down e surdo.	É para ser uma educação mais acolhedora, que eles se sintam bem, sintam normais, porque eles não são normais.	Não informa	Não informa
P13	53 anos	Ensinando	Nível superior, mestrado em educação.	Não teve essa experiência	Então como deve ser, mas para cada aluno deve ser especial o olhar especializado, imagino a pessoa sem a visão, então a escola deve estar mais atenta a essas pessoas, porque elas como todas as pessoas têm o direito a aprender.	Então nós temos uma grande responsabilidade, que é ter todas essas condições, quer seja a educação da acessibilidade e o olhar subjetivos para esses alunos, são muitas mãos envolvidas desde governo, família e escola, para que esse aluno tenha o que é dele garantido, que a gente sabe que na prática, temos uma grande falha e uma dívida desse grupo.	Sinceramente eu acredito que ainda não estou preparada, mas estou disposta, eu sei que faz parte, que todo ser humano têm o direito, é do meu ponto de vista e é do direito dele também, então na escola no lugar de professor, jamais posso deixar de acreditar no ser humano, senão eu estaria no lugar errado, na profissão errada

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P14	43 anos	25 anos de experiência	Pós graduada, Formação em pedagogia e 2 anos na área especial	Não, meu serviço atende as deficiências, mas não tive essa oportunidade.	Na verdade, a gente precisa ter uma formação, um conhecimento, para que a gente possa fazer com que esse aluno tenha a oportunidade de aprender por meio do braille. O ensino precisa atender, para que ele tenha esse acesso para estar incluído na escola.	Existe a expectativa e a realidade, atividades e currículo amparado na lei, mas nem sempre isso acontece, o professor não está preparado. Até porque o estudo é diferenciado, aprende mais pelo auditivo, tem que ter toda uma atividade voltada para ele.	Não informa
P15	42 anos	26 anos de experiência	Formada em licenciatura em matemática	Há eu tive sim, um aluno cego, tive um ano ensinando esse aluno. Agora eu lembrando que eu tive esse momento, a turma me ajudava muito e ele era muito independente, nos eventos da escola ele tocava violão, teclado e cantava também. Não lembro muito o nome dele.	Eu acho que há mais integração do que o aluno inclusão	Em relação a acessibilidade da escola eu lembro, ela não tinha escada, era só rampas.	Não informa
P16	47 anos	Ensinando	Especialista em coordenação, avaliação, planejamento e gestão escolar, na realidade eu sou coordenadora.	Não, tive nenhuma experiência, já tive aluno com baixa visão, mas cego não.	Sempre é trabalhado na escola a questão da inclusão, os professores da sala, junto com a sala do aee. Visto que se o professor não tiver nenhum conhecimento relacionado a isso, não vai ser trabalhado a inclusão, sempre vai ficar a desejar, porque o professor tem que saber a didática.	A escola também precisa de materiais escolares que possam trabalhar com essa criança, uma coisa é falar com a criança normal e outra com criança com cegueira total, eu acho que a escola deve se adequar, a escola não está preparada, mas a escola deve se adequar.	Digamos que hoje eu venha ter um aluno com essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno.

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P17	27 anos	Ensinando	Formada em licenciatura em pedagogia	Não, até agora não.	Em relação ao professor temos um longo caminho a percorrer, em relação a capacitação profissional aos professores que trabalhem diretamente com deficientes visuais.	Em estrutura física deve ter rampas, o ambiente deve ser acolhedor.	Não informa
P18	56 anos	15 anos de experiência	Formado em licenciatura em ciência com especialidade em química e biologia.	Sim, na verdade a experiência, mas não chega a ser 100%, ele tinha, mas ele via através do outro sentido, ele interagia com outras pessoas, e tinha uma cuidadora, ele ia muito pelos extintos deles, desenvolve outra especialidades que superam a deficiência. A gente senti isso do deficiente, ele busca superar a dificuldade dele. Eu ficava sem entender, de onde ele tirava essa força, algum órgão ativa outro sentido, ele era capaz de sentir e ver as pessoas que ele não consegue ver.	Em relação aos professores, quase não tem programas para atender aos alunos com deficiência visuais.	Ainda são muito insuficientes, apesar de ter o aee,	Não informa

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P19	50 anos	Ensinando	Tenho habilitação em língua portuguesa e especialização na área.	Ainda não, já tive alunos com baixa visão.	Se vier eu sei que será uma dificuldade para todos os professores, há qualquer momento vai chegar, nós sabemos disso, eu não me sinto preparada para dar aula aluno cego, não posso mentir, eu não estou preparada, quando eu tive um aluno surdo, eu levava uma apostila para entender a linguagem e deu certo, mas cego eu não sei.	Nas escolas de quixadá, nós temos essa dificuldade, de acessibilidade. Embora, nós percebemos que quando a escola passa por uma reforma, ela se preocupa, em fazer uma rampa, alargar uma porta, mas a sinalização para os cegos, nós sabemos que não tem, pelo menos as que eu passei.	Quanto ao professor, eu não me sinto preparada para receber um aluno cego, porque eu não entendo o braille, eu tenho curso na área de educação especial.
P20	Não informa	2 anos de experiência	Especialização	Não teve experiência	Se eu me deparasse com alunos com deficiência visual, talvez eu não saiba conduzir a nível de ensino de aprendizado, porque eu nunca recebi capacitação desse ensino. A gente corre atrás e vamos dar um jeito de aprender para ensinar.	Por onde eu passei, em termos de escolas física, na escola José Bonifácio nós temos acessibilidades de rampa, na que eu estou hoje, nós temos acessibilidade por rampa. Há pouco tempo a escola foi contemplada pelo recurso fnde para a compra de equipamentos para deficientes visuais, estamos na etapa de execução na compra desses equipamento.	Não informa
P21	35 anos	10 anos de experiência	Não informa	A primeira dificuldade que eu vejo do livro em braille, se hoje tem eu não sei. Até que você consiga o livro em braille, o ano já passou, tem que se feito um pedido com antecedência, essa é a primeira barreira, e será se o aluno sabe o braille? Será se os professores sabem braille? na cadeira na faculdade teve um dia de braille, não deu para aprender.	Eu não tenho muito a falar sobre o que eu não vi na escola.		Bem antes eu trabalhava no ong e eu via um trabalho muito positivo, com o serviço do aee, mas nas escolas eu não tive experiência de alunos cegos.

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P22	54 anos	Não informa	Especialização, graduada em letras e também em pedagogia e especialização na área da educação	Não, nas escolas onde trabalhei, em nenhuma eu tive experiência com alunos com deficiências visuais.	Primeira coisa que atualmente as coisas têm melhorado um pouco, mas em termo de acessibilidade com relação a questão física ao prédio escolar, se aquele aluno já vem com aquele conhecimento escolar, já vem sabendo usar sua bengala, se já vem educado nesse processo de autonomia, vai ter menos problemas pra eles,	<p>Mas as escolas ainda tem muitos obstáculos, muitos degraus, muitas colunas, os banheiros nem sempre tem acessibilidade muito boa, já melhorou, inclusive existem projetos de escolas acessíveis onde vem uma verba, e as escolas já tem toda essa preocupação de construir rampas, alargar portas de banheiros, e isso já facilita, mas no todo ainda é bem complicado de modo geral.</p> <p>Principalmente se esse aluno não tiver tido nas series iniciais, com apoio de outra entidade, pra que ele tenha esse conhecimento, do usar e se locomover, e também da acessibilidade pedagógica, de fazer a leitura em braile, embora já tenhamos órgãos aqui em quixadá para pessoas especiais, que já fazem esses trabalhos.</p>	Não informa

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P23	Não informa	Ensinando	Cursada em pedagogia	Não, nunca tive essa oportunidade de trabalhar com aluno de deficiência visual, tivemos um aluno que ele tinha baixa visão	Ainda deixa, infelizmente, muito a desejar, a questão da estrutura física mesmo, temos rampa para receber alunos com deficiências, entradas largas.	Porém, outras escolas precisam muito melhorar, a questão do espaço físico. Precisaria mudar a estrutura, melhorar mesmo a sala de aula, adaptando, para manipular na questão do espaço, objetos, comandos dentro da sala de aula, e a outra forma seria profissional bem capacitado na questão dos livros braile. Na escola que eu trabalho, nos temos esse material em braile, temos alguns livros, mas ainda deixa muito a desejar, pois precisamos de profissionais capacitados para nos auxiliar.	Não informa
P24	42 anos	20 anos de experiência	Ensino superior	Não, eu embora seja professora esse tempo todo, o ensino mesmo voltado eu nunca trabalhei, na profissional onde eu trabalho, a escola nunca recebeu, pois não temos como atender, por ser uma escola de tempo integral, e isso me incomoda por não atendermos essas necessidades	Quando você se coloca no lugar de acolher o aluno, eu iria lutar junto com ele por essa política de acessibilidade, muitas vezes o professor não tem uma formação ele não sabe o braile, ele tem dificuldade, uma época eu aprendi o alfabeto, por conta própria, a gente que é professor precisa procurar, mas quando chega o cego, o braile não tem nas escolas, e tudo acontece por oralidade	A questão que eu percebo nas escolas, as bibliotecas quase não tem acervo para as pessoas cegas, não tem acessibilidade, essa relação de professor aluno, vai depender muito de outros ambientes preparados. O meu ensino seria buscar conhecimento para atender diante das suas necessidades.	

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P25	41 anos	Ensinando	Especialista em gestão coordenação e avaliação escolar	Não, mas eu já escutei colegas meus falarem de crianças que tinham deficiências, eu já lidei com algumas deficiências, mas os visuais não	Na escola que eu trabalho, eu observo que esta adequada, eu acredito que sim, pelo que eu entendo, mas quem entende mais do que eu possa ser que perceba que falta alguma coisa, você fala de espaço físico	A escola não está adequada, fazendo uma comparação com outros ambientes, falta ainda muito investimento, ao ensino, quando chegam crianças com deficiências, nós ainda não estamos preparados para receber, mas pedimos ajuda para que a criança receba ajuda	
P26	54 anos	30 anos de experiência	Formada em língua portuguesa, com pós em psicopedagogia clínica e institucional.	Como professora, eu ainda não tive essa oportunidade, eu executando de fato essa ação.	A meu ver o pensamento ainda anda muito distante da realidade tendo em vista as necessidades, principalmente a inclusão. Eu sinto essa necessidade de ver essa mudança, pra gente fazer de fato o nosso papel de ir além. A escola precisa estar preparada também para colher os cadeirantes, nós professores também precisamos estar preparados para receber essas crianças	A escola no qual eu trabalho hoje, ela foi feita uma ampliação, adaptação, alargamento de porta para facilitar e tivemos também o recebimento de uma aluna de baixa visão também	

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P27	47 anos	20 anos de experiência	Pós- graduação especialista	Tive sim, criança, adolescente e adulto também, sou professora também do fundamental e eu já tive mais de um aluno com deficiência visual. eles marcam detalhes, são observadores, a audição de um deficiente visual é bem desenvolvida. Com relação a didática em si, eu observada que eles compreendiam bem, com o material didático eles recebiam em braille, enviado pela seduc, via dedicação.	Eu costumava baixar vídeos e atividades e colocava em um pendrive, uma das minhas preocupações foi quando eu fui fazer uma aula pratica no laboratório de química... E agora? Era pra mostrar algumas substâncias, eu iria mostrar o funcionamento de algumas substâncias, e minha preocupação era pra saber como ele ira ver essas reações.	A escola começou se preparar pra questão da acessibilidade de rampa...e a escola começou a se readaptar, não somente para receber alunos com deficiência visual, mas também outras deficiências, para que eles tivessem autonomia, eles se adaptam muito rápido, o reconhecimento até mesmo pelo cheiro do nosso perfume, eles desenvolvem uma percepção bem melhor, eles conseguem reconhecer a gente.	
P28	55 anos	23 anos de experiência	Graduada em língua portuguesa e inglês, com pós-graduação em educação especial e atendimento educacional especializado pela ufc	Sim, eu trabalhava. Mas, no ensino regular não. Eu tive, na época era terceira serie que hoje seria o quarto ano. Eu tive uma aluna com baixa visão, que na época, ela nem tinha sido diagnosticada ainda, ela vivia na luta pra diagnosticar realmente o que era o problema dela, inclusive ela enfrentou muitas dificuldades e hoje ela é advogada, um exemplo de superação, uma menina muito inteligente, dá palestras em vários lugares, passou na oab e o nome dela é ate maria tania.	O professor muitas vezes, quando não esta preparado porque na verdade a gente só se prepara quando encontra o problema e ai poucas vezes eles demonstram interesses, eles acham que a pessoa não aprende nada.	Aqui em quixadá existe uma escola raimundo marques, ali no bairro são joão, tem rampa de acessibilidade, tem banheiros com portas alargadas, mas ainda sim deixa a desejar não tem maquinas para imprimir as atividades diante da necessidade do aluno com a deficiência	

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P33	30 anos	Ensinando	Ensino superior completo na área de pedagogia e especialização em psicopedagogia	Não tive nenhum aluno com deficiência visual, mas tive outras deficiências e transtornos.	Cada professor se debruçava naquela deficiência, hoje o professor deve atender a todos, todas as deficiências, devem dominar todas, então com essas mudanças o professor fica perdido, o professor não é uma máquina, então não há essa parceria do professor do aee com o professor em sala. É preciso o professor ter formação, infelizmente o déficit nesse aspecto na educação. A escola ser inclusiva, ser de todos. Que infelizmente não percebo isso no meu município. Essa troca de professor do aee e professor do regular, o professor do aee com o professor de sala, não há essa parceria em relação à inclusão.	Na minha experiência na área da educação, que eu pude navegar, o que eu pude observar em relação a inclusão e educação especial, percebo que em relação a lei, as escolas de quixadá estão amparadas, porém quando nos vamos para a prática, a coisa é diferente. Como por exemplo, infelizmente, nós deparamos com as dificuldades arquitetônicas, as estruturas físicas das escolas elas precisam adaptar, e esse é um processo que deveria está ocorrendo há muito tempo, e também os déficits nas salas de aee, os profissionais ainda sentem dificuldades em atender a demanda.	
P34	53 anos	Ensinando	Pós graduação	Não, nunca tive.	As professoras que eu conheço, são bastante instruídas, são preparadas e sabem o braille. Mas eu acho que deveríamos ter curso para todas as deficiências.	Eu acho que poucas escolas que eu conheço não tem acessibilidade para alunos cegos, a escola não está acessível para receber esses alunos.	

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P35	42 anos	10 anos de experiência	Pós graduação	Eu nunca fui professora de aluno com deficiência visual, eu já tive contato porque quando eu iniciei na educação especial, era em uma escola especial, e lá ainda funcionava como uma escola especializada, cada turma tinha sua professora, eu tive apenas contato rápido com eles. Mas, contato como professora, eu nunca tive	Temos educação de jovens e adultos a noite, mas é uma demanda que realmente demanda muitos recursos, para os professores trabalharem com essa deficiência, como eles não enxergam eles precisam aprender o braille, pois é o meio que eles utilizam para ler e escrever	Quixadá eu não conheço. Não sei nem se tem aquela máquina de escrever, vem poucos recursos e quando o professor se depara com o aluno totalmente cegos. Eles precisam de materiais ampliados, mas os cegos aí se tornam mais difícil. O professor tem que se virar mesmo, tem que estudar, tem que procurar a sua coordenação e a secretária ajudar o professor nesse momento.	
P36	38 anos	13 anos de experiência	Sou graduada em letras e pedagogia e sou especialização em psicopedagogia	Eu nunca fui professora de aluno com deficiência visual, eu já tive com autista, síndrome de daw e surdo.	Eu acho que a gente precisa avançar, quanto professor precisamos de formação, nos professores temos a base inicial, mas cada professor busca a continuidade, por exemplo em uma sala temos dois ou três crianças com necessidades especiais e aí enquanto professor, é sua responsabilidade, buscar atividade diversificada, elaborar material, confeccionar material, para que aquela crianças não fique simplesmente inserida em uma sala de aula	Enquanto escola precisamos de uma adaptação	

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P37	38 anos	25 anos de experiência	Graduada em pedagogia e tenho especialização	Na minha sala de aula, mas quando eu trabalhei no mei, na sala de informática tinha um rapaz que vinha me pedir ajuda para o computador dele. Ele se saia muito bem, eu nunca o vi dizia que não podia fazer por conta da deficiência dele.	Assim, logo no começo havia as escolas para inclusão, a gente tinha uma enorme dificuldade, foi uma surpresa, jogava os alunos na sala de aula, e nós falávamos que não estávamos preparadas. Começaram as formações para aos alunos com deficiências, e a gente foi pegando, mas até hoje ainda temos dificuldades, a gente caia no livro para poder ver o que a gente podia fazer para aquela criança. Ainda é muito solto.		
P38	66 anos	30 anos de experiência	Nível superior, pós graduação em língua portuguesa	Tive rapidamente, tem uns que dar para ir levando, mas outras eu tive muita dificuldade. Quem fazia era uma outra professora.	Nós não temos acessibilidades nas escolas, deveria ter um profissional que acompanhasse realmente esses alunos, nos temos as salas de aee, mas eles precisam de acompanhavam, tenho fotos de muitos alunos com deficiência, eu tenho bom relacionamento com ele, é muito gratificante, mas não dou para trabalhar com eles em sala, deveria ter um profissional habilitado para essas deficiências.		

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
P39	Não informa	Anos de experiência	Graduada em história	Tive, mas foi pouco tempo, porque a gente ficou sem saber o que fazer, foi bem assustador.	O corpo docente tem muito o que se preparar, porque eu e os meus colegas. Houve um desconforto, não por não querer receber, mas por não saber trabalhar com essa criança com deficiência, nós saboreamos a fragilidade da escola, a fragilidade do conhecimento, de estarmos despreparados para inclusão, que tem muito a desejar.		
P40	45 anos	25 anos de experiência	Graduada letras com habilitação em língua portuguesa	Não, já tive experiência com alunos com deficiência auditiva.	Pela experiência que já tive em algumas escolas, ainda faltam algumas coisas, nós temos rampas de acessibilidade, mas ainda faltam sinalização, ainda faltam material de didáticos apropriados, como raquete, lupa que é uma das coisas mais simples e nem todas escolas tem, aqueles tapetes, piso tátil, nenhuma das escolas que eu já lecionei, que é o piso de direcionamento e nenhum de alerta para algum obstáculo.	Eu acredito que o professor não estão preparados, não tenha essa formação, acredito que os professores de aee, eles tenham mas os professores de sala de aula não. Eu acredito que hoje se recebessem um aluno com deficiência visual, os professores não estariam preparados, eles iam fazer todo esforço mas eles não teriam esse preparo.	

APÊNDICE E

EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS

PARTICIPANTE	RECORTE
P1 (1)	Eu ficaria com a mão na cabeça de como eu iria trabalhar com esse aluno [...]
P1 (2)	Eu não saberia ensinar Braille [...]
P1 (3)	No mínimo deveria ter materiais para acolher eles.
P1 (4)	[...] precisa da estrutura física.
P2 (1)	Sinceramente eu não estava (preparado) e creio que não estou.
P2 (2)	Na minha faculdade de literatura não me preparei para isso.
P3 (1)	Eu particularmente não estaria preparada.
P4 (1)	Não estaria preparado, não recebi informação.
P4 (2)	[...] que a graduação não prepara e não procurei fazer um curso de capacitação.
P5	[...] teria que ir me preparando para um dia saber ensinar um aluno com deficiência visual
P6	[...] só tive preparo normal, não tive aulas de como ensinar alunos com deficiências
P7 (1)	[...] as escolas não estão preparadas para receber alunos com deficiência[...]
P7 (2)	[...]as escolas não estão preparadas para receber alunos com deficiência visual, porque não tem um lugar para adaptar esse material dessa criança.
P8 (1)	[...]Acredito que a escola não esteja preparada, principalmente em questão de acesso.
P8 (1)	[...]não saberia lhe dá, com essa situação[...]
P8 (2)	[...]Eu teria que procurar um curso rápido
P9 (1)	[...]como professora, não teria esse problema[...]
P9 (2)	[...]mas já a escola não atenderia[...]
P10 (1)	[...]percebo que a cegueira sempre ficou de lado[...]
P10 (2)	[...]não vejo eles na sala de aula, deveriam estar[...]
P10(3)	[...]acho que deveria ser mais fácil, porque eles escutam[...]
P10 (4)	[...]pouquíssimos professores estão preparados, somente os da sala de AEE[...]
P10(5)	[...]Estamos em pleno século XXI e não tem esse acompanhamento, temos mídias e não há recurso[...]
P11 (1)	[...]temos muito medo, porque não temos formação[...]
P11(2)	[...] Eu me arrependi de ter fugido desse aluno com deficiência visual [...]
P11(3)	[...] Fiquei apreensiva, evitei ele dois anos, tive que encarar. Comecei a falar de distância de dois pontos, eu gosto de

	geometria analítica, então eu fui fazer o desenho na lousa, aconteceu o que eu tinha medo, ele queria entender o desenho. Peguei os braços dele e os meus, ele entendeu o triângulo e retângulo, expliquei a teoria de Pitágoras. A única forma naquele momento foi materializar a forma[...]
P12	[...]É para ser uma educação mais acolhedora[...]
P13 (1)	[...]os alunos com deficiência visuais, como todas as pessoas têm o Direito a aprender[...]
P13 (2)	[...]que esse aluno com deficiência visual, tenha o que é dele garantido[...]
P13 (3)	[...]que ainda não estou preparada, mas estou disposta [...]
P14 (1)	[...]a gente precisa ter uma formação, um conhecimento, para que a gente possa fazer com que esse aluno tenha a oportunidade de aprender [...]
P14 (2)	[...]o professor não está preparado. Até porque o estudo é diferenciado[...]
P15	[...]Eu acho que há mais integração do que o aluno inclusão[...]
P16 (1)	[...]se o professor não tiver nenhum conhecimento relacionado a isso, não vai ser trabalhado a inclusão, sempre vai ficar a desejar[...]
P16 (2)	[...]eu acho que a escola deve se adequar, a escola não está preparada, mas a escola deve se adequar[...]
P17	[...]temos um longo caminho a percorrer, em relação a capacitação profissional aos professores que trabalhem diretamente com deficientes visuais[...]
P18	[...]ainda são muito insuficientes o ensino aos alunos com deficiências, apesar de ter o AEE[...]
P19	[...]eu não me sinto preparada para dar aula aluno cego, não posso mentir[...]
P20	[...]talvez eu não saiba conduzir a nível de ensino de aprendizado, porque eu nunca recebi capacitação desse ensino [...]
P24	[...]eu iria lutar junto com o aluno com deficiência por essa política de acessibilidade[...]
P26	[...]sinto essa necessidade de ver essa mudança, para a gente fazer de fato o nosso papel de ir além[...]
P27 (1)	[...]minhas preocupações foi quando eu fui fazer uma aula prática no laboratório de química... e agora? Como vou ensinar um aluno que não enxerga [...]
P27 (2)	[...]minha preocupação era para saber como ele irá ver essas reações[...]
P28	[...]porque na verdade a gente só se prepara quando encontra o problema[...]
P33 (1)	[...]o professor fica perdido, o professor não é uma máquina[...]
P33 (2)	[...] então não há essa parceria do professor do AEE com o professor em sala[...]

P33 (4)	[...] É preciso que o professor tenha formação, infelizmente há déficit nesse aspecto na educação[...]
P33 (5)	[...] A escola ser inclusiva, ser de todos. que infelizmente não percebo isso no meu município[...]
P34 (1)	[...]acho que deveríamos ter curso para todas as deficiências[...]
P34 (2)	[...] Eu acho que poucas escolas que eu conheço não tem acessibilidade para alunos cegos[...]
P36	[...] acho que a gente precisa avançar, quanto professor precisamos de formação[...]
P39 (1)	[...] Houve um desconforto, não por não querer receber o aluno com deficiência visual, mas por não saber trabalhar com essa criança com deficiência[...]
P39 (2)	[...]nós saboreamos a fragilidade da escola, a fragilidade do conhecimento, de estarmos despreparados para inclusão, que tem muito a desejar[...]
P40 (1)	[...]ainda faltam sinalização, ainda faltam material de didáticos apropriados, como raclete, como função, lupa que é uma das coisas mais simples[...]
P40 (2)	[...]nem todas as escolas têm, aqueles tapetes, piso tátil, nenhuma das escolas que eu já lecionei, que é o piso de direcionamento e nenhum de alerta para algum obstáculo[...]

APÊNDICE F

EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS

RECORTE EXPRESSIVO	CATEGORIA -SIGNIFICADO
P1.	Falta acessibilidade.
P2.1	Falta de material didático.
P3.1	Necessidade de capacitação.
P3.3	Falta de material didático.
P4	Falta de material didático.
P5	Falta acessibilidade.
P6	Necessidade de capacitação.
P7	Necessidade de recurso financeiro.
P8.1.2	Necessidade de capacitação.
P8.3	Falta acessibilidade.
P9.1.2.3	Sentimento de exclusão em relação ao aluno.
P10	Falta de uma didática adequada.
P11.1.2.3	Sentimento de progresso na Educação Inclusiva.
P11.4.	Falta de acessibilidade.
P11.5.6.9	Falta de material didático.
P11.7.8	Necessidade de capacitação.

APÊNDICE G

CARACTERIZAÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PARTICIPANTES DE ESTUDO. QUIXADÁ-CE, BRASIL, 2021

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
G1	41 anos	21 anos	Mestrado em Ciências da Educação.	Não	Não possui.	Não estão completamente acessíveis, mas já possuem algumas mudanças em prol da completa acessibilidade.	-
G2	48 anos	31 anos	Mestranda do PROFELE-TRAS	Somente com aluno de baixa visão.	Os professores precisam que, quem seja o responsável pelas escolas, incentivem capacitação para atender os alunos com as mais diversas deficiências	As escolas precisam de todo um aparato para que possam atender de forma adequada cada necessidade especial dos alunos, pois o ensino deles precisam ser melhor direcionado para que eles possam ir se desenvolvendo.	-
G3	46 anos	-	Pós-graduada em educação especial e em língua portuguesa.	Sim, como gestora de alunos com baixa visão e como professora deu aulas para cegos. É leadora de cegos no ENEM.	Que tudo tem que ser adaptado para os alunos cegos, a maioria dos professores não estão qualificados, até porque o sistema não disponibiliza essa qualificação. As salas de recursos são um bom apoio para esses alunos com baixa visão e os cegos.	Existe uma tendência para a adaptação das escolas às necessidades especiais dos alunos. Já possuem escolas bastante adaptadas e outras ainda nesse processo. Mas que os CEI's ainda precisam melhorar nesse quesito.	-

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
G4	42 anos	10 anos	Graduada em história, especialização em psicopedagogia clínica e institucional, e no momento atuo como psicopedagoga.	Eu nunca fui professora de aluno com deficiência visual, eu já tive contato porque quando eu iniciei na educação especial, era em uma escola especial, e lá ainda funcionava como uma escola especializada, cada turma tinha sua professora, eu tive apenas contato rápido com eles. Mas, contato como professora, eu nunca tive.	Atualmente onde eu estou não é exatamente uma escola, é um centro de inclusão a gente monitora a inclusão no município, e tem um atendimento personalizado aos surdos e deficientes visuais. Eles não estão na escola regular, alguns só frequentaram até ano passado, não sei ainda como será esse ano. Temos educação de jovens e adultos a noite, mas é uma demanda que realmente demanda muitos recursos, para os professores trabalharem com essa deficiência, como eles não enxergam eles precisam aprender o braille, pois é o meio que eles utilizam para ler e escrever, inicialmente eles precisam ter acesso.	A gente sabe que esses recursos nem existem nas escolas, aqui mesmo em Quixadá eu não conheço. Não sei nem se tem aquela máquina de escrever, vem poucos recursos e quando o professor se depara com o aluno totalmente cegos. Eles precisam de materiais ampliados, mas os cegos aí se tornam mais difíceis. O professor tem que se virar mesmo, tem que estudar, tem que procurar a sua coordenação e a secretária ajudar o professor nesse momento.	
G5	-	45 anos	Pedagogia com habilitação em administração e gestão escolar.	Não	Fiz parte da formação dos professores e incluímos a educação especial como necessidade curricular.	A escola precisa que seus espaços sejam adaptados, até que façam reformas nesse sentido, mas não investem como deveriam.	Fascinado(a) pelo assunto.

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
G6	66 anos		Especialização em avaliação Educacional, gestão escolar, metodologia do ensino.	Não, nunca peguei alunos cegos.	Olhe, minha experiência é muito pouca, mas alunos cegos, foi muito pouco, temos de baixa visão, alguma escola; Alfredo Machado. A gente pegava todo material de livro didático, mandamos para Fortaleza para o CREACE e eles adaptaram em Braille. No acompanhamento do professor, eles achavam confortáveis, agora não podemos negar que os professores quando se trata em deficiência, eles têm dificuldade.	Olhe, desde quando eu entrei na CRED, o MEC tem mandado recursos para escolas para trabalhar a acessibilidade, temos só em Quixadá 6 escolas e um CEJA, só no centro da CRED, todas as escolas tem banheiro adaptado e tem rampa, porque nós temos pessoas deficientes. Ao todo são 23 escolas, incluindo o CEJA. Todas as escolas padrão MEC, são adaptadas, os banheiros para acessibilidade. Essa política sempre foi trabalhada com muito zelo, como muito cuidado, teve uma época que eu trabalhava até o recurso que vinha.	
G7	35 anos	10 anos de atuação	Não, nunca tive experiência direta de ensinar, apenas um contato, que tive no início na escola que eu trabalhava com um aluno com deficiência visual, ele era um menino muito inteligente que inclusive ganhou prêmios.	Em relação ao professor, existe as capacitações para capacitação da secretaria de educação, dentro da escola existe uma professora que é da sala de recurso, ela é a pessoa que se chegar um aluno com deficiência visual, ela vai acompanhar este aluno e também orientar o professor a conduzir a aula para que o aluno seja feliz naquele ambiente.	Quando fala em recursos específicos, a gente não tem esse recurso, o Ministério envia de acordo com a demanda dos alunos. Eu não sei se o núcleo, que eu estou, que é o do Centro, ele teve alunos com deficiência visual, porque geralmente, esses recursos são de acordo com a demanda.		

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
G8	40 anos	16 anos	Formada em pedagogia, especialista.	Não, a deficiência visual em si, não. Outras deficiências sim.	Com relação ao professor, nós realmente precisamos, eu Como professora acho que preciso de capacitação eu teria que estudar mais para ensinar Esse aluno com deficiência visual. Teria que aprender essa linguagem deles.	Com deficiência visual o município ainda precisa aprimorar muito, a acessibilidade Ainda não chegou nas escolas.	
G9	29 anos	15 anos	Formado em Direito e tenho pós-graduação em Psicopedagogia clínica, institucional e hospitalar, e em Gestão Escolar em formação Pedagógica.	Não trabalhei com a deficiência visual. Já supervisionei, mas dar aula não.	Se formos ver neste contexto, no município de Quixadá, hoje ela é possível, mas ela deve ser escalonada, pois quando temos aluno cego, ele participa muitas vezes, do ambiente social, mas muitas vezes o prejuízo, ele fica muito atrasado no seu índice desenvolvimento. Pois os professores relatam, que tem 40 alunos em sala, então os professores têm 40 contexto social, 40 com seus contextos familiares. É muito global. Quando vimos a inclusão, a gente visualiza uma barreira maior.	A escola pública municipal não está preparada para essa inclusão. Em Quixadá tem o cuidador, mas ele fica no contexto de participação social, eu não sei se esse aluno tem as mesmas chances do aluno sem deficiência.	
G10	47 anos	-	Especialista em coordenação, avaliação, planejamento e gestão escolar, na realidade eu sou coordenadora.	Não, tive nenhuma experiência, já tive aluno com baixa visão, mas cego não.	Sempre é trabalhado na escola a questão da inclusão, os professores da sala, junto com a sala do AEE. Visto que se o professor não tiver nenhum conhecimento relacionado a isso, não vai ser trabalhado a inclusão, sempre vai ficar a desejar, porque o professor tem que saber a didática.	A escola também precisa de materiais escolares que possam trabalhar com essa criança, uma coisa é falar com a criança normal e outra com criança com cegueira total, eu acho que a escola deve se adequar, a escola não está preparada, mas a escola deve se adequar. Digamos que hoje eu venha ter um aluno com Essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno.	

Professores	Idade	Tempo de experiência	Escolaridade	Experiência em lecionar alunos com DV	Percepção ensinagem	Percepção sobre as escolas	Sentimentos
G11	+ 60 anos	+ 30anos	Especializada em Planejamento Educaconal	SIM	Eu acho que é um desafio, mas que foi uma abertura muito grande né, e não resta a menor dúvida que é inclusão desafio e deve pautar-se por princípios éticos formação profissional de qualidade, isto não resta a menor dúvida, formação profissional de qualidade para os educandos e gestores, querida, porque aí é onde está o professor que está na sala de aula se não tiver a empatia da gestão com relação ao tratamento dessa clientela não vai para frente né, e finalmente a gente tem que ver os avanços que tem acontecendo, a nossa Constituição de 88 no seu artigo 205 é um direito à educação para todos, a LDB de 96 também ratifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e agora recentemente o Decreto 10.502 de 2020 trata da nova política nacional de educação especial. Então, eu acho que o Brasil avançou muito nesses últimos tempos né, que a gente sabe que é uma caminhada longa, é uma caminhada longa, nós já temos mais de 70 anos falando sobre a educação e talvez há 10, 20 anos é que se tornou mais efetivo né, esse direito, o direito à educação especial e principalmente a visual né, se tratando da visual que a gente tem que classificar a educação, a deficiência, a necessidade especial na de baixa e grave acuidade né.	Eu vejo o seguinte, que a escola precisa dar seus espaços o mais rápido possível porque a gente vê o seguinte, que as escolas, elas fazem algumas reformas mas elas não investem nos digamos, no ambiente com rampas de acesso que permite os alunos adentrar aos ambientes sem dificuldades, digamos os pisos por cores, sinalizações, então o deficiente visual ele precisa ter esse acesso também ao material didático adequado com versões com letras ampliadas e de alto contraste para os alunos com baixa visão e versão em áudio ou Braille para os cegos e isso vejo que as escolas têm muita dificuldade do material. Apesar de muito investimento que vem acontecendo, mas a necessidade maior neste olhar é computadores com programas de conversão de textos e de interface para o uso dos cegos.	Eu vejo assim, que o cego ele precisa que os profissionais entendam de forma clara qual é a sua deficiência do aluno, o profissional ele precisa de uma formação mais alicerçada né, a importância da inclusão dos deficientes visual pela falta de oportunidade que muitas vezes a falta de experiência é deixa de democratizar o desenvolvimento da autoconfiança dessa clientela. Então, as escolas que eu vejo relação, as escolas precisam ser preparadas para receber esse alunos, capacitando seus docentes e tendo condições de investir com mais fortaleza. Eu vejo que o método braille é bastante hoje já democratizado que contribui de forma positiva, os <i>softwares</i> de acessibilidade em um ambiente para os deficientes visuais estão penetrando, que isso é importante e que a importância do ambiente digital do que tange ao deficiente visual é inquestionável por que a pessoa com deficiência visual ele pode, através de uma educação adaptada, a realidade e o uso de tecnologias que diminui as barreiras que diminua as barreiras então eu vejo que há boa intenção, as políticas estão voltadas para isso, a inclusão se caracteriza como uma política de justiça social é para esses alunos. Eu vejo isso formação de professores e ambientes adequados escolares.

APÊNDICE H

EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS

PARTICIPANTE	RECORTE
P1	[...] Não estão completamente acessíveis, mas já possuem algumas mudanças em prol da completa acessibilidade [...]
P2(1)	[...] As escolas precisam de todo um aparato para que possam atender de forma adequada cada necessidade especial dos alunos [...]
P2(2)	[...] pois o ensino dos alunos com deficiência visual ser mais bem direcionados para que eles possam ir se desenvolvendo [...]
P3 (1)	[...] a maioria dos professores não estão qualificados, até porque o sistema não disponibiliza essa qualificação [...]
P3(2)	[...] As salas de recursos são um bom apoio para esses alunos com baixa visão e os cegos [...]
P3 (3)	[...] Já possuem escolas bastante adaptadas e outras ainda nesse processo. Mas que os CEIs ainda precisam melhorar nesse quesito [...]
P4 (1)	[...] Eles precisam de materiais ampliados, mas para os cegos aí se tornam mais difíceis esses materiais [...]
P4 (2)	[...] O professor tem que se virar mesmo, tem que estudar, tem que procurar a sua coordenação e a secretária para ajudar nesse processo para conseguir ensinar esse aluno com deficiência visual [...]
P5	A escola precisa que seus espaços sejam adaptados, até que façam reformas nesse sentido, mas não investem como deveriam.
P6	[...] não podemos negar que os professores quando se trata em deficiência, eles têm dificuldades [...]
P7	[...] Quando fala em recursos específicos, a gente não tem esse recurso, o Ministério envia de acordo com a demanda dos alunos [...]
P8 (1)	[...] como professora acho que preciso de capacitação eu teria que estudar mais para ensinar esse aluno com deficiência visual [...]
P8(2)	[...] Teria que aprender essa linguagem deles (braille)[...]
P8 (3)	Com deficiência visual o município ainda precisa aprimorar muito, a acessibilidade ainda não chegou nas escolas,
P9 (1)	[...] no município de Quixadá, hoje ela é possível, mas ela deve ser escalonada, pois quando temos aluno cego, ele participa muitas vezes, do ambiente social, mas muitas vezes com prejuízo, ele fica muito atrasado no seu índice desenvolvimento.
P9 (2)	[...] Pois os professores relatam, que tem 40 alunos em sala, então os professores têm 40 contexto social, 40 com seus contextos familiares [...]
P9 (3)	[...] eu não sei se esse aluno com deficiência visual tem as mesmas chances dos alunos sem deficiência [...]

P9 (4)	A escola pública municipal não está preparada para essa inclusão. Em Quixadá tem o cuidador, mas ele fica no contexto de participação social, eu não sei se esse aluno tem as mesmas chances do aluno sem deficiência,
P10	[...] Digamos que hoje eu venha ter um aluno com essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno [...]
P11 (1)	Eu acho que é um desafio mas que foi uma abertura muito grande né e não resta a menor dúvida que a inclusão é desafio e deve pautar-se por princípios éticos formação profissional de qualidade isto não resta a menor dúvida formação profissional de qualidade para os educandos e gestores, querida, porque aí é onde está o professor que está na sala de aula se não tiver a empatia da gestão com relação ao tratamento dessa clientela não vai para frente né e finalmente a gente tem que ver os avanços que tem acontecendo, a nossa Constituição de 88 no seu artigo 205 é um direito à educação para todos, a LDB de 96 também ratifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e agora recentemente o Decreto 10.502 de 2020 trata da nova política nacional de educação especial.
P11 (1)	[...] Então eu acho que o Brasil avançou muito nesses últimos tempos né que a gente sabe que é uma caminhada longa, é uma caminhada longa, nós já temos mais de 70 anos falando sobre a educação e talvez há 10, 20 anos é que se tornou mais efetivo né, esse direito, o direito à educação especial e principalmente a visual né, se tratando do visual que a gente tem que classificar a educação, a deficiência, a necessidade especial na de baixa e grave acuidade [...]
P11 (2)	[...] Eu vejo o seguinte, que a escola precisa dar seus espaços o mais rápido possível porque a gente vê o seguinte, que as escolas, elas fazem algumas reformas mas elas não investem nos digamos, no ambiente com rampas de acesso que permite os alunos adentrar aos ambientes sem dificuldades, digamos os pisos por cores, sinalizações, então o deficiente visual ele precisa ter esse acesso também ao material didático adequado com versões com letras ampliadas e de alto contraste para os alunos com baixa visão e versão em áudio ou Braile para os cegos e isso vejo que as escolas têm muita dificuldade do material.
P11 (3)	[...] Apesar de muito investimento que vem acontecendo, mas a necessidade maior neste olhar é computadores com programas de conversão de textos e de interface para o uso dos cegos [...]
P11(4)	Eu vejo assim, que o cego ele precisa que os profissionais entendam de forma clara qual é a sua deficiência do aluno, o profissional ele precisa de uma formação mais alicerçada né, a importância da inclusão dos deficientes visual pela falta de oportunidade que muitas vezes a falta de experiência é deixa de democratizar o desenvolvimento da autoconfiança dessa clientela.

P11(5)	[...] Então as escolas que eu vejo relação, as escolas precisam ser preparadas para receber esses alunos, capacitando seus docentes e tendo condições de investir com mais fortaleza. Eu vejo que o método braile é bastante hoje já democratizado que contribui de forma positiva, os softwares de acessibilidade em um ambiente para os deficientes visuais estão penetrando, que isso é importante e que a importância do ambiente digital do que tange ao deficiente visual é inquestionável por que a pessoa com deficiência visual ele pode, através de uma educação adaptada, a realidade e o uso de tecnologias que diminui as barreiras que diminua as barreiras então eu vejo que há boa intenção, as políticas estão voltadas para isso, a inclusão se caracteriza como uma política de justiça social é para esses alunos.
--------	--

APÊNDICE I

EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS

RECORTE EXPRESSIVO	CATEGORIA - SIGNIFICADO
P1.	Falta acessibilidade.
P2.1	Falta de material didático.
P3.1	Necessidade de capacitação.
P3.3	Falta de material didático.
P4	Falta de material didático.
P5	Falta acessibilidade.
P6	Necessidade de capacitação.
P7	Necessidade de recurso.
P8.1.2	Necessidade de capacitação.
P8.3	Falta acessibilidade.
P9.1.2.3	Sentimento de exclusão em relação ao aluno.
P10	Falta de uma didática adequada.
P11.1.2.3	Sentimento de progresso.
P11.4.	Falta acessibilidade.
P11.5.6.9	Falta de material didático.
P11.7.8	Necessidade de capacitação.

PARTICIPANTE	RECORTE
P1 [1]	[...] Não estão completamente acessíveis, mas já possuem algumas mudanças em prol da completa acessibilidade [...]
P2.1 [2]	[...] As escolas precisam de todo um aparato para que possam atender de forma adequada cada necessidade especial dos alunos [...]
P2.2 [3]	[...] pois o ensino dos alunos com deficiência visual ser mais bem direcionados para que eles possam ir se desenvolvendo [...]
P3.1 [4]	[...] a maioria dos professores não estão qualificados, até porque o sistema não disponibiliza essa qualificação [...]
P3.2 [5]	[...] As salas de recursos são um bom apoio para esses alunos com baixa visão e os cegos [...]
P3.3 [6]	[...] Já possuem escolas bastante adaptadas e outras ainda nesse processo. Mas que os CEIs ainda precisam melhorar nesse quesito [...]
P4.1 [7]	[...] Eles precisam de materiais ampliados, mas para os cegos aí se tornam mais difíceis esses materiais [...]
P4.2 [8]	[...] O professor tem que se virar mesmo, tem que estudar, tem que procurar a sua coordenação e a secretária para ajudar nesse

	processo para conseguir ensinar esse aluno com deficiência visual [...]
P5 [9]	A escola precisa que seus espaços sejam adaptados, até que façam reformas nesse sentido, mas não investem como deveriam.
P6 [10]	[...] não podemos negar que os professores quando se trata em deficiência, eles têm dificuldades [...]
P7 [11]	[...] Quando fala em recursos específicos, a gente não tem esse recurso, o Ministério envia de acordo com a demanda dos alunos [...]
P8.1 [12]	[...] como professora acho que preciso de capacitação eu teria que estudar mais para ensinar esse aluno com deficiência visual [...]
P8.2 [13]	[...] Teria que aprender essa linguagem deles (Braille) [...]
P8.3 [14]	Com deficiência visual o município ainda precisa aprimorar muito, a acessibilidade ainda não chegou nas escolas.
P9.1 [15]	[...] no município de Quixadá, hoje ela é possível, mas ela deve ser escalonada, pois quando temos aluno cego, ele participa muitas vezes, do ambiente social, mas muitas vezes com prejuízo, ele fica muito atrasado no seu índice desenvolvimento.
P9.2 [16]	[...] Pois os professores relatam, que tem 40 alunos em sala, então os professores têm 40 contexto social, 40 com seus contextos familiares [...]
P9.3 [17]	[...] eu não sei se esse aluno com deficiência visual tem as mesmas chances dos alunos sem deficiência [...]
P9.4 [18]	A escola pública municipal não está preparada para essa inclusão. Em Quixadá tem o cuidador, mas ele fica no contexto de participação social, eu não sei se esse aluno tem as mesmas chances do aluno sem deficiência.
P10 [19]	[...] Digamos que hoje eu venha ter um aluno com essa deficiência, mas eu corro o risco de ter, e devo ter pelo menos uma didática adequada para trabalhar com esse aluno [...]
P11.1 [20]	Eu acho que é um desafio, mas que foi uma abertura muito grande né e não resta a menor dúvida que a inclusão é desafio e deve pautar-se por princípios éticos formação profissional de qualidade isto não resta a menor dúvida formação profissional de qualidade para os educandos e gestores.
P11.2 [21]	[...] porque aí é onde está o professor que está na sala de aula se não tiver a empatia da gestão com relação ao tratamento dessa clientela não vai para frente né e finalmente a gente tem que ver os avanços que tem acontecendo, a nossa Constituição de 88 no seu artigo 205 é um direito à educação para todos, a LDB de 96 também ratifica o Estatuto da Criança e do Adolescente e agora recentemente o Decreto 10.502 de 2020 trata da nova política nacional de educação especial.
	[...] Então eu acho que o Brasil avançou muito nesses últimos tempos né que a gente sabe que é uma caminhada longa, é uma caminhada longa, nós já temos mais de 70 anos falando sobre a

P11.3 [22]	educação e talvez há 10, 20 anos é que se tornou mais efetivo né, esse direito, o direito à educação especial e principalmente a visual né, se tratando do visual que a gente tem que classificar a educação, a deficiência, a necessidade especial na de baixa e grave acuidade [...]
P11.4 [23]	[...] Eu vejo o seguinte, que a escola precisa dar seus espaços o mais rápido possível porque a gente vê o seguinte, que as escolas, elas fazem algumas reformas mas elas não investem nos digamos, no ambiente com rampas de acesso que permitem aos alunos adentrar aos ambientes sem dificuldades, digamos os pisos por cores, sinalizações [...]
P11.5 [24]	[...] então o deficiente visual ele precisa ter esse acesso também ao material didático adequado com versões com letras ampliadas e de alto contraste para os alunos com baixa visão e versão em áudio ou Braille para os cegos e isso vejo que as escolas têm muita dificuldade do material.
P11.6 [25]	[...] Apesar de muito investimento que vem acontecendo, mas a necessidade maior neste olhar é computadores com programas de conversão de textos e de interface para o uso dos cegos [...]
P11.7 [26]	Eu vejo assim, que o cego ele precisa que os profissionais entendam de forma clara qual é a sua deficiência do aluno, o profissional ele precisa de uma formação mais alicerçada né, a importância da inclusão dos deficientes visual pela falta de oportunidade que muitas vezes a falta de experiência é deixa de democratizar o desenvolvimento da autoconfiança dessa clientela.
P11.8 [27]	[...] Então as escolas que eu vejo relação, as escolas precisam ser preparadas para receber esses alunos, capacitando seus docentes e tendo condições de investir com mais fortaleza.
P11.9 [28]	Eu vejo que o método Braille é bastante usado hoje já democratizado que contribui de forma positiva, os softwares de acessibilidade em um ambiente para os deficientes visuais estão penetrando, que isso é importante e que a importância do ambiente digital do que tange ao deficiente visual é inquestionável por que a pessoa com deficiência visual ele pode, através de uma educação adaptada, a realidade e o uso de tecnologias que diminui as barreiras que diminua as barreiras então eu vejo que há boa intenção, as políticas estão voltadas para isso, a inclusão se caracteriza como uma política de justiça social é para esses alunos.

APÊNDICE J

EXTRAÇÃO DE RECORTES EXPRESSIVOS

RECORTE EXPRESSIVO	CATEGORIA - SIGNIFICADO
P1.	Falta acessibilidade.
P2.1	Falta de material didático.
P3.1	Necessidade de capacitação.
P3.3	Falta de material didático.
P4	Falta de material didático.
P5	Falta acessibilidade.
P6	Necessidade de capacitação.
P7	Necessidade de recurso financeiro.
P8.1.2	Necessidade de capacitação.
P8.3	Falta acessibilidade.
P9.1.2.3	Sentimento de exclusão em relação ao aluno.
P10	Falta de uma didática adequada.
P11.1.2.3	Sentimento de progresso na Educação Inclusiva.
P11.4.	Falta de acessibilidade.
P11.5.6.9	Falta de material didático.
P11.7.8	Necessidade de capacitação.

APÊNDICE K

REDUÇÃO 1

SIGNIFICADO	REDUÇÃO 1	REDUÇÃO 2
Sentimento de progresso na Educação Inclusiva.	Sentimento de progresso na Educação Inclusiva.	Evolução da Educação Inclusiva.
Falta de material didático.	Falta de material para uma didática adequada.	
Falta de uma didática adequada.		Necessidade de recurso financeiro para escola e capacitação dos professores.
Necessidade de capacitação.		
Necessidade de recurso financeiro para escola.	Falta de acessibilidade e a exclusão do aluno.	
Sentimento de exclusão em relação ao aluno.		
Falta de acessibilidade.		

REDUÇÃO 3 – CATEGORIAS ANALÍTICAS

REDUÇÃO 2	CATEGORIAS ANALÍTICAS
Evolução da Educação Inclusiva.	Professores e gestores frente ao aluno com deficiência visual.
Sentimentos de professores na ensinagem de alunos cegos	
A necessidade de recurso financeiro para escola e a capacitação geram a falta de acessibilidade e a exclusão do aluno.	A exclusão do aluno com deficiência visual no ambiente escolar.

ANEXO A

TERMO DE ANUÊNCIA

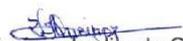


Termo de Anuência

Eu, Verúzia Jardim de Queiroz, secretária de Educação de Quixadá/CE, autorizo a realização da pesquisa "**ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ESCOLAR**" a ser realizada por Cibele Faustino de Sousa, a ser iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UECE.

Autorizo a pesquisadora a utilizar a infraestrutura necessária das Escolas da rede municipal de Ensino de Quixadá para a realização da coleta de dados no período de julho à setembro de 2021. Afirmo que não haverá qualquer implicação negativa aos professores e gestores que não queiram ou desistam de participar do estudo.

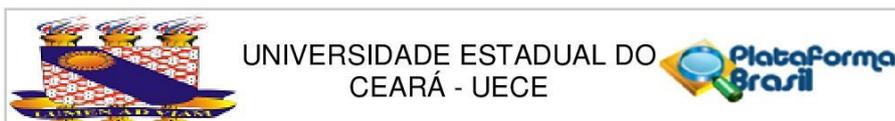
Quixadá, 12 de maio de 2021.


Verúzia Jardim de Queiroz
Secretária de Educação

Rua José de Queiroz Pessoa, 1932 – Centro
CEP: 63.900-221 – FONE: (88) 3412-4061
E-mail: educacao@quixada.ce.gov.br

ANEXO B

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Pesquisador: CIBELE FAUSTINO DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44264921.8.0000.5534

Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.763.444

Apresentação do Projeto:

O projeto objetiva investigar as escolas de nível médio e fundamental, de Quixadá, acerca da acessibilidade das crianças e adolescentes com deficiência visual. Trata-se de abordagem qualitativa, realizada a partir de observação e inquérito por questionário por meio de telefone. Os interlocutores serão professores e gestores efetivos e temporários das escolas públicas selecionadas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo geral indicado é: Analisar o cenário escolar para o acesso da criança e do adolescente com deficiência visual.

Os objetivos específicos apresentados são: 1. Averiguar ações no cenário que repercutam na acessibilidade da criança e do adolescente com deficiência visual; 2. Descrever o ambiente escolar da criança e do adolescente com deficiência visual; 3. Propor estratégias de aumento/incremento da acessibilidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos indicados estão "relacionados a relativa sobrecarga de afazeres, contudo, a expectativa é que o agendamento do melhor horário para responder ao pesquisador oportunize maior conforto, com mínima interferência nas atividades cotidianas, de modo a não lhe tomar grande parte do

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700
Bairro: Itaperi **CEP:** 60.714-903
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3101-9890 **Fax:** (85)3101-9906 **E-mail:** cep@uece.br

Página 01 de 03

tempo disponível.

Quanto aos benefícios, a pesquisadora indica que "tem-se a expectativa que o alcance dos objetivos propostos ofereça à comunidade docente, assim como aos gestores das escolas da região metropolitana do município de Quixadá, elementos promotores de melhorias e adequações no ambiente escolar para crianças e adolescentes com deficiência visual.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo de extrema relevância por intentar conhecer as condições cotidianas de escolas quanto à acessibilidade das crianças e adolescentes com deficiência visual. Os resultados do estudo podem contribuir para o desenvolvimento, melhoria e consolidação de políticas públicas de inclusão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisa apresenta:

- Folha de rosto: assinada e carimbada pela instituição proponente e pela pesquisadora;
- Projeto completo: com metodologia de coleta e análise de dados, indicação de cronograma e orçamento detalhado;
- TCLE: em forma de convite, indicação de riscos, benefícios, menção ao direito à indenização, garantia de sigilo dos dados, informações de acesso à pesquisadora e ao comitê de ética e disponibilização de via para as interlocutoras.
- Anuência Institucional: Assinada e carimbada, de acordo com as recomendações da resolução 466/2012.
- Cronograma possível de ser executado.
- Orçamento detalhado.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O estudo não possui impedimentos éticos, porquanto o estudo pode ser iniciado

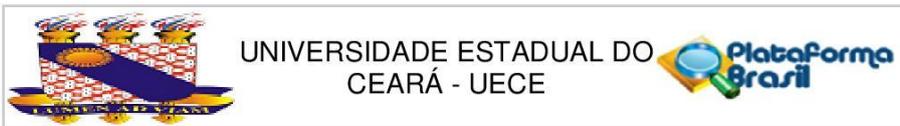
Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado. Enviar para a Plataforma Brasil o relatório final da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700
Bairro: Itaperi **CEP:** 60.714-903
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3101-9890 **Fax:** (85)3101-9906 **E-mail:** cep@uece.br



Continuação do Parecer: 4.763.444

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1704511.pdf	14/05/2021 10:55:24		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/05/2021 10:46:38	CIBELE FAUSTINO DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	27/02/2021 10:06:13	CIBELE FAUSTINO DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostoAssinada.pdf	27/02/2021 10:01:31	CIBELE FAUSTINO DE SOUSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	24/02/2021 15:41:32	CIBELE FAUSTINO DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 09 de Junho de 2021

Assinado por:
ISAAC NETO GOES DA SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Silas Munguba, 1700
Bairro: Itaperi **CEP:** 60.714-903
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3101-9890 **Fax:** (85)3101-9906 **E-mail:** cep@uece.br

Página 03 de 03

